

ISSN 1984-4263

versus

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ



RAÍZES CULTURAIS

Nº12



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



CCJE

DEZEMBRO DE 2024

ARTE POR: GE VIANA

Antonio Licha
EDITOR

Reitor
Roberto de Andrade Medronho

Vice-Reitora
Cássia Curan Turci

Decano
Flávio Alves Martins

Vice-Decano
João Luiz Simas Pereira de Souza Pondé

Superintendente
Alessandra Monteiro

Chefe de Gabinete
Thais de Souza Andrade

Coordenadores do CCJE:
Junya Rodrigues Barletta (Coordenadora de Integração Acadêmica em Graduação), Marta dos Reis Castilho (Coordenador de Integração Acadêmica em Pós-Graduação), Sandra Maria Becker Tavares (Coordenadora de Integração Acadêmica em Extensão), Priscila Gonçalves Soares e Leandro Montenegro França Santos (Coordenadores de Atividades Culturais), Zenildo Ferreira de Oliveira (Coordenador de Planejamento e Projetos) e Vinicius Simas Pereira Fernandes (Coordenador de Tecnologia, Informação e Comunicação).

Coordenação de Atividades Culturais
Revista Versus

Conselho Editorial
Antonio Licha (Editor), Vitor Iorio (IRID), Eduardo Bastian (IE), Lucia Maria da Cruz Fidalgo (FACC), Maria Luiza Franco Busse, Mauro Osório (FND), Flavio Luiz Alves Flores de Moraes (COPPE-AD), Renata Bastos (Editora Executiva, IPPUR) e Marcos Vinicius Daud Camargo (Biblioteca Eugênio Gudin)

Editor
Antonio Licha

Editora Executiva
Renata Bastos

Jornalista
Caíque Storti

Diagramação e Arte
Nayane de Souza

Projeto Gráfico
Nicolas Correia Lopes da Paixão Santos, Thiago Izidoro, Nayane de Souza

Pesquisa
Renata Bastos, Caíque Storti, Ramon Rodrigo Flores Mendes

Revisão
Renata Bastos, Nayane de Souza e Gabriella Tebaldi Rebello, Kelly Menezes Santos

Bolsistas
Tamiris Zapata Maia (Bolsista CCJE), Kelly Menezes Santos (PROFAEX) e Nayane Cristina de Souza (PROFAEX)

Voluntários
Ramon Rodrigo Flores Mendes

Colaboradores da Edição
Ricardo José de Azevedo Marinho (Unyleya Educacional), Renato Emerson dos Santos (NEGRAM/UFRJ), Albert Milles (NEGRAM/UFRJ), Ana Luiza Fernandes (NEGRAM/UFRJ), Julio Cesar de Brito (NEGRAM/UFRJ), Jaspe Marques de Mattos, Mariana Peixoto Saldanha, Marcelo Monteiro de Miranda (UFRJ), Maria Fernanda Alves (UFRJ), Renata Rocha (UFRJ), Denise Góes (SGAADA/UFRJ), Pedro Fernando Gonzaga de Oliveira (SGAADA/UFRJ), Aldri Anunciação, Ivo Coser (UFRJ), Pablo Spinelli, Daniel Sarmiento, Ailton Krenak, Paulo Scott, Ana Paula, Ana Cristina, Vantuil Pereira, Waldelice Souza (MAFRO/UFRJ)

Fotos
Gê Vianna (capa), Augusto Leal, Yná Kabe Rodríguez, Yanaki Herrera

Agradecimentos
Ação de extensão "Vida Pública: os temas republicanos nos espaços escolares e de ensino"

Revista VERSUS
Publicação Semestral do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)

O papel e a cultura dos povos originários e da população negra na sociedade brasileira e na UFRJ tem sido temas tratados em diferentes oportunidades, mas, como em tantas outras ocasiões, ficam sempre aspectos para destacar. No artigo que revisita o pensamento de Gilberto Freyre, nos debruçamos sobre o papel ativo que pessoas, grupos e organizações tiveram para enfrentar os problemas do preconceito e da discriminação racial. Ou, como apresenta Waldelice Souza, devemos investigar as ocorrências artísticas e analíticas apresentando interpretações que nos permitam entender o passado e nosso presente, em tempos que acontecem cancelamentos ou rebaiamentos de alguns discursos.

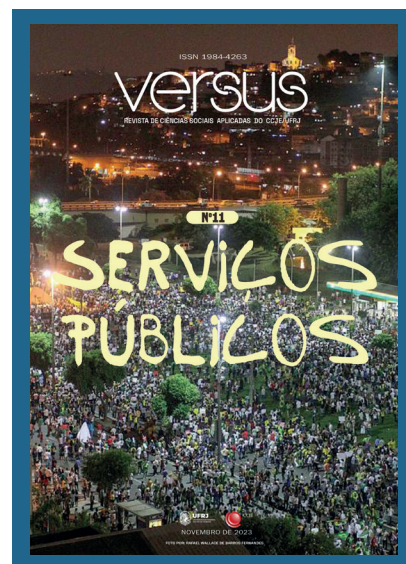
Em outro contexto, a abordagem sobre temas históricos como o fim da escravidão na América, nos ajuda a pensar criticamente sobre o passado e suas implicações no presente. No texto sobre cultura, literatura e acadêmicos, se mostra como valorizar e preservar nossa cultura permite revelar nossa história. A entrevista com Aldri Anunciação nos permite entender as nossas ancestralidades e, como destacado em seu título, a diversidade genuinamente brasileira. Outras manifestações culturais, como o futebol, não podem ser vistas com alienação, pois mobilizam, reúnem e permitem que as pes-

soas sintam sua força coletiva.

A UFRJ também tem se preocupado com o tema da inclusão social e racial desenvolvendo, por exemplo, a Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA) e a Superintendência de Saberes Tradicionais (SuperSaberes). Outro conjunto de ações é o NAVEGA UFRJ que tem como objetivo aproximar a produção artística, cultural e científica da UFRJ. Apresentamos os esforços realizados para desenvolver nesta universidade uma formação continuada e um diálogo constante em todas as esferas para criar um espaço inclusivo e representativo, que reflita a diversidade do Brasil.

Esperamos que este número sirva com um espelho crítico e ofereça a oportunidade de explorar a realidade social e política do Brasil.

Conheça a **Versus**
versus.ccje.ufrj.br



AINDA TEMOS NOSSA CAUSA EM COMUM

Renata Bastos da Silva
Caíque Storti

CAFUNDÁ ASTROGILDA

Caíque Storti
Renata Bastos da Silva

DEMOCRACIA EM CAMPO

Ramon Rodrigo Flores Mendes

#VERSUS



ERER DO CAP UFRJ

Tamiris Zapata Maia

SUPERINTENDÊNCIA DE SABERES TRADICIONAIS

Tamiris Zapata Maia

PERFIS DA UFRJ

Caíque Storti

SOBRE CULTURA E CIDADE

Renato Emerson dos Santos, Albert Milles de Souza, Ana
Luíza Fernandes e Julio Cesar de Brito

ABOLIÇÃO EM CONTEXTO

Jaspe Marques de Mattos
e Mariana Peixoto Saldanha

MARROM E AMARELO

Caíque Storti e
Renata Bastos da Silva

DAS TENSÕES & DIALÉTICAS NOS ANTAGONISMOS EM EQUILÍBRIO

Ricardo José de Azevedo Marinho

OTIMISMO DA VONTADE, PESSIMISMO DA RAZÃO

Caíque Storti

SIGNOS CRUZADOS NO MURAL DOS ORIXÁS

Waldelice Souza

VIDA PÚBLICA, CULTURA, LITERATURA E OS ACADÊMICOS

Ramon Rodrigo Flores Mendes

MEDIDA PROVISÓRIA

Pablo Spinelli e Tamiris Zapata Maia

NEABI

Tamiris Zapata Maia

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DIVERSI- DADE E ACESSIBILIDADE

Gabriella Tebaldi Rebello e Nayane de Souza

A DOÇURA DE BRINCAR DE LIVRO

Kelly Menezes Santos

TEORIA GERAL DO ESQUECIMENTO

Gabriella Tebaldi Rebello, Marcelo Monteiro de Miranda,
Maria Fernanda Alves, Renata Rocha

Ainda temos nossa causa em comum

RENATA BASTOS DA SILVA¹

CAÍQUE STORTI²

Este ano, quando recordamos os 60 anos da tragédia, que foi o golpe civil-militar de 1964, vivemos tempos muito mais tumultuados no mundo, e o impulso propulsor no Brasil foi perdido em 2018, e recuperá-lo será complexo e levará tempo.

Por outro lado, em 2025 vamos completar 40 anos os quais temos presidentes civis, e nos governos das décadas de 1980 e 1990, que se seguiram, excetuando-se o do *impeachment*, buscaram o crescimento econômico à procura de uma expansão do bem-estar social, do reforço do funcionamento da democracia, das virtudes republicanas e à expansão das liberdades democráticas e das garantias dos direitos das humanidades conforme programaticamente expressas na nossa jovem Constituição de 1988. Mas, essa trajetória foi marcada pelo ímpeto de causas em comum, e uma delas é a causa pela manutenção dos territórios e da cultura dos povos indígenas no Brasil.

Nesse sentido, em sua entrevista à Amanda Mazzei, publicada no último dia 13 de novem-



bro, para a Central Brasileira de Notícias (CBN), devido a estreia do filme “Ainda estamos aqui” de Walter Salles, Ailton Krenak, afirma que nos anos de 1970 e 1980 até agora, com a ajuda de pessoas incríveis, como os juristas Dalmo Dal-lari e Eunice Paiva, unidos pela causa indígena, conseguimos constituir um movimento que redundou nos artigos 231 e 232 da constituição de 1988, os quais tratam dos povos indígenas; e hoje, chegamos a criação do ministério dos povos indígenas, em 2023, e se torna uma causa que tem uma repercussão internacional, desde o final do século XX. Tanto que o estado do Pará se prepara para receber a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro

¹ Editora executiva da Revista Versus e professora da UFRJ

² Mestrando da UFRJ curso de Ciência da Informação

de 2025. Vamos debater a importância da Amazônia dentro da Amazônia, num dos territórios indígenas e com a presença dos indígenas.

Assim, as duas entrevistas que seguem, vão nessa perspectiva, a primeira realizada com Ailton Krenak, e a outra com o Daniel Antônio de Moraes Sarmiento, atualmente advogado e professor titular de direito constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nos encontramos com Krenak na palestra intitulada Natureza, como parte das atividades do ciclo “Pensar” organizado pela Academia Brasileira de Letras, e que debate questões que afetam diretamente nosso cotidiano. No último dia 23 de julho, o recém-eleito para a ABL, o ambientalista, filósofo e poeta, Ailton Krenak, falou sobre a natureza e suas questões ambientais. E ao final da palestra concedeu entrevista exclusiva à Caíque Storti, para a Revista Versus.

Ailton Alves Lacerda Krenak, conhecido como Ailton Krenak, durante as décadas de 1970 e 1980, época em que busca priorizar em sua vida social a luta pelo movimento indígena, fundou, em 1985, o Núcleo de Cultura Indígena, ONG voltada à promoção dos direitos e da cultura dos povos indígenas. Foi por meio desse movimento que cumpriu um papel determinante para a escrita do capítulo da Constituição de 1988, intitulado “dos índios”, que estabelece aos povos indígenas o reconhecimento de sua cultura e de seu território.

No de 1988, participa da fundação da União dos Povos Indígenas, movimento voltado para representação dos interesses da classe de forma nacional. Foi também durante este período que Ailton protagonizou uma das cenas mais memoráveis da nossa história pós-ditadura. Durante o evento da Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição de 1988, Krenak pintou o seu rosto com tinta

preta, um costume tradicional indígena, como um gesto em forma de protesto. Na visão do autor, estava se articulando um retrocesso contra os direitos conquistados pelo movimento indígena brasileiro. Nesse sentido, a intervenção de Krenak reforça o seu papel pela defesa dos povos originários, sendo uma peça importantíssima de resistência priorizando a dignidade e a manutenção da vida de seus irmãos, e para que suas terras não fossem exploradas pela atividade mineradora.

Durante toda a sua vida, Ailton nunca deixou de buscar e apresentar respostas contra a exploração desumana realizada historicamente sobre as terras indígenas. Em reconhecimento a sua luta pela defesa dos direitos dos povos indígenas e a proteção do meio-ambiente, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) concedeu a ele o título de Professor Doutor *Honoris Causa*, onde lecionou as disciplinas “Cultura e História dos Povos Indígenas” e “Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais”. Em outubro de 2023, sucedendo à cadeira do historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, tornou-se o primeiro representante indígena da história a ocupar uma cadeira da Academia Brasileira de Letras (ABL).

A seguir, as principais partes da entrevista com o líder e primeiro imortal de origem indígena a ocupar a cadeira da Academia Brasileira de Letras:

O relatório da Comissão Nacional da Verdade, finalizado em 2014, indica que apenas na investigação de dez povos, foram estimadas mais de 8 mil mortes decorrentes do governo militar. Durante o governo do ex-presidente Jair

Bolsonaro, ficou escancarada uma crise no que se refere ao cuidado e a preservação dos povos indígenas, principalmente quanto ao povo Yanomami. Você considera que a crise atual de saúde e das vidas dos povos indígenas possui um lastro decorrente do período militar?

Ailton: “Nós temos um agravamento da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, que é anterior à crise com o Bolsonaro. Foi declaradamente assumido pela ditadura, a ditadura tinha um propósito de exterminar e aniquilar o povo indígena. Aqueles que sobrevivessem seriam assimilados. Essa política de assimilação já foi praticada em outros países da América Latina, inclusive em outros continentes. Um estado autoritário, um governo totalitário, resolve quebrar um povo minoritário e promover depois a sua entrada no contexto daquela sociedade nacional em condição subalterna. É uma tragédia que escancara para nós que as sociedades humanas não conseguem conviver com a diferença. A diferença tem que ser aniquilada, seja de gênero, seja de raça, e com todos esse esforço de incluir a diversidade nas políticas públicas que é feita em alguns países, algumas dessas democracias formais”.

Como observado por Krenak, a convivência com o que é diferente tem se tornado um tópico de discussão importante, movido pelo acirramento dos conflitos políticos durante os últimos anos. Em termos político-ideológicos, na medida em que esse tipo de discurso de intolerância passou a se intensificar, verificam-se contradições que influenciaram e desembocaram na eleição do ex-presidente de extrema-direita, Jair Bolso-

naro, na época, filiado ao Partido Social Liberal (PSL). Todavia, o acirramento de ideias, visões e discursos de intolerância geraram ainda mais sofrimento sobre as minorias políticas, principalmente entre aqueles cujos direitos, historicamente, nunca foram devidamente respeitados:

Ailton: “No Brasil, exterminar o povo indígena sempre foi um projeto nacional. Os povos indígenas que conseguiram sobreviver, sobreviveram criando estratégias próprias de sobrevivência diante da adversidade. Nunca houve um período da história da República brasileira, nem na primeira nem na segunda, em que o Estado, a República, disse: “vamos proteger o povo indígena”. Mesmo quando criaram o serviço de proteção ao índio, onde o Marechal Rondon assumiu a tutela dos índios, durante muito tempo enquanto dirigia o serviço de proteção aos índios, estendeu as linhas de telégrafo, ocupou as fronteiras do norte da Amazônia; ele tinha um propósito público de proteger os índios contra a violência dos colonos. Mas ele não



Fotografia de Ailton Krenak

tinha nenhum propósito de impedir que o Estado violasse os direitos dos indígenas, porque ele era na verdade um sujeito do aparelho do Estado, das Forças Armadas, avançando e botando as fronteiras do Brasil em cima dos territórios indígenas. Então, o homem mais bem intencionado sobre os povos indígenas promoveu a ocupação dos territórios indígenas com a frase 'Morrer se preciso for, matar nunca!'.

Após 21 anos, a Comissão de Anistia julgou a primeira reparação coletiva aos indígenas, onde foram apontadas omissões do estado para o reconhecimento de violações durante o período ditatorial contra o povo da tribo Krenak. Durante a ditadura militar, os krenaks foram torturados, presos e submetidos a maus tratos, trabalho forçado e ao deslocamento compulsório de seu território. Gostaria de saber de você, qual a importância histórica dessa reparação?

Ailton: “Eu participei desses debates sobre o relatório da comissão da verdade, e acompanhei o tratamento desigual que foi dado às vítimas da ditadura, assim como as vítimas de outras violações. Quando abriram a transamazônica, o próprio exército brasileiro atacou e matou comunidades indígenas na rota da transamazônica. Nunca foi levantada a questão da

responsabilização estrutural do aparelho do Estado, inclusive das forças armadas com esses crimes, porque nós somos submetidos a esse tipo de chantagem militar. Até outro dia as pessoas ainda tinham dúvida se eles não iam dar um golpe contra o presidente Lula. Tem gente que ainda acha possível. Quer dizer, nós somos ainda uma república bem precária. A experiência da democracia no Brasil foi tão contestada pelas oligarquias, pelos donos de terra, donos de banco, donos de indústria, que parece que a única função do Estado é servir a esses oligarcas, a esses autocratas, a essa gente aí. Isto é um perigo, porque as democracias são destruídas assim, com esse tipo de concessão. A inclusão, o pedido de perdão que foi direcionado aos nossos parentes Kaiowá-Guarani no Mato Grosso, e aos Krenak no rio Doce, em MG, são formalidades que precisam ser acompanhadas de atos relevantes de reparação. Não foi feita nenhuma reparação. Por isso que eu disse que pedido de desculpas não serve para nada. Eu já falei isso publicamente. Você não pode matar uma família inteira, matar um povo inteiro e depois pedir desculpas. Parecem esses milionários que atropelam uma família com seus porshes, pagam uma fiança e depois falam ‘desculpa aí’, mandam uma cesta básica para os pobres. Então, esse tipo de justiça discricionária, ele é típico de governos frouxos, e de ditaduras. Eu não acredito em pedido de desculpas, eu acho que estamos vivos porque conseguimos fugir, e escapar da fúria dos nossos inimigos”.

Vamos passar agora aos principais trechos da entrevista que realizamos com o professor Sarmiento. Mas, depois das palavras de Krenak e voltando a recordar os 60 anos da aludida tragédia, reafirmamos que mais do que nunca, é necessário afirmar a convivência republicana de

sua Frente Democrática vitoriosa em 2022, dialogando com os adversários para que não se elimine os acordos necessários para avançar e fazer dos sofrimentos da memória da “hecatombe” uma base sólida para não repetir os erros do passado. Esse deve ser o significado desses 60 anos.

Nesta perspectiva, entrevistamos o professor Daniel Antônio de Moraes Sarmiento, a respeito do Marco Temporal. A Lei 14.701/2023 traz a previsão da teoria do Marco Temporal, no artigo 4º, a qual estabelece que os povos indígenas tinham que estar habitando determinados locais em 5 de outubro de 1988 para que seja possível realizar a demarcação de terra indígena de ocupação tradicional. O professor Sarmiento é um dos colaboradores que estão ao lado dos povos indígenas para que a teoria não se aplique visto que os povos indígenas são originários do continente, e sabem como proteger a terra, a utilizando, de modo que não impacte o meio ambiente. No entanto, não há como comprovar, nos termos que a mencionada lei exige, que os povos indígenas estavam desde sempre em suas terras. A entrevista que se segue foi realizada em outubro de 2024, de lá para cá, podem haver mudanças no processo que está em pauta no Supremo Tribunal Federal (STF).

Versus: Poderia nos explicar do que se trata a lei referente ao Marco Temporal dos povos indígenas? No que isto implica sobre a vida dos povos originários, e quais problemas e consequências a sua aprovação poderia causar sobre eles?



Fotografia do professor Daniel Sarmiento

Prof. Sarmiento: Primeiramente, o marco temporal se trata de uma expressão que não aparece na constituição. Inclusive, a ideia de ter algum marco temporal foi discutida na constituinte e rejeitada. Isso está inclusive demonstrado nos anais da assembleia nacional constituinte. Isso significa o seguinte: tem direito a terra os indígenas que estejam naquela terra, na área, quando foi promulgado, em 5 de outubro de 1988. Ou que consigam provar o que eles chamaram lá de renitente esbulho. O que é isso? Provar que desde o momento em que foram eventualmente retirados da terra, até a promulgação da constituição, ficaram lá brigando para voltar. Seja em conflitos, seja por meio do ajuizamento de alguma ação para reaver aquelas terras. Ninguém falava de marco temporal, era uma ideia sem nenhum sentido. Quando o Supremo foi julgar Raposa Serra do Sol, que não tinha nada a ver com o marco temporal, colocou ali esse condicionamento. Foi um julgamento que, na questão daquele território, foi positivo. Escre-

veram um monte de coisa ali que não havia sido discutida, e colocaram uma série de restrições aos direitos indígenas. Surgiu, então em 2009, essa ideia do Marco temporal.

Desde o início, o movimento indígena ficou muito preocupado e indignado com isso porque era algo muito forte. Existiam processos sociais muito opressivos, muito excludentes, que expulsavam pessoas dessas terras, e depois ou elas conseguiam voltar ou ainda estavam em disputa. Depois que, para provar algo em 1988 é muito difícil. Especialmente porque os indígenas possuem muito menos acesso ao poder. Quem vai aferir essas provas são os juizes do local, que normalmente estão muito mais próximos da elite econômica, dos fazendeiros etc. Segundo que o modo de vida dos indígenas, geralmente, não é aquele modo que vai recorrer a provas documentais das coisas. É um tipo de prova que se faz num processo. O branco, o fazendeiro vão ter um negócio no cartório. O indígena não vai ter. Então, é uma coisa muito ruim, que colocava em risco muitos territórios e também abria margem para alguém alegar que possuiria determinada terra na época. Então, gerava uma insegurança jurídica, inclusive sobre territórios já demarcados. Então, se tornou uma questão muito séria para os indígenas. Estes se mobilizaram, lutaram muito por isso, atravessaram períodos muito difíceis, talvez o mais difícil deles tenha sido durante o governo de Jair Bolsonaro, cuja agenda era claramente racista, anti-indígena, falava isso publicamente etc. E houve então o julgamento, depois de muita mobilização, e os indígenas conseguiram sensibilizar setores da opinião pública, parceiros e organizações internacionais.

Em setembro de 2023, houve um julgamento específico, num caso concreto da tribo Xokleng,

em Santa Catarina (SC), mas com repercussão geral, como é chamado dentro do Direito. A tese firmada ali, iria valer para todos os casos. Naquele julgamento o Supremo decretou que não se afirma a tese do marco temporal, mas fez uma concessão, uma adesão que obteve concessões. Se não tiver caracterizado marco temporal, a regra geral em território indígena, quando se faz a demarcação, não se indeniza o valor da terra a nulo, se indenizar as benfeitorias de boa fé. Quando não fosse possível demonstrar o marco temporal, se indeniza a terra também, o que encarece muito a demarcação em terras indígenas que estão nas fronteiras agrícolas, na Bahia, que possui terras valorizadas. Então, não foi uma grande vitória para o movimento indígena, foi uma solução conciliatória que o supremo fez para, por um lado, não violar tão gravemente os direitos indígenas, mas também não desagradar o poder econômico, o congresso, que possui muitos ruralistas. Só que, essa saída não foi aceita por esses setores do Congresso, que hoje, infelizmente, talvez tenham o domínio do congresso. Mesmo parlamentares que não integram esse grupo, com frequência apoiam a agenda desses grupos, motivados por trocas políticas, apoios cruzados etc. Então, se aprovou no mesmo dia em que terminou o julgamento no Supremo, em 27/09/23, no mesmo dia é aprovada a Lei. A lei é encaminhada para o presidente, que no processo legislativo segue para sanção e/ou veto, e o Lula vetou não a lei inteira, mas os piores dispositivos da lei, pois a lei além de introduzir o marco temporal impõe várias restrições, muda todo o processo de demarcação para tornar praticamente impossível, alegando que não precisa de autorização de indígena para inserir estradas no território, expansão de eletricidade. Uma tentativa de “passar a boiada”. O



Lula vetou os piores artigos, mas os vetos do Lula foram derrubados no congresso. Então, a lei foi promulgada. No mesmo dia da promulgação, partidos de direita dão entrada numa ação para que o Supremo declare a constitucionalidade da lei. A APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), entidade nacional que representa os povos indígenas do Brasil, articulação dos Povos Indígenas Brasileiros, dão entrada com uma ação junto ao PSoL (Partido Socialismo e Liberdade) e a Rede Sustentabilidade, acompanhada de outras ações apresentadas pelos partidos do PT (Partido dos Trabalhadores), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PV (Partido Verde), e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), que são direcionadas para o ministro Gilmar Mendes. Ele resolveu juntar isso a outra ação em que se estava discutindo a falta de regulamentação do artigo da constituição que trata de exploração econômica em terras indígenas que permitiria mineração em terras indígenas.

Havia uma expectativa de que, como o Supremo havia recentemente declarado que o marco temporal era inconstitucional, este fosse declarar novamente a inconstitucionalidade,

pois esse movimento imediato do Congresso era uma afronta ao Supremo. Mas o Gilmar (Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal) não faz isso. Ele instaura uma comissão de conciliação sobre isso. Porque tem vários problemas teóricos para se conciliar isso, que se pode eventualmente conversar. No início, a APIB analisa e verifica que aquela conciliação estava muito enviesada, e determina a decisão pelo julgamento. Em vez de seguir com a conciliação e seguir para o julgamento, o ministro Gilmar Mendes decidiu manter o processo de conciliação. Então a APIB decide se retirar do processo. No dia 03/10/24, foi divulgado a decisão em que ele determinava que o Ministério dos Povos Indígenas indicasse indígenas em substituição aos representantes da APIB. No momento, é assim que o cenário se apresenta.

Mas além da importância que as terras possuem para os povos indígenas, no qual não se trata de uma relação patrimonial como a nossa, mas uma relação espiritual, profunda, possui uma dimensão de identidade. Não é sobre um ponto de vista de uma relação de amor para com a terra, o indígena quando ele perde a terra, ele

às vezes vai para outro lugar, mas a possibilidade dos laços culturais se perderem, dele ser absorvido pela sociedade, é enorme. Se trata do território onde se vive a sua cultura, toma as suas decisões, mantém o seu modo de vida etc. A terra promove uma segurança enorme para eles. E o que nós, que estamos cuidando desse processo estamos enfatizando, é que isso é importante para todos nós que somos não-indígenas. Não só pela solidariedade a eles, mas porque estamos vivendo sob uma crise climática terrível que ameaça o futuro da humanidade, e é o indígena que sabe manter a floresta de pé. Inclusive, existem diversos estudos que demonstram que tem mais desmatamento em área de conservação ambiental, do que em território indígena. Claro, em territórios não invadidos, mas os indígenas possuem um modo de vida que se baseia na manutenção da vida florestal. Portanto, não permitir essas medidas que criam inseguranças jurídicas, e relativizam a proteção dos territórios indígenas é algo vital até mesmo para o combate ao aquecimento global.

Versus: O que está por trás da aprovação desta lei? Nesse sentido, quais os interesses estão em jogo, e quem são os principais interessados na aprovação dela?

Prof. Sarmento: A terra possui muito valor. A história do Brasil é composta por uma repleta disputa de terras, no qual se verifica pela concentração fundiária. Se uma terra é indígena, ela não está sendo utilizada para plantar soja, obtenção de madeiras, exploração de minérios etc. Existe esse pano de fundo nessa discussão em que se coloca, de um lado, ruralistas e outros

interessados na exploração econômica dessas áreas. E esses grupos contém aliados. Aliás, com base em outras agendas. Historicamente, mesmo contando com algumas exceções como por exemplo o Marechal Rondon, as forças armadas atuam sob um posicionamento contrário às terras indígenas, concebendo-as como uma ameaça à soberania nacional. Especialmente territórios indígenas em áreas de fronteiras, como na Amazônia. Em geral, se somam aqui aos ruralistas. Existe também um contexto político em que a direita é hegemônica no Congresso, e às vezes o governo precisa compor com setores da direita para aprovar alguma agenda econômica, então acaba não tendo tanta força para barrar questões dessa natureza. Portanto, o cenário político se apresenta bem adverso. Mas é aí que se frisa a importância de um Tribunal Constitucional, para a proteção de direitos, e especialmente a proteção dos direitos de minorias, para não serem atropelados pelas majorias.

Versus: Você comentou sobre a decisão do ministro Gilmar Mendes, em relacionar o processo junto com outro, referente à exploração mineral. Existe a possibilidade dos indígenas, mesmo vivendo em suas terras, oferecê-las para exploração?

Prof. Sarmento: Não. Hoje, não há. Mas existe um artigo na constituição em que diz que pende lei complementar a exploração de potencial energético etc. Porque, na época em que a constituinte foi escrita, não foi descartada a ideia de que, porventura, se pensasse na existência de

alguma terra indígena tão grande a ponto de abarcar, por exemplo, uma Jazira que só existiria ali. Mas nessa hipótese, a população indígena teria que ser consultada, e assegurada a ela um percentual do produto. Mas esse artigo, hoje, não é aplicado, pois falta regulamentação, ele precisa ser regulado por uma lei complementar. Existe uma demanda vinda de mineradoras, de empresas do ramo, pela abertura dos territórios indígenas para mineração. O que, na minha opinião, seria horroroso. Primeiro porque o processo de mineração em si é devastador para o meio-ambiente, e para o estilo de vida. Quando se lança um empreendimento econômico de “vulto”, acaba atraindo muita gente, modificando o jeito como as pessoas vivem. Por exemplo, a construção de Belo Monte: para a população local, os ribeirinhos, os habitantes daquela região, transformou a vida num verdadeiro inferno. Então, eu tenho muito esse temor. Mas existe uma demanda econômica, e o setor de mineração se difere do garimpo. Este se trata de uma atividade desorganizada, com muita frequência ligada a crime organizado. Isso não se reflete na mineração, mas exatamente por não se tratar disso, por atuarem de uma forma mais “limpa” digamos, conseguem às vezes dialogar em espaços com o STF alegando ser uma alternativa para os indígenas. Então, isso está incluso no pacote, e é um dos fatores que aumentam a preocupação inclusive sob o ponto de vista climático.

Versus: Em dezembro de 23, o Congresso Nacional editou a Lei 14.701/2023 e restabeleceu o marco temporal. Desde então, foram apresentadas quatro ações

questionando a validade da lei (ADI 7582, ADI 7583, ADI 7586 e ADO 86) e uma pedindo que o STF declare sua constitucionalidade (ADC 87). Em agosto desse ano, o STF, a pedido do ministro Gilmar Mendes, realizou uma audiência de conciliação sobre a lei do Marco Temporal. Qual a sua opinião sobre, ou como você enxerga essa questão atualmente?

Prof. Sarmento: O meu parecer sobre essa questão é de que não cabe uma conciliação. Pois, por definição constitucional, os direitos dos povos indígenas e seus territórios são direitos inegociáveis. Não dá para se dizer que cada território é inegociável e abrir uma negociação sobre o regime de proteção desses territórios. Ainda tem a questão adicional: a ideia da jurisdição constitucional protegendo minorias existe justamente para não colocar o direito das minorias nesse cenário de negociação, em que geralmente os grupos minoritários sempre perdem. Deve se tratar como algo para se proteger dessas decisões políticas. Este é talvez o mais nobre papel do tribunal constitucional. Às vezes as pessoas perguntam: “porque se concede tanto poder para um monte de gente que não é eleita?”. Bom, a principal razão pela concessão de poder se dá para que eles possam, eventualmente, brigar com governos, com congresso, nas quais representam maiorias. Num caso desse, em que se abre para negociação com representantes de mineradoras, ruralistas etc., eu considero uma contradição não só ao tipo de direito que está em jogo, por definição inegociável, mas com a

própria missão do Supremo que deveria ser de não negociar sobre esse tipo de direito, tratando-o como algo inegociável. E tem um problema adicional nessa história: na medida que uma conciliação pressupõe que as partes envolvidas se dispõem a negociar, a APIB, na reunião, ao verificar um clima ruim, favorável ao outro lado, recebeu a informação de que, ao invés das decisões de conciliação serem por consenso, seriam por votação. Nisso, sabendo que os indígenas iriam sistematicamente perder, resolveram se retirar da negociação de conciliação. Quando um lado titular do direito se retira de uma conciliação, significa que não há mais negociação, devendo-se ir para julgamento. Mas, o ministro Gilmar Mendes decidiu continuar a conciliação, intimando o Ministério dos Povos Indígenas a nomear outros indígenas para dar continuidade a essa conciliação. Então existe um problema aqui, pois se está conciliando contra a vontade da entidade nacional que representa os indígenas. Funciona quase como uma conciliação forçada, no qual configura-se como uma contradição em termos.

Versus: E esses nomes já foram indicados?

Prof. Sarmento: Não. Mas existe uma confusão sobre quais seriam os nomes. O Ministério dos Povos Indígenas, presidido pela ministra Sonia Guajajara, por outro lado, possui um papel de legitimação. O ministro Gilmar Mendes foi muito inteligente, pois ao invés de nomear indígenas de sua preferência, ou indicado pelos partidos de direita, ele deixou ao encargo do Ministério dos Povos Indígenas. Mas essa questão também implica num problema filosófico: apesar do fato da ministra ser a Sonia Guajajara,

não cabe ao governo dizer quem são os representantes dos indígenas, ela é ministra do Estado. Assim, corre-se o risco de criar um precedente sério na medida em que, ao delegar a decisão da nomeação para um nome ligado ao governo, quem garante que no próximo governo isso vai ocorrer? Hoje, mal ou bem, a Sonia ocupa esse posto, é uma figura engajada. Mas quem vai dizer que isso se manterá? No governo anterior, não era. Então, isso de permitir que o governo escolha o representante dos indígenas, remete a um modelo antigo que era um modelo de tutela; um modelo que foi, por exemplo, utilizado pelo governo durante a ditadura militar para impedir que o Mário Juruna viajasse para fora do país em uma reunião internacional representando os indígenas, pois ele iria criticar o governo brasileiro pelo tratamento aos povos indígenas. O governo não concedeu autorização para ele viajar, contudo, no fim ele acabou conseguindo. Mas é importante salientar que esse modelo de tutela, com base num órgão do Estado no qual deve indicar quais são os indígenas para negociar, ele é intrinsecamente errado.

Versus: Na sua visão, existe uma movimentação cada vez mais forte para tentar barrar a aprovação dessa Lei?

Prof. Sarmento: Acredito que sim, acho que existe. Inclusive houve uma mudança positiva no Supremo sobre esse assunto entre 2009 e 2023. Durante 2009, todos os ministros aprovaram o marco temporal. Só houve um voto contrário, do então ministro Joaquim Barbosa. Depois, em 2023, ocorre uma mudança cuja diferença se expressa em números: foram 9 votos contra 2 favoráveis ao marco temporal. O que aconteceu

nesse intervalo? O texto constitucional mudou? Não. O que aconteceu foi a mobilização indígena. E que conseguiram conquistar setores da sociedade, de tal modo que foram publicadas matérias em jornais, ONGs se posicionaram a respeito etc. Em certa época, ficou esquisito a defesa pelo marco temporal, e isso tem a ver com uma mobilização que não é somente relativo ao processo, mas reverbera pela sociedade, imprensa, redes sociais etc. Grandes veículos de notícias como Folha (de São Paulo) e O Globo publicaram editoriais com linhas contrárias ao marco temporal.

seria uma burrice coletiva colossal não concedermos essa proteção.

Versus: Quais são suas expectativas quanto ao andamento do processo?

Prof. Sarmento: No momento, está suspenso. Mas eu não estou muito otimista quanto a força dessa movimentação em que se juntam setores econômicos, ruralistas etc. Tivemos um impacto muito ruim devido aos recentes acontecimentos. Mas eu acredito que a sociedade brasileira vai cometer um erro brutal se não conferir essa proteção aos direitos dos povos indígenas. Primeiro, por uma questão de justiça. Segundo, que o território indígena é muito importante para mantermos vivos as culturas, são centrais para a nossa história. Agora, acima de tudo, em um momento em que o mundo está em risco, literalmente, a ponto de se tornar inviável para a existência da vida humana, nós temos muito a aprender com os indígenas. Vamos inviabilizar a maneira deles viverem? E gerar desmatamento? Se o território indígena no Brasil é profundamente prejudicado, isso deve gerar reflexos no termômetro global, com relação a secas, chuvas etc. Isso pode afetar a vida de todo o mundo, e não só entre os brasileiros. Então, acredito que

mot, consecutus adipiscitur elit. Affirmam ut pueris ex egi pueris ut puer
 ut uterque sapienter vel sapienter uterque. Integer et pueri erat. Affirmam ut
 que hendecim est. Iam uterque iusto lectus, egi ut uterque dham conque vel.
 ipsum purus in pueris. Fusc ut pueris pueris pueris libera nec rediend
 et defendi comarum ut pueris. Pueri malesuada condone
 et pueris et pueris pueris ac
 et pueri pueri



in et id. Cons
 quis convallis convallis. Nisi sus
 ng biccia in est ultricies integer. Cras tincidunt
 tis jugiat vivamus at. Quisque egestas diam in arcu
 rsus. Sagittis nisi rhoncus mattis rhoncus urna. Arcu vitae
 ementum curabitur vitae nunc sed velit. Sit amet consectetur
 dipiscing elit pellentesque habitant morbi tristique senectus.
 ementum integer enim neque volutpat ac tincidunt vitae.
 eque vitae quam pellentesque nec nam. Diam vulputate
 pharetra sit amet aliquam id. Massa enim nec dui nunc
 Mattis enim ut tellus elementum. Dapibus ultrices in iaculis
 nunc sed augue. Rhoncus dolor purus non enim praesent ele
 mentum. Elementum tempus egestas sed egestas pre
 am aenean pharetra magna ac placer
 Sit amet porttitor eget dolor
 ac feur

nsequa mauris n
 sus d. En nunc et malesuada fames
 turpis egestas integer. Suspendisse in est ante in nibh maur
 Amet est placerat in egestas erat imperdiet sed euismod.
 tellus at urna condimentum mattis. Velit aliquet sagittis id e
 sectetur purus ut faucibus pulvinar. In nisi nisi scelerisque
 ultrices vitae auctor eu. Facilisis volutpat est velit egestas a
 Erat imperdiet sed euismod nisi porta lorem mollis. Orci da
 bus ultrices in iaculis nunc sed augue lacus. Justo donec en
 diam vulputate ut pharetra sit. Dui vivamus arcu felis
 dum ut tristique et egestas. Facilisi morbi temp
 id. Malesuada fames ac turpis
 Lacus laor
 Accu
 Ve

Das tensões & dialéticas nos antagonismos em equilíbrio

*a política antirracista de Gilberto Freyre*²

RICARDO JOSÉ DE AZEVEDO MARINHO¹

Há mais de setenta anos, o deputado federal Gilberto Freyre proferiu talvez um dos discursos mais célebres da história brasileira moderna. A data era 17 de julho de 1950, segunda-feira, ocasião que o parlamentar levava ao Congresso Nacional um protesto feito pela célebre antropóloga, ativista social, dançarina e coreógrafa norte-americana Katherine Dunham que, em plena turnê que fazia pelo Brasil, e na noite de sua estreia (dia 11 de julho de 1950) no Teatro Municipal de São Paulo, ela aproveitou o intervalo entre o primeiro e o segundo ato para fazer uma denúncia aos repórteres que cobriam o espetáculo. Decepcionada, a artista denunciou que, dias antes, o Hotel Esplanada, o luxuoso hotel vizinho ao teatro, se recusou a hospedá-la, após ter confirmada a reserva há pelo menos três meses, ao saber que ela era uma mulher negra. Lembramo-nos do discurso em grande parte

pelas suas metáforas memoráveis – “o silêncio cômodo”, “país incaracterístico” – e pela urgência da repulsa do “arianismo carnavalesco” que Gilberto Freyre conclama um Brasil e um mundo futuro que tivesse ultrapassado a tirania da raça.³ Gilberto Freyre alcançou um delicado antagonismo entre esperança e desespero, entre a raiva pela condição negra e a garantia a outros brasileiros de que não tinham nada a temer do movimento pela democracia. Todos os brasileiros se beneficiariam com o desmantelamento das estruturas de décadas de escravidão.

Gilberto Freyre, que morreu em 18 de julho de 1987 aos 87 anos, foi um dos mais destacados intelectuais da sua geração, cujos escritos sobre a escravidão e a cultura brasileira transformaram a forma como os estudiosos pensam sobre estes aspectos cruciais do nosso passado. Ele também deixou uma marca profunda como constituinte

¹ Presidente do Conselho Deliberativo da CEDAE Saúde e professor da Faculdade Unyleya, da UniverCEDAE e do Instituto Devecchi.

² O presente artigo tem como ponto de partida um capítulo do meu MARINHO, Ricardo José de Azevedo. (2002), Gilberto Freyre Político. Dissertação de Mestrado. IUPERJ, Rio de Janeiro.

³ FREYRE, G. Negação de hospedagem a Katherine Dunham. Diário do Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 18 jul. 1950. Agradeço a Andrea Ghazi a transcrição das matérias dos jornais da época.

e deputado, ao fundar a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), que tem tornado acessíveis milhares de documentos anteriormente não examinados nos Arquivos Nacionais relativos ao vasto e complexo processo da emancipação.

Se um tema moldou a escrita de Gilberto Freyre foi o de que a escravidão, muitas vezes tratada pelos colegas como homogênea e estática, era uma instituição complexa e em constante mudança, que variava consoante o local e se transformou ao longo do tempo. Sua obra prima *Casa-Grande & Senzala*¹⁴ (1933), ofereceu uma análise pioneira da experiência do nordeste escravista. Gilberto Freyre enfatizou que as condições daquela experiência diferiam significativamente dependendo de inúmeras circunstâncias, desde a extração social de cada agricultura e a descendência díspar dos proprietários das casas-grandes ao longo da colonização, uma vez que o entrelaçamento das relações amorosas e sexuais entre proprietários das casas-grandes e as mulheres escravizadas. Estas distinções sociais das mestiçagens, parentescos e estatuto econômico afetariam a sociedade muito depois do fim da escravidão.

No seu livro *Sobrados e Mucambos*²⁵ (1936), Gilberto Freyre dá sequência à pesquisa da história da escravidão no Brasil, a partir da chegada da sociedade de Corte de Lisboa no início do século XIX. Ele mostrou que as diferenças demográficas e as exigências das culturas que os escravos cultivavam afetava poderosamente a natureza da cultura brasileira (que ele ilustrou de forma ampla, incluindo valores sociais e políticos, religião, vida familiar, hábitos de trabalho e modos de resistência).

Uma das discussões mais originais e influentes deste livro traçou a ascensão dos mulatos, descendentes mestiços de encontros entre os de Hispânia e Lusitânia e africanos na costa oeste da África. Eles estavam entre os primeiros escravos transportados para a América. Nestes tempos, a escravidão era uma instituição que estava



perdendo sua abertura e com isso pavimentou o caminho do abolicionismo que viria a se realizar, e muitos nessa caminhada até a abolição conseguiram obter a sua liberdade e, aproveitando a convivência com as leis e as relações econômicas prosperaram. Mas a consolidação da agricultura da *plantation* também mostrado por Caio Prado Jr. inaugurou uma nova era em que os caminhos para a liberdade foram fechados e a luta por reabri-los se intensificou e assumiu um significado cada vez maior. Gilberto Freyre também ofereceu em *Ordem e Progresso*³⁶ (1957) uma análise cuidadosa de como a Revolução Passiva Brasileira tanto perturbou o sistema escravista que possibilitou a criação de um país novo que abrigava uma civilização de novo tipo.

FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*. Edição comemorativa de 90 anos. São Paulo: Global, 2023.

⁵ Cf. FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. Edição comemorativa de 70 anos. São Paulo: Global, 2006.

⁶ Cf. FREYRE, G. *Ordem e progresso*. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

Todos os escritos de Gilberto Freyre tratam de pessoas em movimento, tornando-os relevantes, para dizer o mínimo, para o atual momento global. A história, enfatizaram suas obras, não se move em linha reta.

Desde essas obras, nenhum aspecto do passado brasileiro foi objeto de um corpo acadêmico tão notável quanto a história da escravidão e da emancipação. Através dos seus livros e da Fundação Joaquim Nabuco que instituiu, Gilberto Freyre esteve na vanguarda dessa revolução histórica. Homem de generosidade incomum, sua influência também ficou evidente nos muitos estudantes de pós-graduação que treinou e nos conselhos e assistência que ofereceu a dezenas de outros acadêmicos. Isso reverbera fora da academia também. Na sua vida como constituinte e deputado em 1946 e depois deputado na 38.^a legislatura (1.^o de fevereiro de 1947 a 31 de janeiro de 1951), Gilberto Freyre foi um arauto em favor da história das mães pretas e suas filhas e filhos.

Como nossa história tem vivido combalida é fácil esquecer quão minucioso foi o discurso de Gilberto Freyre sobre o ultrajante episódio que aconteceu com Katherine Dunham. Ele envolveu a si mesmo e ao movimento que veio a personificar no manto dos valores brasileiros fundamentais discerníveis nos documentos mais preciosos da experiência nacional desde 1822. Em pouco mais de 715 palavras, ele conseguiu invocar a Declaração de Independência, a Lei Eusébio de Queirós, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários, a Lei Áurea, Massangana de Joaquim Nabuco e faz a ponte com a Constituição de 1946, intercalada com a linguagem e as cadências de um desagravo. Quando usou pela primeira vez as palavras “se é certo que um hotel da Capital de São Paulo recusou acolher como

seu hóspede a artista norte-americana Katherine Dunham por ser pessoa de cor”, ele imediatamente acrescentou que isso afrontava o sonho brasileiro profundamente enraizado entre nós. Seria difícil tornar o movimento pelos direitos constitucionais menos ameaçador para todos os concidadãos. Gilberto Freyre conseguiu tornar familiar o seu apelo a uma reestruturação radical da vida brasileira, na verdade quase conservadora.

O discurso de Gilberto Freyre baseou-se numa tradição que remonta à Revolução Passiva Brasileira, quando os críticos da ordem racial castigaram o país por não viver de acordo com os seus ideais professados, ao mesmo tempo que reivindicavam esses ideais como de todas e todos. Durante a luta pela Independência, os que seguiram a negra baiana Maria Felipa citaram a política da liberdade para exigir a sua própria liberdade. Em panfletos, sermões e manifestos que mobilizaram os brasileiros para a Batalha de Itaparica insistia-se que a liberdade era o princípio a partir do qual o Brasil agia e consequentemente exigia-se a abolição da escravatura. Nas décadas anteriores à Abolição e em plena Guerra da Tríplice Aliança, os abolicionistas e os seus aliados aproveitaram o pronunciamento de Pedro de que “é para o bem de todos e para a felicidade geral da nação” e onde os soldados negros são mais um símbolo e exemplo como arma para a abolição. A atuação desses soldados possibilitou a reivindicação do mesmo estatuto desfrutado pelos demais soldados, mas que o Império tinha inúmeras dificuldades para conceder. Se todos os brasileiros pudessem reivindicar a cidadania por direito de nascença, o mesmo princípio deveria estender-se aos negros nascidos no Brasil, estatuto que a Lei do Ventre Livre estabeleceu e foi mais um abre alas da Abolição.

Talvez o exemplo mais marcante de condenação da hipocrisia nacional ao mesmo tempo em que reivindicava os benefícios da liberdade tenha sido o libelo de Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo* (1883). Nabuco criticou os brasileiros que celebraram o Dia da Independência enquanto sujeitavam milhões de seus compatriotas à escravidão. No entanto, ele não repudiou os fundadores ou a sua obra. Longe disso: Nabuco reivindicou o legado dos fundadores, como uma época de coragem e das grandes e dos grandes da liberdade, e a Constituinte que elaborou o fundamento da Constituição para ser um glorioso documento de liberdade que, se sancionada e interpretada corretamente, poria fim à escravidão. Na verdade, Nabuco deu a entender que, uma vez que a Declaração de Independência identificou a liberdade como um *“bem de todos e para a felicidade geral da nação”*, os negros – livres ou escravizados – na percepção abolicionista rejeita a ideia de que a liberdade poderia ser confinada para brasileiros de uma raça e/ou etnia.

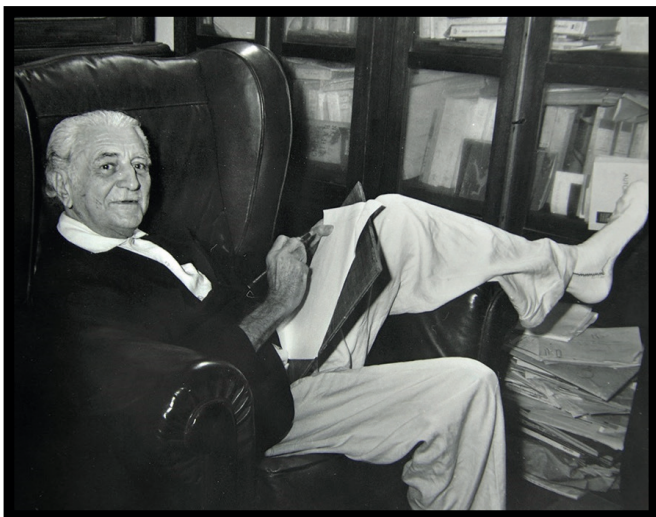
No discurso de protesto da recusa do Hotel Esplanada, vizinho ao Teatro República, em hospedar a célebre antropóloga, ativista social, dançarina e coreógrafa norte-americana Katherine Dunham, após ter confirmada a reserva há pelo menos três meses, ao saber que ela era uma mulher negra Gilberto Freyre utilizou algumas das mesmas estratégias argumentativas. Tal como Nabuco, Gilberto Freyre insistiu que a nação não podia se desviar tragicamente dos princípios legados pelos fundadores. Gilberto Freyre enfatizou que (como o abolicionismo) o movimento pela justiça social também era étnica e era em si interracial por ser sobretudo miscigenada. Ele observou que muitos brasileiros participaram de manifestações pelo abolicionismo, às vezes sofrendo injúrias ou algo pior. Juntamente com

os apelos à promulgação da Lei da Áurea que então definhava no Congresso, as exigências dos manifestantes incluíam um enorme programa de gastos públicos – os empregos e a liberdade – que beneficiaria a todas e todos os brasileiros: a sua liberdade é inextricavelmente ligada à nossa liberdade. A liberdade dos negros nunca fora uma ameaça à liberdade de todas e todos.

Gilberto Freyre também procurou acalmar os temores generalizados de que esse protesto resultaria em violência. Ele exortou os brasileiros para conduzirem a luta antirracista no alto plano da dignidade e da disciplina e rejeitou explicitamente a desconfiança para todas e todos. Foi com um tom edificante que Gilberto Freyre evitou uma linguagem áspera e até raiosa. Assim como Nabuco – recentemente lembrado pelo nosso Imortal Gilberto Gil – acusou os perpetradores de preconceitos de raça e etnia de cometerem crime que desonra a nação e delineou os horrores dessa atitude abominável, Gilberto Freyre falou desses horrores indescritíveis numa linguagem que pode surpreender aqueles que hoje se deparam com o seu discurso conhecendo apenas as palavras do exímio escritor da nonagenária *Casa-Grande & Senzala*, mas não o tribuno em prol da democracia. Hoje, lembramo-nos da linguagem que personificava a esperança – o sonho de Gilberto Freyre – mas não a sua descrição das duras realidades da escravidão.

Dado o estatuto icônico que o seu discurso de protesto de 1950 é preciso por ele no seu justo estatuto, colocando suas frases e expressões naquele delicado contexto histórico não visando satisfazer objetivos políticos anacrônicos atuais. A invocação de Gilberto Freyre em 1950 e depois, e possivelmente antes, onde nenhum brasileiro e brasileira fossem pré-julgadas pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de suas ações

face a democracia e a república precisa se tornar uma palavra de ordem entre todas e todos. Assim o discurso era um apelo à justiça, não ao “daltonismo”.



A notícia se espalhou entre nós por todas as redes de comunicação da época. Se ainda hoje vale a pena ler o discurso de protesto sobre a desprezível recusa do Hotel Esplanada, adjunto ao Teatro República, em albergar a célebre antropóloga, ativista social, dançarina e coreógrafa norte-americana Katherine Dunham, que se encontra em *Quase política: 9 discursos e 1 conferência* (1950), olhemos seu desdobramento imediato com a sua fala no dia 19, quarta-feira, a imprensa. O *Correio Paulistano* (1950) cobriu e publicou no dia 20, quinta-feira, a seguinte manchete: “Dois racismos rivais estão repontando no Brasil”⁷.

Gilberto Freyre iria falar sobre a gravíssima denúncia de Katherine Dunham da recusa do Hotel Esplanada em hospedá-la por ser negra, o que configura racismo.

O *Correio Paulistano* em sua matéria dirá que Gilberto Freyre “teceu curiosas considerações gerais sobre o problema do preconceito de cor no Brasil.” Na verdade ele tece uma argumentação sobre a indiscrição revelada nas seguintes palavras:

— É evidente que dois racismos estão repontando no Brasil como rivais: o “racismo” de arianistas que, em geral, sofrem a pressão da atual supremacia de padrões anglo-saxônicos sobre meio mundo e o “racismo” dos que, para fins políticos ou partidários, pretendem opor a esse racismo de “arianistas” o de um negro brasileiro caricaturado do norte-americano (FREYRE, 1950, p. 3).

Só essa primeira declaração expõe a complexidade do tema e o que fez o repórter qualificar de curiosa, pois de fato a muito o que se deseja saber a respeito seja sobre o seu escopo cronológico e espacial, de um fenômeno relacional, que sofre alterações com o tempo e não pode ser compreendido através de estudos segmentados de breves períodos e de regiões específicas.

Gilberto Freyre após discorrer sobre as várias modalidades de racismo e suas origens, aludindo ao racismo teutão e anglo-saxônico acrescentou:

— Derrotada a Europa teutônica na última guerra é o anglo-saxonismo que avulta como racismo, ao lado do sempre presente racismo de certos grupos israelitas, racismo que tem causado a esses grupos e a outros, perseguições tremendas. A Rússia — após a Revolução de Outubro procurou abolir os preconceitos de raça (FREYRE, 1950, p. 3).

⁷ Cf. FREYRE, G. Dois racismos rivais estão repontando no Brasil. *Correio Paulistano*. São Paulo, 20 jul. 1950.

Claro está que o foco de racismos é o mundo ocidental, mas o deputado também propõe comparações com outros tipos de segregação presentes em outras regiões do mundo.⁸ E prossegue o deputado:

— Nos Estados Unidos não há hoje americano bem esclarecido que não esteja se apercebendo do perigo dessa exploração. Entretanto, ainda há americanos portadores de preconceitos de raça nas suas formas mais cruas. E em geral para agradar a esses portadores de nova espécie de tifo — o tifo racista — que hotéis brasileiros de luxo, por mercantilismo ou comercialismo, recusam, hoje, hospedagem a pessoas de cor, tratando uma das tradições que mais honram o Brasil: a ausência de preconceitos de raça (FREYRE, 1950, p. 3).

O argumento do parlamentar é de que a prática discriminatória, em suas várias modalidades e aspectos, foi sempre provocada por projetos políticos de monopolização de recursos.

O repórter completamente aclimatado avança com outra dúvida: — *E acredita que além dessas manifestações públicas de racismo haja outras formas menos ostensivas ou tendências de segregação racial no Brasil?*

— Sim, — responde o entrevistado — em grande parte ligadas a situação econômica dos descendentes de africanos que são

também descendentes de escravos. Não nos esqueçamos de que a escravidão no Brasil, veio até quase os nossos dias e em certas zonas rurais ainda perdura, sob formas dissimuladas da servidão (FREYRE, 1950, p. 3).

Reatando o fio das suas considerações dirá Gilberto Freyre:

Essas manifestações de racismo são infiltrações do mau anglo-saxonismo em nossa vida e em nossa cultura que devemos repelir como se repelíssemos uma praga ou um mal epidérmico (FREYRE, 1950, p. 3).

Desta forma, Gilberto Freyre ensaia a inexistência de uma tradição constante de racismo, ao ampliar nossa compreensão das relações interétnicas e contribui para o fim da história deste preconceito. Por isso a pergunta do repórter: — *Acredita que o projeto Afonso Arinos é por aí só suficiente para combater os pródromos de racismo no Brasil?*⁹

Eis que respondeu o parlamentar: “— Creio que ao projeto Afonso Arinos deve-se juntar uma verdadeira campanha antirracista, para a qual muito pode concorrer a imprensa brasileira (FREYRE, 1950, p. 3).”

Ele tinha plena razão quando fazemos esse reconhecimento retrospectivo de que as conquistas nesse e em tantos outros quesitos ficaram aquém do desejado, mas nem por isso tal contexto oblitera o papel ativo que ele e inúmeros

⁸ Cf. SILVA, R. B. Lincoln e Princesa Isabel: o ensino de duas experiências de abolição da escravidão nas Américas através da literatura. Jundiá: Paco Editorial, 2024.

⁹ Afonso Arinos, então deputado em sua primeira legislatura, redigiu projeto de lei contra a discriminação racial por conta de um episódio de racismo sofrido pelo seu motorista José Augusto, negro casado com uma catarinense de ascendência alemã. Nessa mesma época, se dá o episódio de Katherine Dunham. O projeto, com assinaturas de apoio de vários deputados, dentre eles o tribuno, Café Filho e Gustavo Capanema, e foi apresentado em plenário em 7 de julho de 1950. Em agosto recebeu o parecer favorável da Comissão de Justiça da Câmara e em junho de 1951, o projeto, tendo sido aprovado no Senado Federal, seguiu para a sanção do presidente Getúlio Vargas. E assim se fez a Lei Ordinária Federal N.º 1.390, de 3 de julho de 1951, a Lei Afonso Arinos.

outros, grupos e organizações tiveram na tentativa de elevar o problema do racismo, do preconceito e da discriminação racial, a desafio maior a ser vencido pela vida coletiva planetária. Saibamos honrar a sua memória.

Com efeito, há mais setenta anos, Gilberto Freyre pedia às brasileiras e brasileiros, aos cidadãos do mundo que se decidissem alinhar à mudança social – e agir de acordo com a Carta das Nações Unidas de 1945 e os nossos princípios constitucionais. De muitas maneiras, a mesma escolha nos confronta hoje.

7 de junho de 2024

Cafundá Astrogilda: um quilombo urbano

CAÍQUE STORTI

RENATA BASTOS DA SILVA



Em nossa carta magna de 1988 na seção II intitulada “Da Cultura: Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988). Nessa mesma seção, no artigo seguinte se afirma que:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...) § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988)

Deste modo, nossos constituintes abriram o espaço para a regulamentação do artigo 68 da Disposições transitórias da Constituição de 1988, qual seja: “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.” (BRASIL, 1988). Foi o caminho encontrado na época para chegar ao consenso para enfrentar uma herança de processos de exploração, massacre e escravidão de negros, e

indígenas, desde o início da colonização portuguesa. Fato histórico reconhecido oficialmente no último dia 23 de abril de 2024 pelo presidente português Marcelo Rebelo de Sousa que Portugal foi responsável pelos crimes cometidos durante a escravidão transatlântica e a era colonial.

Possuindo o significado referente a um lugar de estadia, a palavra Quilombo originou-se dos povos Bantu, advindos da região centro-sul africana. No Brasil, o termo ficou conhecido em relação a comunidades autônomas, formações derivadas de descendentes de africanos submetidos a escravidão. Nesses espaços, os escravizados se refugiavam da escravidão e da perseguição das grandes fazendas e dos engenhos.

Os primeiros quilombos surgiram ainda em 1570, como forma de resistência contra a violência praticada durante o período colonial. Estima-se que cerca de cinco milhões de pessoas foram escravizadas durante trezentos anos, até 1888, quando foi assinada a Lei Áurea, determinando o fim do período escravagista no país. Um importante passo, ainda que não tenha assegurado as condições de inclusão socioeconômicas, e de

superação das mazelas sofridas pelo povo negro durante este lamentável período. Atualmente, as populações negras ainda sofrem com o racismo institucional, seja por meio de políticas excludentes, que ocasionam em mortes, desigualdade e segregação. No entanto, lembramos que já em 1951, no Brasil foi promulgada a Lei Federal N.º 1.390, de 3 de julho de 1951 (recepcionada pela Carta da democracia de 1988), que qualifica a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Acima apresentamos a principal legislação que garante direitos às comunidades quilombolas é a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68. Neste, se reconhece o direito à terra para as comunidades negras, remanescentes dos quilombos aos quais, no passado, foram submetidas a processos de arrendamento, de compra ou que acabaram sendo ocupadas durante o período de abolição. Ao mesmo tempo, visa também estabelecer a necessidade de uma política pública específica para a regularização e proteção dessas terras. A Lei 13.123/2015 também regula aspectos relacionados à proteção dos direitos das comunidades quilombolas, incluindo a titularidade das terras e os direitos culturais.



De acordo com levantamento publicado em 2022 pelo Censo, órgão de pesquisa e estatística do IBGE, a maioria de sua população quilombola concentra-se no Nordeste (68%), principalmente nos estados de Bahia (BA) e Maranhão (MA). O Sudeste aparece na sequência, composto por 13% do total de quilombos no Brasil. O estado do Rio de Janeiro (RJ) possui 20.344 de quilombos, se apresentando em segundo lugar com relação a quantidade de quilombos existentes, atrás do estado de Minas Gerais (MG).

Para conhecer um pouco mais sobre esses locais, estivemos no Quilombo Cafundá Astrogilda, em Vargem Grande, na Barra da Tijuca. A moradora Isabela Martins de Oliveira, em entrevista concedida à revista, nos conta os problemas enfrentados, desafios e a resistência frente a realidade quilombola.

Quais os principais problemas que vocês enfrentam vivendo em uma comunidade quilombola?

- Bom, por ser uma comunidade situada na cidade do Rio de Janeiro e em um bairro de expansão imobiliária, é a tentativa de gentrificação, um bairro que antes era majoritariamente agrícola se transformou em um chamariz de condomínios de alto padrão. com as leis ambientais sendo flexibilizadas em detrimento do “progresso”. o custo de vida aumentou exponencialmente e o quilombo sobrevive de comércios, turismo e empregos na cidade, já que grande parte das plantações foram proibidas ou reduzidas pela implantação do parque estadual da pedra branca. A comunidade sofre também com os grileiros, que a todo momento tentam usurpar terras para compra e venda.

Segundo a Agência Pública, durante o governo de Jair Bolsonaro os números relativos a perseguições e assassinatos de lideranças quilombolas dobraram nesse período. Como vocês enxergam essa questão atualmente?

- A comunidade Cafundá Astrogilda, diretamente, só presenciamos atos de grileiros em busca de terrenos, mas fazemos parte da ACQLERJ (Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro) onde vimos vários ataques a lideranças quilombolas. Na marcha contra a intolerância religiosa e étnica buscamos representar as comunidades e as pessoas afetadas com cartazes e falas em meios de comunicação.

Nos anos anteriores vimos com muita tristeza a relativização das vidas negras e quilombolas, mostrando como somos inferiores. porém o que a comunidade tem a dizer sobre isso é que aqui preservamos nossa história, nós somos descendentes de guerreiros que lutaram para se libertar e temos muito orgulho de nossas raízes. lutaremos até o fim para que nossa história seja contada e lembrada.

Como que o Estado do Rio de Janeiro lida, historicamente, com as áreas quilombolas?

- Atualmente com mais diplomacia e respeito, como comunidade reconhecida pela fundação palmares temos direito ao território que ocupamos há séculos. (Claro que ainda estamos no processo de demarcação, já que depende do governo federal e nos últimos governos não se

teve a intenção de fazê-la.) desde a titulação a comunidade e o PEPB vive em uma política de boa vizinhança a depender do gestor da unidade de conservação. Antes do reconhecimento pelo governo federal, tivemos ameaças de remoção (no período de preparação da copa) já que o estado queria uma unidade de conservação integral (sem a presença de humanos). e até ações policiais diretas para que saíssemos mesmo sem decisão judicial. Como já mencionado na pergunta anterior, fazemos parte de uma associação estadual e dentre as comunidades do estado e cidade, nós da comunidade Cafundá temos uma boa situação com a proteção ambiental e defesa de ritos tradicionais, diferente de outras comunidades que tem grandes barreiras por serem em ilhas militares ou em áreas de risco.

O que caracteriza o quilombo de vocês hoje?

- O quilombo hoje se integra a cidade, como nossa forma de subsistência que seria a agricultura e criação de pequenos animais nos foi proibida. a busca por trabalho e educação na cidade nos faz parte dela. ainda que nossa vivência e cultura sejam um pouco diferentes conseguimos, por meio do turismo de base comunitária, mostrar que nem tudo que preservamos é atraso de desenvolvimento e sim sabedoria ancestral.

Qual o maior desafio dos quilombos atualmente?

- Digamos que o maior desafio é formar jovens engajados na luta por direitos do povo quilombola, além dos grandes empreendimentos tentando usurpar terras protegidas por lei.

Otimismo da vontade, pessimismo da razão:

a frente ampla, sempre necessária

CAÍQUE STORTI

Ao refletir sobre os 60 anos do golpe civil-empresarial-militar no Brasil, o professor Ivo Coser nos remete a frente ampla que possibilitou aos democratas colocarem um fim ao governo ditatorial iniciado em 1964.

Em entrevista que o professor do curso de Ciência Política e do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UNIRIO, Ivo Coser, que concedeu ao mestrando da UFRJ, Caíque Storti, revelou uma leitura sobre os 60 anos do golpe de 1964, salientando que aquele movimento feriu nossas instituições democráticas e republicanas, suas consequências e como enfrentar as políticas que desafiam nossa democracia hoje: “momento atual é de defesa pelo que já existe”, através da política de frente ampla que foi vitoriosa em 2022. Esta vitória abriu, a possibilidade de em 2024, a volta das manifestações criativas, com o filme de Walter Salles “Ainda estou aqui” (2024) que nos revela causas comuns que nos tornaram unidos e nos levaram, os democratas de todas as matizes, à derrota daquele movimento que fragilizou nossa vida pública.

O professor Ivo Coser destaca a atualidade do avanço político da chamada nova direita, pelas palavras do cientista político:

Esse movimento da nova direita foi global. E ele passaria pelo Brasil de uma forma ou de outra, ele chegaria aqui. Chegou aqui ativando setores que já possuíam uma visão antiestatal, contrária às políticas de reparação social, as políticas de direitos sociais. Acho que poderíamos ter feito todo um processo de educação sobre o que foi 64, e no entanto isso chegaria, passaria por aqui, viria. Acho que há um limite do que é possível fazer em relação a essa nova direita. Em dado momento da conjuntura mundial isso se apresentou. Em Portugal, na Alemanha, na Argentina. Este último, que talvez entre os países da América do Sul que passaram pela experiência autoritária, expurgou, prendeu os últimos presidentes militares, foram julgados e condenados, coisa que nunca ocorreu no Brasil. O fato é que na Argentina, mesmo onde as vísceras da ditadura foram expostas em praça pública, não conseguiram impedir a eleição do Milei.

Completamos nesse ano de 2024, os sessenta anos daquilo que pode ser considerado um dos maiores traumas históricos na formação social brasileira contemporânea: o golpe militar-ci-



Cartaz do filme "Ainda Estou Aqui", 2024

vil-empresarial, implementado em primeiro de abril de 1964. Em meio a um avanço conflituoso de ideologias, discursos e práticas de extrema-direita, tanto nos campos sociais como de representações políticas, se torna cada vez mais necessário a importância de se entender, e compreender os profundos impactos que a deposição da cadeira de João Goulart significou sobre a nossa história recente.

Para isto, voltemos um pouco no tempo para conceder o devido contexto da época. Tratava-se de um momento intenso em termos sociais, geopolítico e ideológicos. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, Goulart assume a presidência em um momento conturbado, em que setores tanto civis quanto institucionais da sociedade brasileira acirram conflitos em torno da posse

deste, desencadeando uma crise política e social que seria apaziguada apenas com a adoção, na época, de um regime parlamentarista.

Seguindo em defesa de pautas, por exemplo, ligadas ao âmbito das tais reformas estruturais de base (agrária, bancária, urbana, universitária etc.), o então presidente João Goulart retoma o regime presidencialista sob plenos poderes. Contudo, entre 1963 e 1964 se depara com um cenário de crise política. Na medida em que o governo passou a incentivar medidas de cunho radical em defesa das reformas de base, a articulação de oposição iniciava o avanço golpista a plenos pulmões.

Em conluio com diversos segmentos, o golpe sucedido em 1 de abril de 1964 tratou-se de um movimento pré-arquitetado entre a elite de instituições empresariais, como IPES¹ - e IBAD², ligados a setores conservadores/religiosos, midiáticos e militares. Após uma tentativa de implementar um estado de sítio durante 30 dias, alegando grave comoção com caráter de guerra civil que colocava em perigo as instituições democráticas e a ordem política, setores importantes das Forças Armadas iniciaram um processo de conspiração contra o governo, liderado por Castello Branco.

A partir deste momento, estes mesmos setores militares se conectam com agentes externos. Contando com a participação de agentes da embaixada estadunidense ligados ao governo

¹ Fundado oficialmente em 2 de fevereiro de 1962, no Rio de Janeiro, com estatutos registrados em 9 de dezembro de 1961, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) resultou da fusão de grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo que rapidamente ganhou a adesão das classes produtoras dos outros estados.

² Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização (think tank) anticomunista fundada em maio de 1959, por Ivan Hasslocher. Ao lado dele, vários empresários – tais como Gilbert Huber Jr., Glycon de Paiva e Paulo Ayres Filho – fariam parte dessa organização e da sua entidade-irmã, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), constituída dois anos e meio depois.

de John Kennedy, no dia anterior Jango já havia denunciado, em seu último discurso transmitido em rádio e TV, o caráter imperialista e burguês do golpe que estava por vir. Em seguida, o general Mourão Filho desloca uma parte do Primeiro Exército que estava em Minas Gerais para marchar até o Rio de Janeiro; as demais tropas do Primeiro Exército que estavam no Rio e em São Paulo se juntam a estes. Assim, naquela manhã de 1 de abril, Goulart percebia que a posse de sua cadeira se tornou insustentável, e deixou o Brasil. Na mesma noite daquele dia, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência do país.

Procurando abordar maiores detalhes sobre este evento, contamos com a participação, como já aludimos acima, do professor de Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela UNIRIO, Ivo Coser, em entrevista para a revista Versus. Neste aspecto, ressalta que:

Existiam forças consolidadas em todos os países sul-americanos que a ditadura militar se instalou. Sem dúvidas, em todos os EUA participa de acordo com o apoio, na medida em que encontra alicerces para poder compartilhar com seus representantes. E ele encontra. No caso brasileiro, existem atores políticos relevantes que mobilizam e endossam a mobilização contra o regime democrático. Então, os EUA possuem um papel importante, jogando de acordo com quem ele possui dentro do jogo, os atores com os quais ele sente que pode dialogar. Edmundo Coelho, em sua obra sobre a participação das FA no golpe militar, atribui uma participação significativa das Forças Armadas à questão da indisciplina militar; da percepção de que o governo estimulava, era conivente, não rebatia a indisciplina militar. Tanto que

a famosa frase do Golbery do Couto e Silva que ele fala: 'A maior parte das Forças Armadas dormiu legalista e acordou (contra)revolucionária, entendendo que teria sido uma 'revolução'. Só no momento que ela sente, ou que se difunde a ideia de que há um problema de hierarquia, é que setores consideráveis das Forças Armadas endossam a ideia de golpe. O autor mostra que setores que não tinham nenhum endosso ao golpe, mas a medida em que se começa a ventilar a ideia de que havia insubordinações de setores hierarquicamente inferiores, como soldado, cabo, sargento, é que eles se mobilizam a favor do golpe.

Nesse sentido, de acordo com Coser, existiu após o processo de redemocratização do país, um movimento de reorganização, por outro lado, nessa segunda década do século XXI, há a lenta ascensão de uma nova direita política no país:

Estabeleceu-se um consenso razoável de que a experiência de 64 foi um problema, e tinha que ser superada. Era hora de adotar um novo modelo político, que durou até um pouco antes de 2018, onde se verificou o surgimento de uma nova direita. Até 64 não era um tema, não gerava polêmica, não existiam divergências nesse tema. Mais recentemente, depois de 2018, surgiu uma nova direita que se não é propriamente uma defensora do golpe de 64, também não enxerga de forma negativa. A gente fala de uma nova direita, mas existem algumas direitas dentro deste espectro político. Existem aqueles mais exaltados que dizem que o golpe de 64 resultou numa aliança entre militares e comunistas. Durante o primeiro governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o agitador e ideólogo difundia a ideia de que havia ocorrido uma aliança entre comunistas e os militares. O próprio Paulo Guedes, ex-ministro da Economia durante o governo bolsonarista, deplorava

a experiência de 64, enxergando por uma ótica liberal/neoliberal. Contudo, o Jair Bolsonaro era um militar aposentado que defendia o legado de 64. Então, fica uma posição da nova direita em que uma parte dela enxerga a experiência política promovida pelo golpe de 64 como uma espécie de continuidade de um Estado intervenor, não possuindo propriamente um pendor no liberalismo político, o máximo que ela consegue é o liberalismo econômico. Embora, por outro lado, existem aqueles que enaltecem o rito das Forças Armadas.

Ao mesmo tempo, nos deparamos com um ponto importante neste aspecto. Durante o avanço do golpe militar realizado em 1964, veículos midiáticos e órgãos institucionais promoveram a produção de desinformações que legitimavam a ascensão golpista contra o então governo de Jango (1961-1964). Derivado de argumentos baseados em uma suposta proteção contra o comunismo, setores da mídia moldaram a opinião pública objetivando justificar a instalação de um regime antidemocrático no país. Cinquenta e quatro anos depois, podemos verificar que uma lógica similar orientada até a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, permeado sob a nova forma digital, se reproduziu.

Ligado a isto, durante o então governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o professor Ivo afirma que:

Houve a tentativa de resgatar a experiência de 64! E o fato de um presidente com uma grande penetração nas redes sociais, isso de fato tende a contribuir para uma revalorização de 64 ao chamá-la de 'Revolução'. Isso realmente teve um efeito. Nesse sentido, o período de 64 busca ser valorizado por uma questão fortemente ideológica, o combate ao comunismo. Sabemos que isso é uma ilusão, que serve de espantalho para fornecer

poder a muitos grupos. Então, por esse lado, por uma perspectiva de recuperar o combate ao comunismo, esse fantasma disseminado revela um perigo que ronda o nosso debate político. Pois, ao se verificar os governos de Lula e Dilma (PT), o que realmente existe de comunismo? Nada. Mas, pelo visto, isto obteve um eco em alguns setores", afirma o cientista político.

Ressalta-se nas palavras do entrevistado, a seguinte fala:

Uma coisa é a gente observar o fenômeno se movendo, outra coisa será quando daqui a cinco, seis anos nos voltarmos a olhar para este fenômeno". Coser chama a atenção para o fato deste objeto, o fantasma/espantalho do comunismo, ter ecoado, principalmente, no imaginário de pessoas ligadas, pertencentes, seguidoras de igrejas de caráter neopentecostal. "Um mundo que até pouco tempo atrás, fazia parte da coalizão do governo. Marco Feliciano apoiou o Lula, Silas Malafaia apoiava, Edir Macedo etc. Ao mesmo tempo, é interessante pois, eu tenho orientado na pós-graduação algumas pesquisas qualitativas feitas com pequenos grupos de neopentecostais. E é um dado interessante porque se por um lado alguns endossam a ideia de que ser cristão e ser de esquerda não é aceitável, nem todos deixam de votar no Lula ou não votaram na Dilma. E ainda, quando indagados sobre pontos específicos da pauta, como por exemplo, o Bolsa Família, eles endossam esse tipo de um papel do Estado na área do bem-estar social. Sem dúvidas, no âmbito das lideranças neopentecostais mais ativas, algumas delas são visceralmente, compram o discurso do fantasma do comunismo, e divulgam isso, e alegam que ser de esquerda e ser cristão não é compatível.

Acerca deste apontamento, é possível notar um caráter político de extrema-direita por parte de lideranças de igrejas neopentecostais, antes do golpe, durante, e depois. Houve uma aproximação dos evangélicos conservadores com alguns setores vinculados ao regime militar já durante meados da década de 70. Ali, alguns jornais evangélicos, vinculados a igrejas de caráter evangélico, como as Batistas e as Assembleias de Deus, denominações históricas compostas por características pentecostais, adotam um discurso não necessariamente relativo à igreja ou à religião, mas que possuía algumas interlocuções e influências entre seus seguidores. A argumentação principal se dava em torno da existência de uma crise moral na sociedade brasileira, baseado em assuntos como o carnaval no Brasil, aborto, laicidade do Estado, relações com países socialistas etc. Nesse sentido, pregava-se que tais temáticas requeriam um posicionamento necessário por parte dos seguidores deste segmento religioso.

Com isso, verifica-se que a construção em prol de uma memória crítica aos anos de chumbo demanda um rigoroso questionamento sobre tópicos sensíveis, de acordo com a nossa realidade conjuntural. Na medida em que ideias e discursos de cunho neoconservador se desenvolvem e são postas em práticas, como a falsificação da história e de eventos políticos, a religião passa a ser utilizada como uma arma para finalidades de poder político-ideológicas; obtendo adesão, principalmente, no imaginário dentre as camadas mais pobres dos estratos sociais de classes no país. Contudo, como ressalta Coser:

Agora, esse mundo neopentecostal é muito diverso, e muito pragmático. Uma coisa é alguma de suas lideranças, e nem sempre a massa de seguidores é tão fiel assim. Na última pesquisa

da QUEST, já mostra um declínio da rejeição neopentecostal ao Lula, do segmento evangélico. Continua acima de 50%, mas se vai se manter, não sabemos. A postura de quem é atingido por esse discurso, deve ser sempre um convite a um debate sobre a conjuntura nacional, para sair desse campo da fantasia e voltar-se a o que realmente importa, questões sobre a previdência, sobre o Bolsa Família etc. É um público muito disperso, que não é tão homogêneo como a gente pensa. Temos as lideranças, que foram capturadas por esse discurso do autoritarismo, pelo fantasma do comunismo. Agora, o eleitor, em alguns momentos, não é tão ideologizado quanto parece à primeira vista, apesar de ter um forte poder de mobilização. Um dos sinais mais evidentes disso é que a direita ganhou as ruas, têm fôlego agora para ir às ruas.

Ao passo em que acompanhamos, a cada ano que se passa, um aumento de setores evangélicos no país, existe a preocupação pela disputa política-ideológica às mentes e ao imaginário das pessoas que integram os espaços dessa religião. Neste contexto, não só, mas também está em jogo uma disputa pela memória da ditadura militar, e o que este trágico evento significou para o país até os dias atuais, mediante as suas consequências para com diversos setores da nossa sociedade. Diante disso, o professor enfatiza que, a prioridade para o momento atual é de

Garantir o que existe”, ele pontua. “É a pauta da defesa. É a pauta de buscar pontos suscetíveis para uma frente ampla. A questão da defesa das universidades públicas, a questão da defesa da interrupção de gravidez em caso de estupro, a defesa do SUS (Sistema Único de Saúde). Essas são pautas capazes de frear o ataque conservador”, conclui o professor e cientista político.

Na medida em as políticas públicas e os deveres e direitos republicanos são ameaçados,

em que a pobreza frente a concentração de renda expressa desigualdades econômicas latentes, em que ideias conservadoras reacionárias ganham cada vez mais espaços, em que uma vereadora, democraticamente eleita, foi brutalmente assassinada, em que as redes sociais continuam sem uma regulamentação apropriada, cabe refletirmos sobre a situação do regime democrático em nosso país. Frente aos 60 anos da instalação do golpe militar-civil-empresarial, ao mesmo tempo, estamos quase completando 40 anos do final deste período. Nesse sentido, podemos nos deparar sobre a seguinte questão: nossa democracia está ameaçada? Como o professor Ivo Coser nos fez recordar, foram nos períodos de consensos através da frente ampla que conseguimos conquistas republicanas e democráticas, e ele citou o exemplo do SUS, que em meio ao período da pandemia do COVID -19, reforçou o papel das instituições democráticas ao revelar sua eficácia através do programa nacional de imunização. Mas ainda que o pessimismo impere sobre a análise concreta da realidade, o otimismo deve nos impulsionar para que todos os dias possamos trabalhar para mudar as coisas e para a construção do bem comum para aqui e em alhures.

Democracia em campo

RAMON RODRIGO FLORES MENDES¹

Em meados de 1981, assume a presidência do Sport Clube Corinthians Waldemar Pires, após 8 anos de presidência de Vicente Matheus, figura emblemática do clube e responsável por trazer Sócrates, que viria a ser tornar ídolo da nação Corinthiana. Waldemar possibilitou a entrada de uma nova liderança no departamento de futebol, Adilson Monteiro. Apesar de sua falta de experiência no futebol, Monteiro foi fundamental para a ascensão da Democracia Corinthiana (DC). Em seu discurso inicial aos jogadores, instigou a ideia de que poderiam ser agentes de transformação, rompendo com a aceitação passiva das circunstâncias (Placar, 1981).

No âmago desse movimento, estava Sócrates, o maior representante da DC. “Não há nada mais marxista ou gramsciano do que o futebol. É uma atividade que se dá ao luxo de permitir que o pior ganhe” (Sócrates, 2016). Sócrates Brasileiro Sampaio de Souza Vieira de Oliveira, nascido em 1954, se descrevia como um filho da ditadura e viu seu pai queimar livros, que era o bem mais valioso para a família, quando a ditadura civil-militar foi imposta na sociedade brasileira.

A Democracia Corinthiana, movimento iniciado em 1982, permitiu aos jogadores experi-

mentarem uma forma de democracia plena, com todos os envolvidos no futebol tendo direito a voto e peso igualitário em suas decisões (Regis, 2004). Em um período ditatorial (1965-1985) no país, isso representava uma verdadeira revolução passiva (em termos gramscianos como Sócrates gostava de se referir), onde dentro do Parque São Jorge, os jogadores e profissionais vivenciavam uma gestão participativa democrática.

Sócrates, além de ser um jogador extraordinário, o mais valorizado e único do time a representar a seleção brasileira, abriu mão desse status para decidir coletivamente rumos do futebol, destacando-se como líder. Ninguém isoladamente poderia ter provocado um movimento tão progressista (Sócrates, 2011) e o mesmo fazia questão de destacar isso, mencionando figuras como Walter Casagrande e Wladimir Rodrigues, além de todas as pessoas envolvidas no movimento.

Enquanto isso, o Brasil estava imerso em um processo de redemocratização lento e gradual, proposto pelos militares no poder. A população clamava por mais rapidez nesse processo, exausta da falta de liberdade e das dificuldades econômicas (Santayana, 2014).

No período da ditadura civil/militar de 1964 no Brasil, de acordo com o Ato adicional número

¹ Graduando no curso de Bacharel em Gestão Pública para Desenvolvimento Econômico Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

dois (AI-2), de 27 de outubro de 1965, se manteve a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da “Revolução” de 31.03.1964, e dá outras providências. Entre as alterações estava o indicado no artigo 18, do AI-2: “ficam extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros. Parágrafo único. Para a organização dos novos partidos são mantidas as exigências da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965”. Resultando que durante a maior parte do período da ditadura civil-militar brasileira da metade do século XX, a representação partidária ficou restrita a dois partidos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a oposição

consentida, e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido alinhado ao governo militar.

O MDB, ao contrário da percepção dos militares, desempenhou um papel crucial como uma oposição efetiva ao regime. Conforme argumentado por Pablo Spindelli (2024), o MDB não apenas fomentou um debate civilizado, mas também promoveu diálogos com grupos independentemente de seus passados políticos, formando assim uma “Frente Democrática sem ressentimentos”. Este movimento não apenas fortaleceu o partido no cenário político brasileiro, mas também consolidou críticas ao regime vigente. Além disso, segundo D’Araujo (1992), o MDB teve um papel fundamental na mobilização de setores da sociedade civil, ampliando a resistência ao autoritarismo e promovendo a defesa das liberdades democráticas. De acordo com Figueiredo (1993), a capacidade do MDB de articular diferentes demandas sociais e políticas foi essencial para sua consolidação como uma força política significativa no Brasil.

Esse movimento culminou na eleição de 1978, evidenciando o enfraquecimento gradual da ARENA. Para conter esse avanço, os militares reintroduziram o pluripartidarismo em 1979, na tentativa de fragmentar os progressistas do MDB em diversos partidos.

Em 1982, ocorreram as primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, resultando na vitória de nove governadores do PMDB e de Leonel Brizola (PDT), um antigo opositor da ditadura. A eleição de governadores pelo voto popular em estados chave, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, teve grande importância política para o país e preparou o terreno para o que viria a ser a maior mobilização cívica do Brasil. Isso demonstrou que os líderes do regime autoritário perderam grande



parte do controle sobre os recursos políticos e do processo de liberalização que iniciaram em 1973 (Sallum, 1996).

Movimento sindicais e estudantis estavam se reorganizando após anos de repressão sofridos durante a ditadura civil-militar (1964 a 1985). O jovem deputado Dante de Oliveira (PMDB) apresenta, em 1983, ao Congresso Nacional uma emenda constitucional que propunha o voto direto para as eleições presidenciais, outros líderes políticos aderem a aprovação da emenda, dentre eles podemos destacar Luis Inácio Lula da Silva, pelo Partido do Trabalhadores (PT) e Ulysses Guimarães, pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), formando uma grande frente suprapartidária em prol das eleições diretas para presidente.

**Ando com minha cabeça já
pelas tabelas
Claro que ninguém se toca
com minha aflição
Quando vi todo mundo na rua
de blusa amarela
Eu achei que era ela puxando
um cordão**

(Pelas Tabelas, música Chico Buarque, 1984)

O desejo da população por mais celeridade no processo de redemocratização crescia, e os recursos políticos conquistados pela oposição na eleição de 1982, agravados pela crise fiscal enfrentada pelo regime autoritário, possibilitou a oposição política canalizar pressões democratizantes nascidas da sociedade (Sallum, 1996). O momento era propício para a multiplicação do anseio de uma sociedade democrática e, para tal, a emenda proposta por Dante de Oliveira foi uti-

lizada como uma estratégia pelos opositores ao regime, com o objetivo de incitar, mobilizar a população, servindo com catalisador para a maior mobilização cívica da história republicana do Brasil (Schwarcz, 2015), as Diretas Já.

O movimento teve seu início em 1983, originando-se da mobilização popular com um caráter republicano e o objetivo de exigir do Congresso Nacional a aprovação da Emenda Dante de Oliveira. Alcançando 1,5 milhão de participantes em seu último comício, o movimento realizou cerca de 50 comícios por todo o Brasil. A nação, vestida de verde e amarelo (Couto, 2014), demonstrava a força e a determinação do povo brasileiro na luta pela democracia. O movimento foi marcado pela sua pluralidade, unindo diversas forças da sociedade brasileira (Pilagallo, 2023).

Os artistas e esportistas, incluindo Sócrates e representantes da DC, atenderam ao chamado de Milton Nascimento, engajando na luta por eleições diretas para presidente. Os atletas da DC entravam em campo com uniforme de jogos com dizeres pró-democracia. Sócrates utilizando amarelo, mas dessa vez sem ser pela seleção brasileira, participou de comícios e afirmou que deixaria o país caso a emenda não fosse aprovada (Sócrates, 2002).

Em 1984, a emenda foi submetida à votação sob intensa disputa política que das ruas tomou assento no Congresso Nacional. Apesar do desgaste do governo militar perante a população, o apoio das Forças Armadas ao regime permaneceu inabalável, ao ponto de cercarem a capital do país e decretarem medidas emergenciais para o momento da votação. O Brasil encontrava-se apreensivo, com a votação ocorrendo na madrugada de 26 de abril, em um clima de tensão e inquietude (Schwarcz, 2015). De um lado, o regime autoritário realizava manobras para ins-



taurar um ambiente tenso; de outro, a população aguardava ansiosa pela possibilidade de uma mudança na regra de sucessão presidencial.

O lema da Democracia Corinthiana, “Ganhar ou perder, mas sempre com democracia,” reverbera no espírito das Diretas Já. Embora a emenda Dante de Oliveira tenha obtido a maioria dos votos favoráveis, com 298 votos a favor, 65 contrários, 3 abstenções e 113 deputados ausentes², não alcançou a maioria qualifi-

cada de dois terços necessária no Congresso para sua aprovação. Esse resultado representou um revés na tentativa de acelerar a democratização proposta pelos militares, que era lenta e gradual, mas também trouxe esperança para a população, sendo um suspiro democrático e republicano. Os progressistas, especialmente Tancredo Neves, entenderam que era o momento para eleger um presidente civil, mesmo que indiretamente. Assim, no ano seguinte, Tancredo foi eleito indiretamente, com José Sarney como vice-presidente. Eles assumiram o compromisso de promover eleições diretas em todos os níveis, uma assembleia constituinte e promulgar uma nova Constituição.

O futebol não pode ser visto com alienação, ele mobiliza e reúne, fazendo com que as pessoas sintam sua força coletiva (Kfuri, 1983). Esse período foi exemplo de como o esporte e a sociedade brasileira precisam estar em consonância na busca de democracia e liberdade, importante destacar que após a não aprovação da emenda, Sócrates cumpriu a promessa e partiu em direção à Itália para ser jogador da Fiorentina.

Estou aqui para ler Gramsci na língua original e estudar a história do movimento trabalhista. (Declaração de Sócrates ao chegar na Itália, 1984)

² SENADO FEDERAL. **Dedo de Prosa: 40 anos da votação da Emenda Dante de Oliveira**. Rádio Senado, 25 abr. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/conexao-senado/2024/04/25/dedo-de-prosa-40-anos-da-votacao-da-emenda-dante-de-oliveira>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Referências

- COUTO, R. C. Depoimento em: MAIA, M. **Diretas já - o grito das ruas**. Brasília: TV Senado, 2014.
- D'ARAUJO, M. C. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- FIGOLS, V. **Futebol e política: o futebol resiste!** Portal Ludopédio, São Paulo, v. 83, n. 2, 4 maio 2016. Disponível em: <https://ludopedio.org.br>. Acesso em: 27 out. 2020.
- FIGUEIREDO, A. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.
- KFURI, J. **A emoção Corinthians**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- OLIVEIRA, S. **De frente com Gabi**. [Entrevista concedida a] Marília Gabriela. 26 out. 2011.
- PILAGALLO, O. **O girassol que nos tinge: uma história das Diretas Já, o maior movimento popular do Brasil**. São Paulo: Fósforo, 2023.
- PLACAR, 27 de novembro de 1981. Apud. DOWNIE, A. **Doutor Sócrates**. Tradução de André Kfourir. Campinas: Editora Grande Área, 2021.
- SALLUM JR., B. **Federação, autoritarismo e democratização**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 27-52, out. 1996.
- SANTAYAMA, M. Depoimento em: MAIA, M. **Diretas já - o grito das ruas**. Brasília: TV Senado, 2014.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SÓCRATES; GOZZI, R. **Democracia corintiana: a utopia em jogo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 43.

Signos cruzados no mural dos orixás: percursos, marcas e traços entre Carybé e Verger

WALDELICE SOUZA¹

Resumo

Neste pequeno artigo buscaremos considerar os signos cruzados entre Carybé e Verger, analisando, por um lado, um dos painéis componentes do Mural dos Orixás, de Carybé, composto em 1968, a talha em que figura a divindade Iyami Osorongá; e, por outro, algumas narrativas coletadas por Pierre Verger, intitulada como “O Esplendor e a Decadência do Culto às Iyami” publicado pela primeira vez em 1966, em francês. Esse material volta a ser publicado em português em duas edições posteriores: em 1992 e 1994. Carybé e Verger compõem ao seu modo signos que se interessam pela cultura afro-brasileira. É situando-os nesse campo, que os observamos. O primeiro tem interesse pelas marcas e registros que ocorrem nesse campo, configurado por matrizes culturais, códigos e traços específicos, compondo registros que respondem ao que busca, a saber: o imaginário do homem da

Todo homem é um orixá!

Lazara Menéndez

Professora de História da Arte

Universidad de La Habana

Vou aprender a ler para ensinar a meus camaradas

Brasileirinho - Maria Bethânia

Eu também tive um rio que secou.

Sérgio Pererê

Só os ciclos eram eternos.

Pepetela – Escritor angolano

América do Sul; e, o segundo, se interessa, exatamente, por uma visão em câmbio entre a marca que está configurada em um estado em que a presença da cultura remanescente do continente africano é muito importante (Bahia), como ato (ritualístico(s)) pelos quais se descortinam o ato de outro lugar, mais especificamente as regiões centro ocidental do continente africano, ou seja,

¹ Pesquisadora associada no MAFRO/UFBA, por cooperação técnica com a UFRJ – do 2 sem (agosto) de 2022 até 1 sem (julho) de 2026. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8819484995997181>

Benin e Nigéria. Eles vão ao fundo da cultura e compondo repertório por elementos tangíveis. Dessa forma, os pesquisadores produzem uma obra com signos que contam com algumas características: a) monumentalidade; b) integração entre artes (interdisciplinaridade, numa perspectiva de multilinguagens artísticas); e, c) Leitura do signo do sistema de códigos que compõem o conhecimento, que estudam por dentro do sistema (vinculação religiosa insofismável). A ideia do trabalho é investigar, em termos de ocorrências artísticas e analíticas onde, exatamente, o cruzamento do signo se processa, apresentando algumas interpretações.

Palavras-chave: Modernismo baiano;
Análise Mural dos Orixás; Semiologia;
Oráculo de Ifá; Análise de ìtan(odù)

0 - Abre alas – 1

Em tempos de cancelamentos, eliminações, rebaixamentos, abolições de pessoas, pensamentos, campos semânticos e modos de ver é sempre complicado observar objetos artísticos, epistêmicos, teóricos por meio de seus executores educados, estruturados e compostos em determinado tempo histórico, cercados pelas conturbações dos momentos artísticos nos quais estão inseridos. Parece que seguir vendo as contribuições, os equívocos e alterações propostas por esses artistas e pesquisadores pode instituir alguma desordem. Há silêncio para impor também que é melhor não perguntar, então: “qual seria?” Ato em contrassenso a isso tudo, me parece mais instigador. Isso porque entendo que se manter receoso de agir por essa possível desarticulação da ordem, consegue-se só amarrar os próprios passos e mãos e seguir pensando que ao desajustar o arranjo composto pelo descendente do

colonizador, ainda ativo, se perde o caminho. Quando o contrário é se garantir atento às contravérsias para poder interferir nelas com radicalidade, podendo, com esse gesto, olhar por onde andamos, mesmo que se esteja inaugurando novos trajetos. E, obviamente, isso é desafiar algum tipo de poder que se move em jogo de sombras. Parece que nessa corrida de formas difusas o enfrentamento do problema de abordagem é abandonado com afirmações excessivas de que a história não deu nenhum salto de mudança de sistema, o que, para esses discursos, parece justificar a manutenção das formas de percepção inauguradas por esse mesmo discurso hegemônico. Reconhecer e enfrentar isso na arena em que se põe é aumentar em algumas oitavas o desafio de pensar, enquanto se tenta entender o povo do qual se faz parte. Isso porque a subjetividade do povo também se move ou é movida para um lado e para outros. Ao aceitar esses dilemas como variáveis do campo, é preciso considerar que as mudanças de percepção se dão por disputa por signos; e, quando se abre mão desse enfrentamento, se permite que esses mesmos códigos sejam torcidos a ponto de servir aos novos senhores, detentores de poderes logísticos dentro de uma atualidade frágil e em severa dis-



puta. Nessa emergência, abrir mão de interlocutores que nos permitiriam entender o passado, é apagar traços que serão muito mais dificilmente recuperados no futuro.

Dessa forma, nos inscrevemos em ato de persistência, pelo qual se entende a história como processo, mais do que só como disciplina. Obviamente, ter essa disposição não nos impede de ter que enfrentar os problemas conceituais, os conflitos, os disparates, ainda, mantido por alguns teóricos, artistas, etnólogos, tenham eles se constituído como o que são – ou o que foram – na modernidade ou na contemporaneidade. Feitas as ressalvas, abro alas para o debate que me conduziu até aqui.

Carybé é artista plástico versado em muitas técnicas, enquanto Verger é fotógrafo, de imagens em preto e branco, essa iconicidade se transforma em expressividade de signos, nos quais o ponto central de cruzamento dialoga, por atravessamento, com sistema simbólico não hegemônico, que permite ver desenho completo do sistema de binarismo complexo, que compõe o universo epistêmico do candomblé, demonstrando sua coerência. O signo de modo geral é um referente, imagem, objeto ou fato que está no lugar de outro elemento; para conseguir expressá-lo é preciso conectá-lo com elementos do cotidiano para que se possa (re)configurar a coerência do sistema de códigos em questão. O signo central do cruzamento de caminhos, entre as duas figuras em tela, é exatamente Odú, que no diálogo mantido por esses dois pesquisadores, por meio de suas artes visuais e suas pesquisas etnográficas observam a senhora dona dos pássaros, Iyami Osorongá, como dona primeira dos ikins de quatro olhos ou igbadù. O que, talvez, permita ver como funciona esse sistema.

Seguindo o Cortejo

Adentrando aos percursos de estudo dos pesquisadores e artistas, parece contraditoriamente estranho um pesquisador ser artista, contudo é muito mais estranho considerar que um artista seja pesquisador. O que quero dizer com isso? Exatamente que o pesquisador, às vezes, adentra ao universo, ao uso de ferramentas e técnicas dos artistas para poder entender o ambiente que esse outro articula; parece, contudo, o caminho inverso mais minado, com munição explosivas. Nesse aspecto, a crítica de arte consolidou o seu lugar mais firmemente que o interesse do artística em analisar criticamente o seu fazer. Talvez, os conceptualizadores de como se compõem os conhecimentos universitários, a ação da imprensa e das exposições gostassem mais de fazer do artista um ser parecido ou bem próximo do objeto que investigam e por isso tenham



construído esses paradoxos, contudo, pularemos esse obstáculo, deixando-o para quem prefira auscultar as dificuldades de uma crítica firmada em bases de julgamento de uma razão pura. A base desse texto é a análise aplicada aos materiais existentes de um e outro pesquisador-artista. Um

que se nega a afirmar que é pesquisador, apesar de ser, ele mesmo, grande estudioso da temática pela qual atua, dando forma e expressividade a símbolos, Carybé; e o outro que produziu obra fotográfica que circula o mundo com objetivo mais informativo, Pierre Verger, e que, por aí, chegou as conotações etnográficas de uma produção visual, o que é consistente, por sua vez, com o fazer artístico. Apesar desse ponto de certa divergência, o artista e o pesquisador, se encontram em diversos outros, o mais conhecido é a cidade de Salvador, estado da Bahia, no Brasil.

Carybé, nascido com nome de batismo Hector Júlio Paride Bernabó, em 1911, em Lanús, cidade do setor metropolitano de Buenos Aires, na Argentina, correu mundo muito cedo, aos seis meses de idade foi para Itália, conduzido no colo dos pais – o pai italiano, Enea Bernabó; e a mãe argentina, filha de brasileiros, Constantina González de Bernabó –, onde aprendeu o seu primeiro idioma: o italiano. O menino chega ao Brasil, mais propriamente ao bairro de Bonsucesso, Rio de Janeiro, onde vive dos sete aos dezessete anos, quando entra na, então, Escola Nacional de Belas Artes, curso que não conclui, talvez, porque, já nessa época procurasse, junto por uma luz que o permitisse ver todas as cores de sua aquarela, por

outro lado, deseja uma arte que lhe deixasse ver melhor o homem da América do Sul e a escola dita “nacional”, talvez, tivesse dessa qualidade muito pouco. Já que sabemos que olhava – e talvez, só talvez, ainda olhe – para uma Europa idealizada pelos colonizadores como sendo o ponto mais evoluído na curva das artes. Carybé, nome escolhido quando era escoteiro do clube do flamengo, no Rio, pensando ser um peixe, volta a correr mundo, visitando vários países da

América do Sul e buscando esses elementos basilares de sua arte. Nessas viagens, visita Salvador algumas vezes, já no primeiro encontro com a terra, em 1938, motivado pela leitura de Jubiabá, publicado em 1935, por Jorge Amado, ver a luz que queria, quando o barco se aproximava da



cidade, imagem que intenta representar no seu primeiro mural feito em Salvador, quando de fato se firma naquela cidade do nordeste, por convite de ninguém menos do que Anísio Teixeira² que já projetava as Escolas Parques como o centro das Escolas Classes³, nos idos dos anos 1950. De 1951⁴ até o fim de sua vida (1 de outubro de 1997) pesquisou o homem, os costumes, a vida e, principalmente, no que acreditava essa figura desenhada em linhas rápidas, encontrada ao

² Anísio Teixeira é responsável pela pasta de Secretário de Educação do Governo de Octávio Mangabeiras, eleito em 1947.

³ O mural Panorama de Salvador, ainda se encontra exposto no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, Escola Classe nº 2, do bairro da Caixa d'água, em Salvador.

⁴ Para fins de nossa pesquisa até 1981, compondo trinta anos de pesquisa, sobre o candomblé baiano, quando publica o livro Iconografia dos Deuses Africanos na Bahia, conjunto de 128 aquarelas, pelo qual recebe o título de doutor honoris causa pela Universidade Federal da Bahia.

baixo do Equador. É pelas características dos traços e técnicas compostas, ao produzir sua arte, que Carybé terá um signo aberto ao diálogo com vários artistas, pesquisadores e críticos da cidade, um deles é Pierre Verger.

O fotógrafo nascido como Pierre Edourd Leopold Verger, em Paris, França, em 04 de novembro de 1902, pelas régua da Bahia em trânsito com o continente africano se transformou em Pierre Fatumbi Verger, bem antes de seu falecimento em Salvador, no dia 11 de novembro de 1996, é descrito pela atual presidente da Fundação Pierre Verger, como:

Pierre Fatumbi Verger, francês de nascimento (04/11/1902, Paris), baiano por opção e africano por paixão, chegou, em 1946, a Salvador, escolhendo, a partir daquela data, a cidade como a sua nova residência e morando aqui até a sua morte (11/02/1996). Chegou como fotógrafo e, aos poucos, transformou-se em um observador etnográfico, antropólogo, historiador e botânico, além de desenvolver muitas outras faculdades. Sem dúvida, ele foi um dos grandes pesquisadores da cultura e religião afro-brasileiras e deixou uma vasta obra. resultado de suas inúmeras pesquisas. (...) A maioria das pessoas que conheceu Pierre Verger lembra-se imediatamente de suas atividades como fotógrafo, tendo percorrido inúmeros países. a partir de 1932, e publicado uma boa parte das suas fotos em livros que se tornaram clássicos da antropologia visual. Outros conhecem as publicações com as quais ele entra no mundo acadêmico e pelas quais, é conferindo ao autodidata Verger o título de doutor em Estudos Africanos (3' cycle) pela Sorbonne,

em Paris, pela sua publicação *Flux et reflux de lu truite des esclaves entre le Golfe du Bénin et Bnhia de Todos os Santos, LI dix-septième uu dix-rzeuvième siècle* (Paris, Mouton. 1968).⁵

Mesmo que não se consiga precisar os motivos exatos que levaram Pierre Verger a cruzar a fronteira do seu país, se pode conjecturar que tenha sido se deslocar, abandonar os marcos de classe social e de identidade mantidos até ali; e, a medida que se movia, ganhava nova inspiração de como ser e a do que ser, até virar mensageiro entre a Bahia e o continente africano, ao se iniciar no candomblé e assumir essa missão como sua. Como se pode confirmar, pelas pesquisas da professora da Escola de Música, da Universidade Federal da Bahia, que lembra em seu texto bibliográfico sobre o pesquisador a monumentalidade de sua obra e da impossibilidade de em um pequeno artigo ser possível uma análise profunda de toda ela. Exatamente por isso, nos voltaremos para dois aspectos de sua pesquisa. A primeira aquela que vai caracterizá-lo como um mensageiro atlântico, o que permitiu ressoar reagrupamentos de grupos trazidos à força no período do sequestro imposto aos povos africanos pela colonização instituída no Brasil por europeus. Verger conduziu uma pesquisa que visitava e verificava similaridades ritualísticas, artísticas e de costumes entre grupos africanos, existentes mais especificamente na África Ocidental, localizadas entre os países, hoje denominados como Benin e Nigéria; como confirma, ainda, a Professora Angela Luthing:

⁵ LÜHNING, A. Pierre Fatumbi Verger e sua obra. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, 1998. DOI: 10.9771/aa.v0i21-22.20971. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20971>. Acesso em: 7 jun. 2024.

Após ter vivido, entre 1932 e 1946, exclusivamente das suas fotografias, viajando incessantemente pelo mundo *le pied u l'étrier* ("com o pé no estribo"), expressão criada por Métraux e Verger nas suas correspondências que mais tarde se torna título de livro (*Le pied à l'étrier*: Paris. 1993), com o qual, ele veio conhecer a Bahia, em 5 de agosto de 1946, um dos momentos-chave em sua vida. Inicia-se um longo período em que estabelece um círculo de amizades e de trabalho, do qual fazem parte, entre muitos outros, Carybé. Vivaldo da Costa Lima, Waldeloir Rego, Odorico Tavares, Godofredo Filho, Cid Teixeira, Carlos Ott. Thales de Azevedo, Jorge Amado, Mário Cravo. Além de um número incontável de pessoas ligadas ao Candomblé, que futuramente acompanhariam a sua vida.⁶

É esse contexto diverso que promove diálogos entre as pesquisas configuradas nos espaços universitários e as mantidas nos Egbê, comunidades-terreiros, como definem Juana Elbein e Mestre Didi. Essa prática será inspiradora para aqueles que consideram que a universidade se desatualiza com grande velocidade sobre as noções epistêmicas de conjunto simbólico fora do jogo por poder hegemônico. Esse diálogo vem no curso de ações de enfrentamentos promovidas pelos sacerdotes e sacerdotisas das várias nações que eram realizadas como gestos em defesa dos ataques violentos impostas por ações policiais em várias cidades, inclusive em Salvador.

As artes e pesquisas de Carybé e Verger perfilam signos que se cruzam, principalmente quando reconhecem os elementos da temática que se aprofundam coerentemente e dentro de

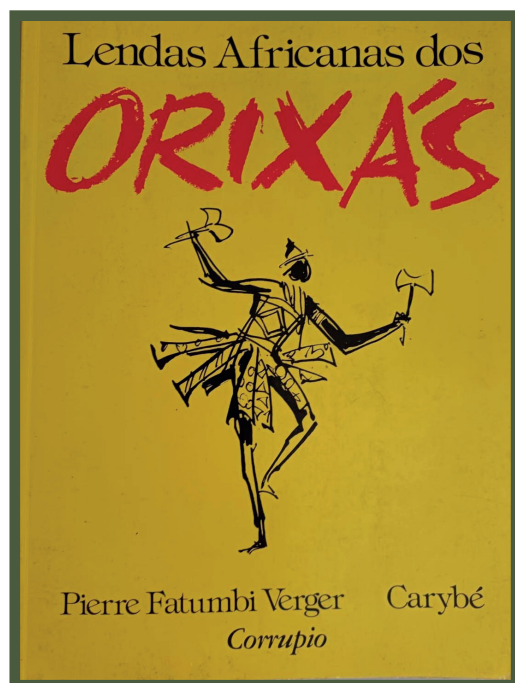
uma perspectiva de resistência por um modo de ser e de ver o mundo em dissonância com o status quo e por guardarem características de, primeiro, monumentalidade em seus lugares expressivos; segundo uma grande disposição à interdisciplinaridade, em uma perspectiva de composição por meio de multilinguagens fazia com os artistas pesquisadores se expressassem por mais de uma possibilidade comunicacional; e, outra marca comum era a grande capacidade de observação do fenômeno de atualizações das perspectivas sógnicas, que liam por dentro do sistema, ou seja, os dois se iniciaram e participam ativamente da vida dos terreiros, nos quais são incorporados. Ambos vão se tornar filhos de Mãe Senhora, Sacerdotisa do Ilê Axê Opô Afonjá. Carybé se inicia como filho de Oxóssi e Verger, consagra a sua cabeça a Xangô por descobrir nele um mensageiro de sua cultura entre a Bahia e a África (LUTING, 1998). Seguindo o percurso, Verger se torna babalaô de Ifá, como afirma o próprio em carta dirigida a Métraux lemos: Encontrei sua carta no retorno de Kétou, onde eu cheguei Pierre Verger e de onde voltei FATUMBI. o que significa: 'Ifá me entregou ao mundo'. E Carybé não só torna-se membro de uma das casas de candomblé mais famosas da Bahia na década de 50, o Ilê Axê Opô Afonjá, como recebe em 1957, o cargo de honra de Obá de Xangô.

Em suas idas e vindas, esses homens, com seus destinos e percursos, se encontram em Salvador, movidos a essa cidade pela leitura do mesmo texto de Jorge Amado, numa demonstração de que o outro ainda causa espanto e interesse. O interesse por tornar visível algo não tangível para muitos também é motor de suas produções e

⁶ LÜHNING, A. Pierre Fatumbi Verger e sua obra. Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, 1998. DOI: 10.9771/aa.v0i21-22.20971. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20971>. Acesso em: 7 jun. 2024.

composições. A expressividade materializada em objeto plástico e imagem fotográfica se torna para muitos o retrato de modos de ser, de modos de configuração do mundo, de modos de organização do pensamento e de constituição de signos, códigos e complexos literários.

Carybé e Verger trocam muito. Dos encontros entre Brotas e Engenho Velho de Brotas, de cafés, mingaus e fatias de parida, denominadas por nomes em francês *pain perdu*, constituem um universo de trocas em seus trajetos de pesquisa, compondo espaços de convergências. Ao fim, o cruzamento não se configura só por adesões. Antes, por consideração do quer dizer, apoiando-se no que o outro diz, que aclama a concordância de quem vai se expressar, que exige deixar de lado abordagens que não são compartilhadas com a mesma ênfase.



Esse signo traça certo cruzamento por diferentes graus de contatos. Há, por isso mesmo, encontros nas composições entre as imagens de Carybé e Verger que nos permitem observar esses movimen-

tos de aproximação e afastamento de seus repertórios alimentados pela mesma temática.

Como no livro abaixo, talvez, expresse a disposição de conversa entre os artistas e pesquisadores. O livro reúne lendas coletadas no tempo em que Verger ficou cruzando atlântico entre Bahia e países do continente africano, que é ilustrado por Carybé. Aqui o diálogo é tácito, quase técnico. Cada um aborda o tema a partir de próprio lugar de pesquisa, conhecimento e bordagem expressiva.

O contato é leve, por mais que seja exuberante.

Fica claro que o texto é de Verger e a ilustração, de Carybé.

O charme está mesmo na configuração do Xangô da capa, ao centro e em gira. Já que Xangô



era a divindade primeira de Verger, que assume a centralidade da obra por essa composição. Uma figura em movimento, movimentando seu ochê (machado de duas lâminas), conduzidos por ambas as mãos.

Ataques e defesa expressos em movimento para leste, direção sempre preferida da divindade que é símbolo, por ela mesma, da vida, dos descendentes e dos iniciados

O contato é interpretativo. Há estudiosos do artista e do pesquisador que afirmam que as imagens não têm anterioridade, para dizer da dificuldade em se saber qual imagem antecede: a fotografia ou a aquarela. Mesmo que a data da composição seja imprecisa, visto que ambos visitavam os mesmos espaços e afetavam-se com questões similares. Considero aqui, contudo, o fato de que, talvez, a foto, de Verger preceda a aquarela de Carybé, lhe dando notícias de uma vestimenta muito característica de Exu, por ser de saia. O que tornou ambas imagens clássicas e signos por elas mesmas. Digo isso porque a foto de Exu de Sofia ser, mais ou menos, de abril de 1948, pois há uma carta de Verger a Roger Bastide que disserta não só sobre a imagem, mas sobre a iniciação da mulher que sustenta a veste (Sofia) nessa divindade em lugar de Ogun. Verger informa:

Fui ver Sofia, filha de Exu, pois ela foi feita há doze anos por Ciríaco (na frente da Mata Escura). [...] Os Exus que estão no pegi de Sofia, ao ar livre, são de ferro, um em forma de tridente e o outro representado por uma corrente, respectivamente

Legbá Boba Buya e Exu sete facadas. Nesse mesmo peji, figuram Elegbá e Exu Mulambinho. [...] O Exu que foi “fixado” em Sofia é Exu Mavambo (Angola) e o nome pessoal do santo de Sofia é Gikete. [...] Fui fotografá-la na casa dela vestida com as roupas vermelho e preto de Exu.⁷

Há mais problemas para os analistas em considerar o diálogo por interpretação ser de Carybé, do que imagino, pudesse ser para qualquer dos pesquisadores-artistas, aqui, analisados. Visto que se trata de uma ocorrência sociológica tão crucial e provavelmente marcante para um e outro artista visual.⁸

Contato por atravessamento. No ponto seguinte, os espaços se encontram, ou até mesmo se atravessam, quando uma imagem desenhada, por Carybé, ingressa no ambiente fotográfico de Verger.

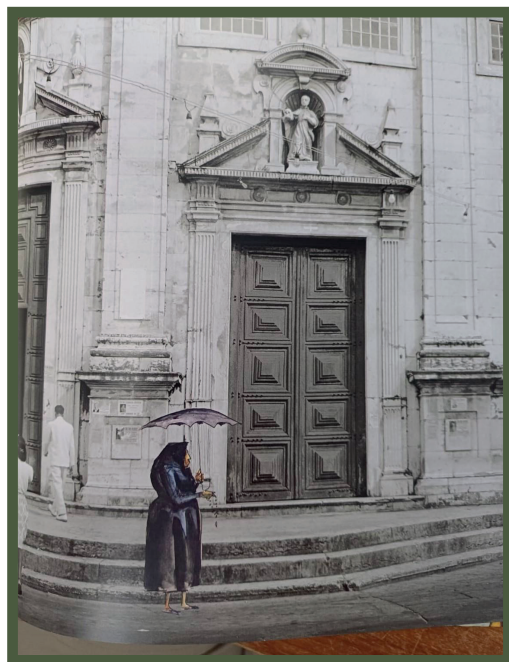
A foto em preto e branco de Verger captura a imagem da Catedral Basílica: construída no início do século 18, quarto templo do Colégio dos Jesuítas (a primeira capela foi edificada em 1604). Considerada uma das mais ricas e expressivas da arte barroca luso-brasileira, pois é revestida interna e externamente em pedralho, composta por duas torres e abóbadas em madeira no teto. Essa é informação denotativa que a foto transfigura.

Carybé compõe, no caminho contrário, a configuração das lendas de Salvador, assim a Mulher de Roxo, que andava pelo Pelourinho, ganha forma.

⁷ BASTIDE, Roger. Diálogo entre filhos de Xangô: correspondências 1947/1974/Roger Bastide, Pierre Verger; Apresentação e notas Freçoise Morin; tradução: Regina Salgado Campos – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017

⁸ G1 GLOBO. Disponível em: <[https://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/04/peca-conta-historia-da-mulher-de-roxo-uma-lenda-de-salvador.html#:~:text=A%20mulher%20de%20roxo%20\(Foto%3A%20Selma%20Santos%2FDivulga%C3%A7%C3%A3o\)&text=Vestida%20sempre%20de%20roxo%2C%20descal%C3%A7a,misteriosa%20hist%C3%B3ria%20nunca%20foi%20revelada.](https://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/04/peca-conta-historia-da-mulher-de-roxo-uma-lenda-de-salvador.html#:~:text=A%20mulher%20de%20roxo%20(Foto%3A%20Selma%20Santos%2FDivulga%C3%A7%C3%A3o)&text=Vestida%20sempre%20de%20roxo%2C%20descal%C3%A7a,misteriosa%20hist%C3%B3ria%20nunca%20foi%20revelada.)> Visitado em 7 de junho de 2024.

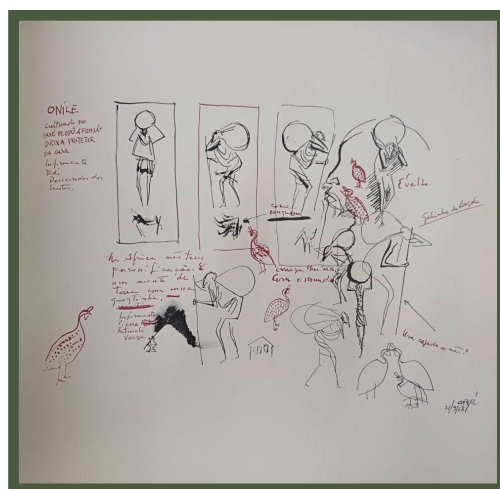
Vestida sempre de roxo, descalça e com forte maquiagem no rosto, 'A Mulher de Roxo' transitou e fez história nas ruas do Pelourinho e da Rua Chile na década de 60. Ela circulava diariamente pedindo dinheiro aos transeuntes. Sua misteriosa história nunca foi revelada.



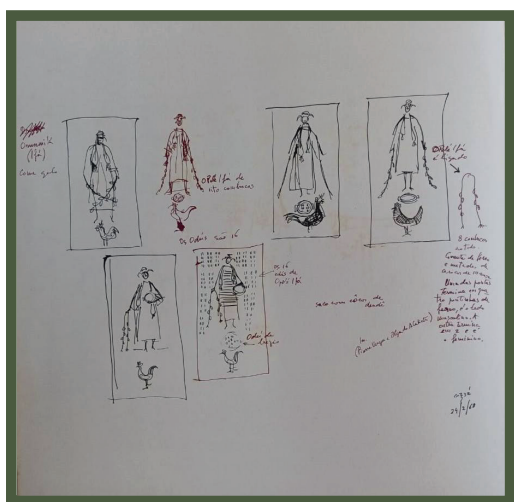
O atravessamento de informação denotativa com outra conotativa pode ser a grande expressão de um e outro artista. Essas trocas seguem rotinas de cooperação entre os artistas e pesquisadores que configuramos e entendemos como trocas que aumentam a adesão entre seus fazeres, ao passo que vão percebendo pontos fugazes dos ritos que estudam profundamente na vida cotidiana do baiano.

No estudo de caso do Mural dos Orixás, o contato se configura pela participação de Pierre Verger como informante de algumas talhas componentes do Mural dos Orixás, composto entre 1967 e 1968, por Carybé, para o Banco da Bahia Investimento (BBM), da família de Clemente Mariani⁹ e desde de 11 de novembro de 1981 exposto no Museu Afro-Brasileiro (MAFRO), da UFBA. Nessa composição, o artista plástico Carybé, com a colaboração de vários sacerdotes, antropólogos e estudiosos, compõe mural com suporte próprio em que os orixás estão em um xirê (festa pública de transe) imaginado pelo artista; Verger dá notícias, a partir de suas pesquisas, para quatro das vinte e sete talhas.

As imagens estão dispostas na ordem irregular que considera dos últimos até as primeiras talhas compostas pelo artista:



⁹ Clemente Mariani Bittencourt Salvador, 28 de setembro de 1900 – Salvador, 13 de agosto de 1981) foi um empresário e político brasileiro. Mariani foi banqueiro, político, empresário, advogado, professor e jornalista, participando ativamente da vida política e econômica do país durante décadas, tendo sido deputado federal, ministro da Educação, ministro da Fazenda e presidente do Banco do Brasil. in.: Loureiro, Felipe Pereira (agosto de 2013). «Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962)». Economia e Sociedade: 547–576. ISSN 0104-0618. doi:10.1590/S0104-06182013000200009. Visitado em 07 de junho de 2024.



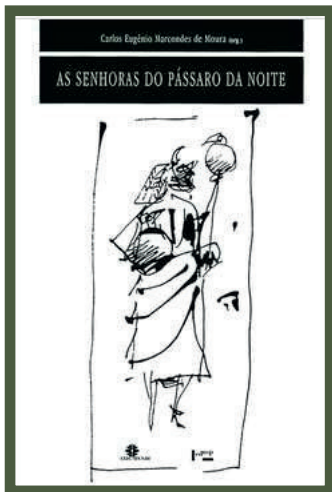
As três imagens dispostas acima e aos lados, configuram Onilé, Ifá e Ocô, respectivamente, como divindades do candomblé pesquisados por Verger e dispostos em desenhos de estudos produzidos por Carybé para a realização do mural gigantesco exposto no museu afro-brasileiro da UFBA há quarenta e dois anos, desde novembro de 1981. Na ordem de composição de cada um dos painéis vêm por último Onilé, tendo sido feito um pouco antes a talha de Ifá; e, antes dessa, a talha a de Ocô e a primeira entre as que contaram com colaboração de Verger se encontra a talha da Iyami Osorongá.

A produção final em madeira, cedro, esculpida em alto e baixo relevos, com técnicas de

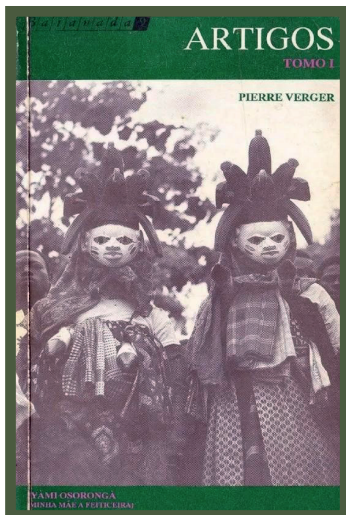
incrustações, assemblage e policromia, resulta como já informamos, em vinte sete talhas.

É essa figura sobre a qual deitaremos um pouco mais de tempo, pois era matéria de pesquisa de Verger publicada em 1966, por recolhimento de narrativas no continente africano.

Observaremos, por um lado, a cooperação de Verger junto ao desafio de compor um mural, por outro, ele era um Babalaô que estuda as configurações dos ideogramas, constantemente, lidos por esses sacerdotes. Por isso o texto em que vai analisar as Àjé é importante, obviamente, por sua análise, como pelos Itan, que podemos entender como narrativas que derivam da composição do Odù (signo), o ideograma composto de oito partes (octograma), grafados verticalmente, da direita para esquerda (sentido anti-horário) e de cima para baixo. O material a ser observado aqui foi publicado por Verger, na coleção denominada BAIANADA, preparada pela editora CORRUPPIO, conjunto de três artigos, em 1992, em São Paulo. Entretanto, esses materiais são oriundos de publicação em francês, no Journal de La Société des Africanistes, Tomo XXXV, fascículo, em Paris, em 1965. A publicação em versão em português foi produzida em 1992. O material foi traduzido por Tasso Gadzanis. No primeiro artigo, com título: “O Esplendor e Decadência do Culto de Iyami Osónrongá – Minha Mãe a Feiticeira entre o Iurubás”. Nesse capítulo do livro, Pierre Verger analisa 10 odù pelos quais as Iyamis são observadas. É publicada em nova edição em material organizado por Carlos Eugênio de Moura, em 1994, pela Editora da USP, onde o próprio organizador é também o tradutor do texto de Verger.



Publicação de 1994



Publicação de 1994

Nesse material, Verger apresenta dez narrativas, componentes do complexo literário de Ifá, pelas quais se pode compor uma noção da importância da divindade Iyami para o complexo cultural do candomblé. Essas narrativas foram coletadas junto aos babalaôs Adesokan, de Ochogbô; Babalola, de Ilobu. Segundo informação de Verger, ambos da Nigéria, (VERGER, 1992).

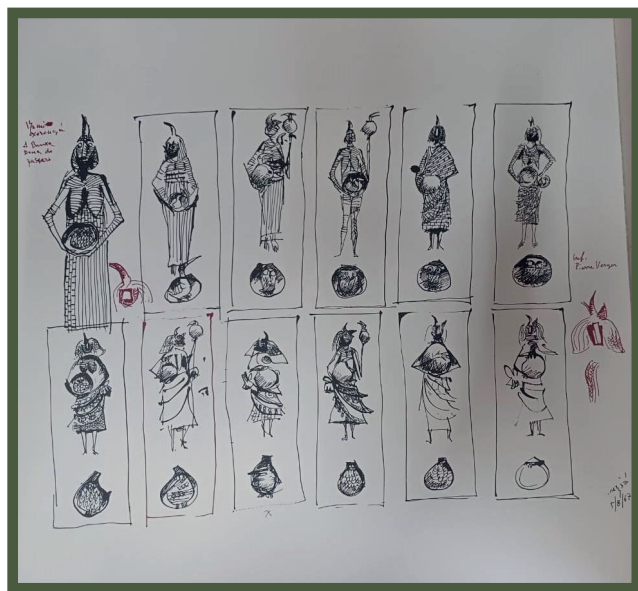
Um dos problemas da consolidação das informações no campo afro-brasileiro é a dificuldade das datas, do fato de os pesquisadores transitarem por muitos países e publicarem em diversos idiomas. O material aqui apresentado, de certa forma e apesar de não haver contesta-

ções, sofre da fragilidade da confirmação de efetiva publicação do material de Verger em 1966. Visto que, se assim não for, a peça de Carybé seria anterior às publicações que apresentamos acima. Contudo, esse fato de incongruência cronológica não impede a confirmação da troca entre pesquisadores, exatamente, porque, observamos, aqui, remanescência tangíveis; além de que em seus estudos, Carybé data e registra todos os seus informantes, o que permite indicar que o contato aqui foi composto a partir de interpretação de Carybé pela pesquisa de Verger.

As narrativas colhidas por Verger vão configurar as Iyami como senhoras coléricas, em grande disposição para luta, briga e maus entendidos, configurando-as assim em expressões de péssima disposição social, o que justifica, para as narrativas, colaboradores e mesmo para o pesquisador, as ações das divindades que entram em contato com essa figura atuando de forma violenta para conter sua fúria, expropriando-a de seus poderes ou se colocando entre elas e seus discípulos preferenciais, a saber: as mulheres. Essa figura que, talvez, tenha sido a senhora de todo o poder, que controlava os espaços espirituais e carnavais, configurados nas metáforas de céu e terra, teria perdido esses poderes, repassando-os ao controle de Oxalá e/ou Orunmilá (divindades masculinas com as quais Iyami se depara) que tentavam apaziguar sua fúria, impondo-lhe algumas perdas.

Por essas ações Iyami deixa de enxergar, não pode ser olhada diretamente por mulheres, perde o controle sobre as roupas (de dança) dos antepassados (egun). Obviamente, Carybé obteve essas informações de Verger, no momento em que o reconhece como seu informante exclusivo sobre Iyami em seu croquis de estudo desse painel, componente do mural dos orixás.

A sua configuração em misto de mulher e ave é, pelo artista, adotada. Isso tem tudo a ver com a composição “A Novidade”, do álbum “de um lado esse carnaval do outro a fome total”, de 2012, Gilberto Gil. Essa própria condição de uma coisa e outra, de paradoxo, incomoda muito àqueles que detêm o poder controlar do signo gerador, por derivação infinita, das culturas hegemônicas desejosos de uma pureza refletida no espelho. Nas diversas culturas há representações com traços de mães genitoras e criadoras de tudo o que existe, como as Iyami. Essa configuração era um repositório não só de um imaginário poético, como de uma disposição política ao papel central que a maternidade desempenhava.



Esses traços também são encontrados em culturas, nas quais a disputa por essa criação do ser descendente é promovida por figuras heroicas, normalmente masculinas, que sustentam espadas, lanças e flechas. São organizados em confrarias de guerreiros, arqueiros e/ou lanceiros que intentaram domar o poder, basicamente feminino, da criação. A função de caçar as figuras femininas, relacionadas ao que seria esse

poder “feiticeiro”, está associado no candomblé, no Brasil, ao panteão dos caçadores, que tem como referente máximo Oxóssi.



A concepção passa a ser ato masculino e todo o seu campo semântico, ligado ao pensamento e estratégia é carregado para esse lugar de força, que se sobrepõe ao que as figuras das feitiçeras realmente representavam. Um exemplo, sumério, dos povos babilônicos é o da divindade como Tiamat – a deusa dragão –, que vencida pelo deus, por descendência, Marduck, que por ser visivelmente mais fraco, a vence usando estratégias de cegá-la e impor-lhe feridas por lanças e espadas. Essa figura que engolia seus filhos para vê-los renascerem, saindo do seu próprio corpo, é vencida por um discurso que não pode retirar-lhe a gravidez, mas pode menorizar a importância desse evento para as sociedade, fazendo-o parecer uma obrigação, um destino, uma fatalidade de gênero.

É nesse contexto de usurpação do sentido do que a gravidez é, em si e por si, um estado insofismável de criação, é contido e se transforma pela ação daqueles que o usurpam em poder de quem vai ser o patrono, o pai, o senhor do filho nascido. E isso é feito ao mesmo tempo com essa representação de poder genitor e com

a posse da terra, por isso que nos sistemas simbólicos essas questões estão não só associadas, como fortemente imbricadas. A posse da terra e o domínio do poder criador/gerador feminino são, enfim, signos que permanecem em disputa e que podem ser considerados na leitura das narrativas do complexo literário do sistema, na interpretação de certos mitos e análises de alguns ritos. Essa questão vem à tona, por exemplo, pela análise de uma das talhas componentes do mural dos Orixás, de Carybé, como buscamos comprovar aqui.

O que não é diferente com o que se constrói de discurso sobre Iyami. Ela não perde nada de seu poder, porque é um poder que só entidades femininas podem ter, mas é confinada socialmente a não poder ter contato direto com as mulheres das comunidades e dos grupos. Divindades masculinas que retiram sua visão, passam a controlar as figuras dos antepassados e o conhecimento do passado se impõem entre ela e as outras mulheres todas, mediando a conversa entre Iyami e suas descendentes.

Isso está nas narrativas colhidas por Verger que retratam exatamente as ações dessas divindades masculinas que justificadas na contenção da cólera de Iyami a expropria, principalmente, do contato direto com os seus descendentes. Como o seu rosto se volta para cima, fica a impossibilidade de se confirmar se ele adotou ou não a informação de Iyami ter perdido a visão por ação de uma das divindades masculinas. Na talha, do mural, o fato narrativo de que Iyami seria o útero, representante de toda a gestação, fica configurado pela cabaça, seu próprio atributo, carregado a altura do abdômen que permanece na escultura. As aves que saem da cabaça ilustra essa condição quimérica da divindade de poder ser ao mesmo tempo, mulher e ave.



Informação recorrente em outras composições sobre Iyami deste artista. Na talha que, como dissemos, compõe o mural de vinte e sete painéis, no qual dezenove delas são de 3 x 1 m e oito de 2 x 1 m, que compõem uma festa pública do transe ou xirê imaginário de Carybé, Iyami se apresenta como a Senhora detentora dos pássaros, composta por desbastamentos da madeira em alto e baixo relevos, incrustações de chifre e de madeira, configurado também em técnica de assemblage.

O mais interessante é que acompanhando o que é dito pelas narrativas sobre Iyami, Carybé não omite o fato de que todas nós – ou mesmo todos nós – somos descendentes dessa figura para a essa perspectiva de pensamento.

Nesse cruzamento de signos em que um pesquisador-artista e artista-pesquisador dialogam, Carybé assume que Iyami é mãe de todos na medida em que a coruja, aos seus pés, tem espelhos nos olhos que mira por quem visita a exposição a imagem do animal esculpida na madeira parece se ajustar como luva ao corpo de quem ousa olhar nos espelhos dispostos como olhos. Essa é uma tomada de posição de que todos os descendentes de Iyami podem ver a si olhar nos

olhos da deusa, mãe de todos, mas essa impressão só é possível a quem visita a exposição presencialmente. Não é algo que qualquer texto, por mais logo que seja, consiga traduzir, ainda mais quando é como nosso, pequeno e, ainda, muito carente de sabedoria nos caminhos dessas figuras gigantesca a saber, os artistas, os pesquisadores e conteúdo investigado a pouquíssimo tempo por nós, há algum tempo por eles que já migraram para espaços e outros e de todos os sacerdotes e iniciados que diuturnamente se informam, cantam e dançam sabendo mais sobre quem é sabendo sobre que é esse outro expresso como orixás no candomblé brasileiro.

Referências resumidas

AMADO, J. Texto de apresentação dos orixás. In: CARYBÉ. Mural dos Orixás. Salvador: Banco da Bahia Investimento, 1979.

BASTIDE, R. Diálogo entre filhos de Xangô: correspondências 1947/1974. Apresentação e notas Freçoise Morin. Tradução: Regina Salgado Campos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BASTIDE, R. O candomblé: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BEIER, U. Yoruba poetry - anthology poems African. First Illustrated Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

CARYBÉ. Catálogo: mural dos orixás, publicado no catálogo: CARYBÉ – Mural dos Orixás. Texto de Jorge Amado. Fotos: Valtaire Fraga; Glossário: Waldeloir Rego; Programação Visual: Emanuel Araújo. Salvador: Banco da Bahia Investimento, 1971.

COSTA, I. H. (Mestre Itaoman). Ifá – o orixá do destino: o jogo do Opón e do Opêlê Ifá. 1. ed. São Paulo: Ícone, 1995.

LÜHNING, A. Pierre Fatumbi Verger e sua



obra. Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, 1998.

SANTOS, J. E. dos. Os Nagô e a morte: Pàde, Àsèsè e o culto Égun na Bahia. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1986.

SOUZA, W. M. S. A rotação das identidades: o transe como dinamismo na arquitetura das personalidades nos orikis e dos personagens na obra de Pepetela. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura, Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

VERGER, P. F. O esplendor e a decadência do culto às Iyami. Artigos – Tomo I. São Paulo: Corrupio, 1992, p. 8.



#VERSUSimagem

Papel e Cultura dos povos originários e da população negra

ALBERTO PEREIRA

A escolha curatorial para a seção de artes visuais da revista Versus considerou quatro artistas que refletem o compromisso com o tema "Papel e Cultura dos povos originários e da população negra". Cada artista selecionado dialoga com a rua e o espaço público em suas obras, além de apresentarem em suas proposições um envolvimento direto com a cidade e seus passantes, ampliando o trabalho artístico para além da materialidade de uma tela pendurada em um espaço fechado, ou, como bem definiu Leda Maria Martins à respeito dos museus: espaços de clausura. A seleção priorizou artistas cujos trabalhos exploram de maneira profunda

e sensível aspectos relacionados às discussões e desdobramentos da cultural enquanto ação, celebração, colaboração, corporeidade, cuidado, desobediência, enfrentamento, indisciplina, geografia, gênero, tecnologia, ritos. Foram escolhidos artistas que, geograficamente, representam diferentes regiões do Brasil ou que migraram para o país fazendo dele morada e continuidade, ampliando a diversidade de perspectivas e experiências do cenário artístico nacional para além do tradicional eixo sudestino concentrado nas capitais Rio e São Paulo.



**Sinalização Profética, 2023-11 placas de sinalização de trânsito
60 x 100 cm (cada placa)
170x100x80cm (com suporte)**



Augusto Leal
Simões Filho, Bahia

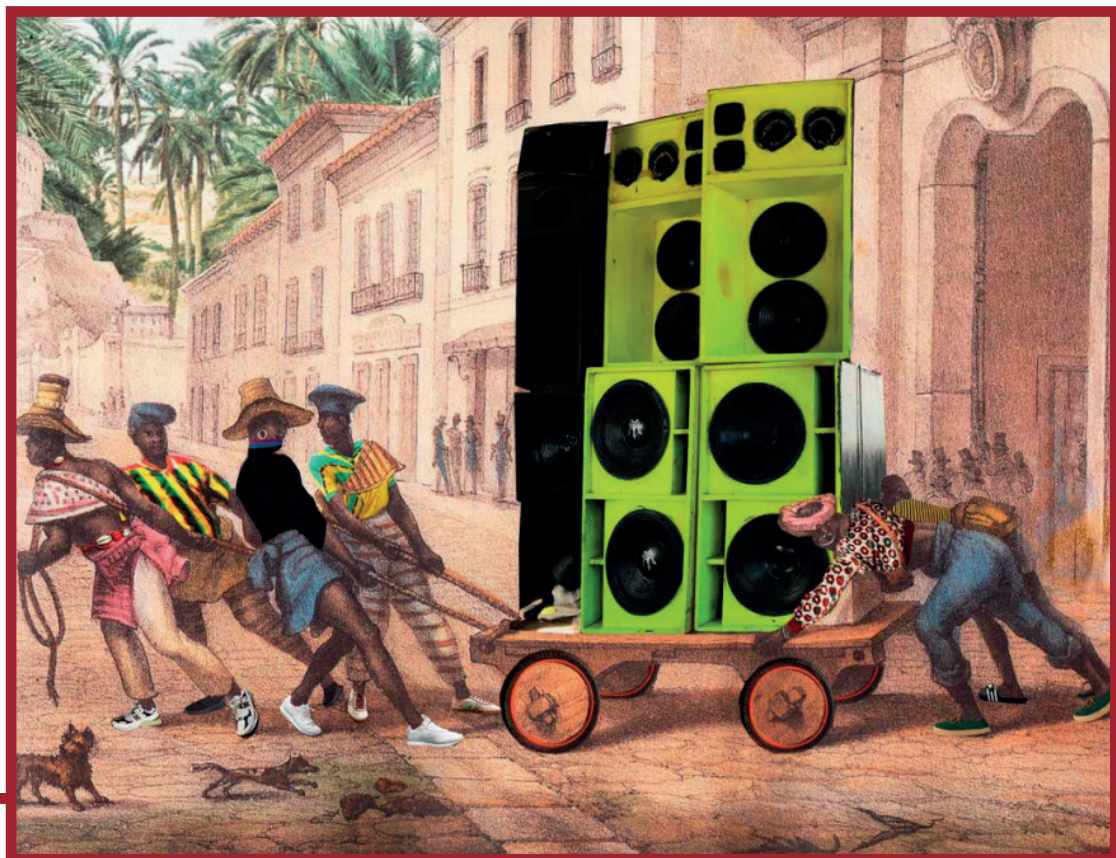
Augusto Leal é artista de Simões Filho, Bahia. Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal da Bahia. Graduado em Desenho Industrial pela mesma instituição. Entende a arte como prática libertadora pois por meio dela consegue compreender e elaborar as questões que lhe atravessam, e fabular novos mundos.

Pensando a partir das relações sociais e geopolíticas entende que a arte pode promover transformações na forma que as pessoas pensam, se relacionam e se movem no mundo. Por isso, em seus trabalhos se interessa pelo diálogo, presença, participação e colaboração de pessoas em um esforço conjunto de (des) pensar a sociedade.

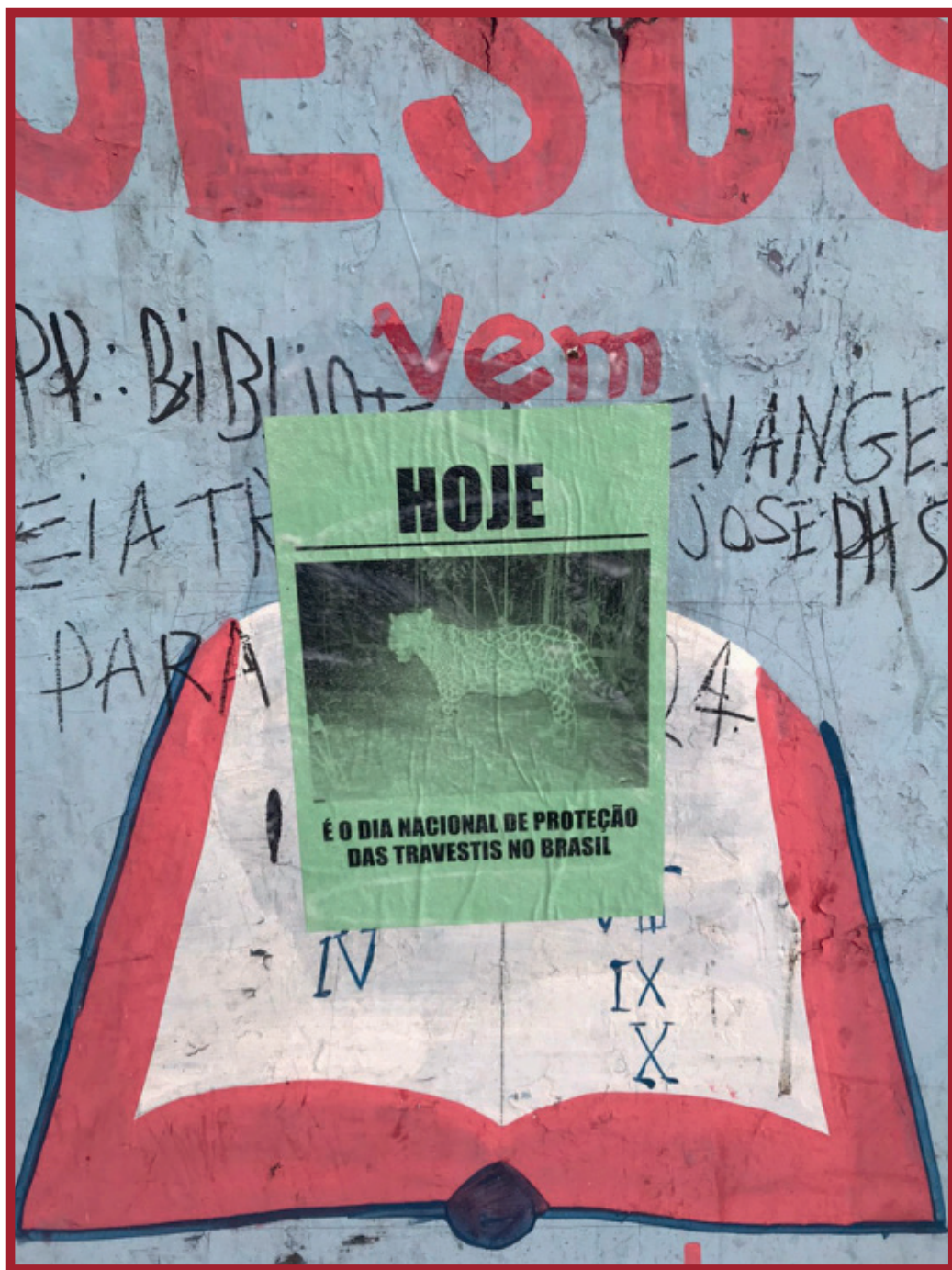


Gê Viana
Santa Luiza, Maranhão

Crio num trânsito entre o quintal de casa às ruas. Minhas práticas de colagem, digital e manual, com inserção de pintura partem de pesquisas com imagens de arquivos e a memória oral da minha família. Penso em um modo de criar com a história do meu povo Anapuru e da história brasileira, trazendo outras narrativas: inventários que trabalhem possibilidades mais felizes e dignas, pois, sinto que nossa felicidade sempre esteve em risco. O cotidiano Afrodiaspórico e indígena do território maranhense é parte principal das minhas obras, num confronto entre a cultura colonizadora hegemônica e seus sistemas de arte e comunicação. No ato de fotografar a vida, eu assumo retratos revelados pela técnica do Lambe-Lambe.



Radiola de promessa,
da série Atualizações
traumáticas de Debtret, 2020
Colagem digital



INFORMATIVE ONÇA, 2024
Fotografia e fotomontagem

Yná Kabe Rodríguez, Recanto das Emas-DF. Bacharela em Artes Visuais pela Universidade de Brasília onde também concluiu o mestrado no programa de Pós-Graduação em Arte Visuais na linha de pesquisa Métodos e Processos em Arte Contemporânea. Trabalha como artista-curadorapesquisadora, ocupando o cargo de secretária na SEC-EIB (Secretaria para o Desenvolvimento da Primeira Escola de Indisciplina do Brasil) e atua como produtora da Cultura Ballroom brasileira com o projeto Grand Prize e é mother na Kiki House of Cyclone.

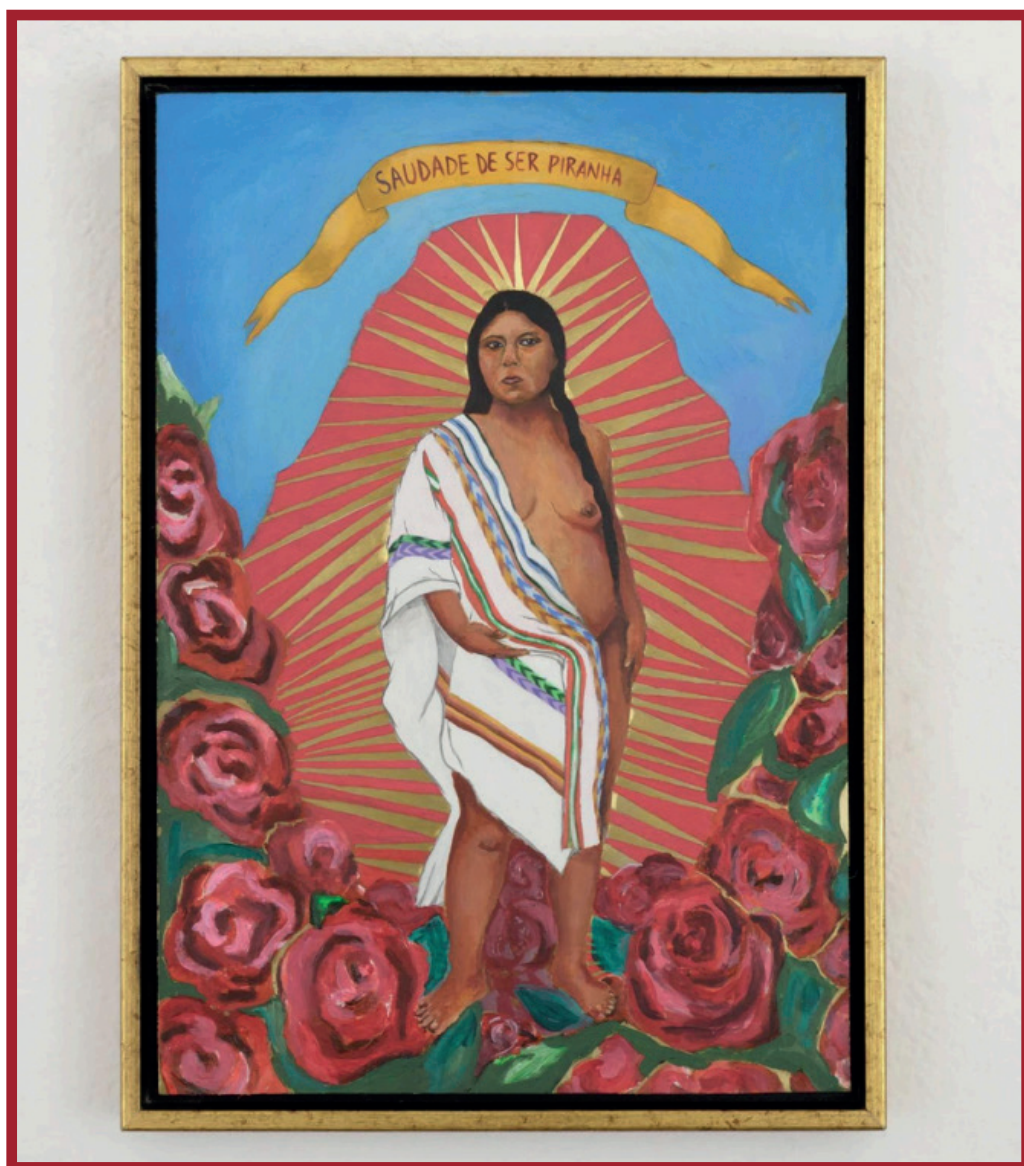
Trabalhando com questões relacionadas as forças de poder no cotidiano, minha pesquisa navega nas mais diversas ações e linguagens em busca de investigar e tensionar as relações entre indivíduo e instituição. Meu maior interesse é o uso das epistemologias da indisciplina, as pedagogias dissidentes em práticas do dia a dia.

HOJE



É O DIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DAS TRAVESTIS NO BRASIL

Yná Kabe Rodríguez
Recanto das Emas, Distrito Federal



Yanaki Herrera
Cusco, Peru / Belo Horizonte, Minas Gerais

Yanaki Herrera é mãe, artista visual e educadora. É imigrante peruana e atualmente vive em Belo Horizonte. Graduada em Artes Visuais pela UFMG, sua pesquisa artística é voltada às infâncias, à maternidade e às lutas coletivas e subjetivas das mães. Através da pintura sobre latão e outros suportes, cria narrativas que conversam entre a ancestralidade e o presente como um lugar de potência e transformação. Compõe a sua imagética pictórica elementos das culturas populares da América Latina.



Desejos e saudades para além do papel materno (Saudade de ser piranha)



Vida pública, cultura, literatura e os acadêmicos: Gil, Krenak e Conceição Evaristo

RAMON RODRIGO FLORES MENDES¹

A Academia Brasileira de Letras (ABL), conhecida como a casa de Machado de Assis, é considerada por muitos como a instituição literária mais influente do Brasil. Fundada em 1897, teve Machado de Assis, nascido no Rio de Janeiro em 1839 e criado no Morro do Livramento, como seu primeiro presidente. Em seu discurso de posse, Machado de Assis apresentou uma das premissas fundamentais da ABL: “O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária.” Esse ideal reflete o compromisso da ABL com a preservação e reconhecimento holístico da produção literária brasileira.

A história do Brasil, a partir de meados da década de 1960, especialmente sua dimensão cultural, não pode ser contada sem mencionar Gilberto Passos Gil Moreira, conhecido como Gilberto Gil, uma figura central e um dos expoentes do movimento tropicalista - surgido naqueles anos de 1960. Suas composições musicais não apenas retratam momentos históricos, mas tam-

bém transmitem uma mensagem de esperança constante. Além de seu papel como compositor, uma outra faceta de sua vida pública, é seu engajamento republicano e democrático. Gil pertenceu ao diretório nacional do Partido Verde, e em 1988 Gilberto Gil candidato a vereador em Salvador, pelo PV, foi o candidato mais votado nas eleições municipais daquele ano; e esses votos o levaram à Câmara Municipal de Salvador. O seu mandato foi marcado pela defesa de causas ambientais, bem como, participou da elaboração da atual Lei orgânica de Salvador, de acordo com o seguinte artigo da Constituição Federal de 1988:

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos: (...) (BRASIL, 1988)

¹ Graduando no curso de Bacharel em Gestão Pública para Desenvolvimento Econômico Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Por outro lado, como ministro da Cultura, no primeiro governo da legenda do Partido dos Trabalhadores (PT) liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o vice-presidente José Alencar, então na legenda do Partido Liberal (PL), entre 2003 e 2008, ele tentou mudar o “conceito de cultura no país”, como afirmou na época. Durante sua gestão, o orçamento para o setor aumentou de 0,2% para 0,5% do PIB. Portanto, como ministro da Cultura desempenhou um papel crucial ao elevar a cultura a níveis significativos no Brasil, pelas palavras de Gil:

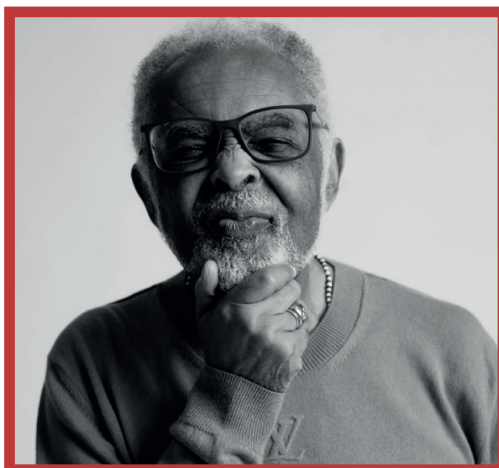
Precisa acabar com essa história de achar que a cultura é uma coisa extraordinária. Cultura é ordinária! Cultura é igual feijão com arroz, é necessidade básica. Tem que estar na mesa, tem que estar na cesta básica de todo mundo [...] A responsabilidade com a cultura é a responsabilidade com sua própria vida. Toda acumulação de um povo de realizações múltiplas de um povo. Tudo isso é cultura. (GIL, 2003)

Ainda em 2003, na qualidade de ministro da Cultura, Gilberto Gil foi representando o Brasil na assembleia da ONU (Organização das Nações Unidas) e se apresentou diante de representantes de países de todo o mundo. Em sua apresentação, o músico brasileiro tocou e cantou a canção “Toda Menina Baiana”, do disco ‘Realce’ de 1979, ao lado do secretário-geral da época, o diplomata ganês Koffi Annan que acompanhou Gil, ao tocar percussão. A performance foi tão emblemática que ficou conhecida como “Show da Paz”. A apresentação foi também uma forma de homenagear as vítimas do atentado contra o prédio das Nações Unidas em Bagdá, capital do Iraque, onde o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello acabou falecendo.

Para Gil, sua vida pública valida a atividade

do criador cultural, e deve contribuir para os debates civilizatórios, culturais e pela busca da justiça. Como expresso por Gilberto Gil em sua música “A Gente Precisa Ver o Luar”, o luar, em livre interpretação, simboliza o povo brasileiro, e é essencial que olhemos para nós mesmos, bem como para o mundo. Em seu discurso de posse na ABL, ocorrido em 9 de março de 2022, Gil afirmou que:

Em maio de 1968, na capa do meu segundo LP, e já integrado à Tropicália, apareço envergando um fardão e usando pincenê. Ao recordar esse episódio escrevi um poema para este evento. Sempre houve críticas à Academia, que a Casa de Machado não faria jus ao sonho que sonhara ser um dia: todos ali representados por alguns. Tal ampla representatividade sonhada por Nabuco e demais fundadores jamais fora alcançada de verdade, jamais todos os saberes e sabores. Eu mesmo, nos meus tempos de aventuras, cheguei a envergare um garboso fardão, vestido então como ironia dura, a fantasia pura da ilusão! Juntava-me, naquele instante, aos muitos que alfinetavam a Instituição mal sabia eu quais os intuitos, do destino astuto a interrogação. Um amigo lembrou-me outro dia que as ironias sempre trazem seu revés. Papeis trocados, eis aqui, vida vadia: fardão custoso, bordado a ouro, vistoso, me



Fotografia de Gilberto Gil (via Instagram)

revestindo da cabeça aos pés. Aos que me ouviram aqui, e aos que acompanham essa cerimônia pela internet, aquele abraço, e muito obrigado! (GIL, 2022)

Por outro lado, em 06 de abril de 2024, tivemos um novo membro para a cadeira número 5 da ABL, cuja uma das ocupantes foi Rachel de Queiroz (1910-2003), primeira mulher a vestir o fardão verde-escuro em 1977. Rachel foi reconhecida por obras como *O Quinze* e *As Três Marias*, nas quais abordou temas como a seca nordestina e a valorização das mulheres de maneira singular. Dez anos após sua posse, em 1987, o indígena Ailton Krenak fez um discurso marcante na Assembleia Constituinte, influenciando a inclusão de um capítulo na Constituição Federal sobre a proteção dos direitos indígenas. Krenak, que atualmente ocupa a cadeira número

Fotografia de Ailton Krenak (via Instagram)



5, sucedendo o historiador, José Murilo de Carvalho², é o primeiro indígena a integrar a ABL, destacando-se como um mensageiro oral que defende a natureza e a humanidade. Sua atuação enfatiza a Terra e a valorização da subjetividade humana, contrária à ideia de homogeneização mundial, promovendo a diversidade e o conhecimento nacional. Do discurso de posse salientamos as palavras de Krenak:

Se a gente continuar esquentando, como temos esquentado, a gente pode transformar toda a biosfera do planeta Terra numa imensa estufa. Vamos ao meu querido José Murilo de Carvalho, se eu tiver deixado a menção a alguns dos nossos ocupantes de outras cadeiras, que não essa cadeira 5, que eu herdo dessa constelação de grandes vultos que me antecederam, mencionei já o fundador Raimundo Corrêa, sucedido depois por Aloísio de Castro, Cândido Mota Filho, Raquel de Queiroz e José Murilo de Carvalho. Estava me lembrando que eu estava deixando de fora importantes contribuições dadas por ocupantes de outras cadeiras que não essa. E aqui é mencionado a presença luminosa de Affonso Arinos, Darcy Ribeiro, de Roquette Pinto, e também é mencionado aqui aqueles autores que sempre evocaram a presença indígena na formação do nosso pensamento, da nossa cultura e do nosso povo. Celebra também o cinema, lembrando Nelson Pereira dos Santos, cita a obra dele, como era gostoso o meu francês, lá dos anos 70, mais precisamente de 1971. Lembro de Antônio Callado com *Kwarup*, de 1967, e também o meu querido que está aqui bem pertinho de mim, que deixou já registrado mais uma apreciação desse universo ameríndio com o seu *Meu querido canibal*, já no século XXI, o Acadêmico Antônio Torres. Vamos ao Bernardo Guimarães? Um nome de maior importância registrado no período que é estudado como aquele da Formação da literatura brasileira, identificado como Romantismo. O Bernardo Guimarães, ele nasceu em Ouro Preto.(...). E no ano próximo, iremos celebrar 200 anos do nascimento desse contista, romancista, ensaísta, pensador de coragem para produ-

²Professor titular de História do Brasil no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro que faleceu em 13 de agosto de 2023, abrindo a vaga da cadeira 5 da ABL.

zir um tipo de literatura que, à sua época, era muito avançada. Ele estava convivendo com donos de terra e donos de escravos, mas ele inventou uma personagem que eu já mencionei aqui, essa Isaura, que vai abalar a narrativa na virada do século XIX para o século XX e vai se constituir numa literatura que concorre numa boa com a ideia de literatura moderna, quer dizer, o pessoal da semana de 22 deve ter falado de onde esse sujeito tirou essas ideias? Ele não estava esperando o modernismo, ele já estava fazendo isso e tem alguns críticos que até consideram que, na verdade, ele já avançava no território do realismo fantástico.

Acho que foi por isso que eu gostei dele.
(KRENAK, 2024).

Seguimos a reflexão de Krenak sobre o literato mineiro para chegarmos à Conceição Evaristo, mineira e membro reconhecida da Academia Mineira de Letras (AML); ela enfatizou em seu discurso de posse que “a academia permite a possibilidade de sonhar.” Sua trajetória como precursora inspira as mulheres, sendo que sua posse se deu no dia 8 de março de 2024, dia internacional da mulher. Suas obras, conhecidas como “escrevivências,” colocam as experiências das mulheres negras no centro de seus contos, oferecendo uma visão essencial sobre suas vidas.

Um pouco do discurso de Conceição Evaristo, quando ocorreu sua posse na AML:

Gratíssima à Academia Mineira de Letras, que por meio de seus ocupantes e suas ocupantes, vem entendendo que o chão mineiro de palavras, mais se expande se as sementes são diversificadas em suas origens. Afirmo aqui que muito me rejubilei com a eleição de Ailton Krenak. A casa trazia aqui aquele cuja a experiência da colonização cria em nós uma condição de parentesco,

pela história transversalizada dos povos indígenas e dos povos africanos e seus descendentes na formação da nacionalidade brasileira. Uma cumplicidade, mesmo que não programada, Ailton Krenak, reina entre nós. Por isso que a gente cochichou ali. Externo a minha gratidão ao presidente da casa, o acadêmico Jacyntho Lins Brandão, assim como reafirmo os meus agradecimentos ao acadêmico Rogério Faria Tavares que apresentou a minha obra para vários integrantes da casa, possibilitando primeiramente a chegada de minha escrita, ponto inicial, ponto primordial para se conhecer o sentido, o significado, e mesmo a justiça de minha candidatura.

(EVARISTO, 2024)



Fotografia de Conceição Evaristo (via Instagram)

Nascida em Belo Horizonte, em 1946, utilizou-se da educação e da escrita como ferramentas de emancipação, consolidando sua carreira literária abordando temáticas afro-brasileiras, principalmente as mulheres negras. Cunhadora do conceito “escrevivências”, assim sendo, uma escrita que se baseia nas experiências vividas, que para além de contos, é também uma busca pela transformação das estruturas hegemônicas que sustentam as desigualdades sociais.

Evaristo remete aos pensamentos de Katiuscia Ribeiro (2019), que sugere olhar os caminhos percorridos por nossos antepassados para aprendermos os passos para o futuro. A escrita de Evaristo, além de mostrar a realidade das mulheres brasileiras, deixa como ensinamento para o futuro um alento e esperança em tempos contemporâneos. Em seu discurso de posse na Academia Mineira de Letras, Evaristo reafirmou a importância da academia como um espaço de sonhos e possibilidades, inspirando outras mulheres negras a buscarem seu lugar na literatura e na academia. Suas palavras e obras continuam a influenciar e encorajar novas gerações de escritores e leitores, reforçando a importância de contar e valorizar as histórias de todos os brasileiros. Evaristo também salientou em seu discurso sua Minas Gerais, parafraseando o acadêmico Gilberto Gil:

E, ao chão mineiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, que me deu régua e compasso, plagiando aqui, o que Gilberto Gil que diz da Bahia, sou grata, gratíssima, pela oportunidade de voltar recolhendo lembranças, que me serviram e me servem de base e de inspiração para novas histórias.
(EVARISTO, 2024)

Sempre é crucial questionar a hierarquização do conhecimento sob uma perspectiva europeia que marginaliza outros saberes. Roberto Schwarz (1992) argumenta que a influência de ideias estrangeiras pode ser prejudicial à sociedade brasileira, gerando ideias falsas e substituindo nossos pensamentos autênticos. Portanto, é necessário romper com esse *modus operandi* e valorizar nossos conhecimentos intrínsecos.

Para superar o complexo de inferioridade,

descrito pelo cronista Nelson Rodrigues, que vê o brasileiro como inferior ao resto do mundo, valorizar a Academia Brasileira de Letras e outras Academias regionais é preservar nossa cultura e revelar nossa história. A ABL e a AML fortalecem o intelectual que resiste à maré da ignorância e às tendências antidemocráticas, alcançando o mais alto grau de representatividade.

Olhar nossa luz interior, valorizar nossas diferenças, utilizar nosso passado como pano de fundo para questionar o presente são caminhos essenciais para realizar o sonho de Machado de Assis. Esse sonho pode e deve refletir um Brasil que valoriza o diálogo entre os imortais e os mortais, reconhecendo todas as brasilidades e promovendo uma cidadania plena.

Para todos os criadores de cultura, mortais ou imortais.

Referências

ASSIS, Machado de. **Discurso de posse**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis/discurso-de-posse>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

EVARISTO, Conceição. **Discurso de Conceição Evaristo na AML: ‘Não queremos só representatividade’**. Disponível em: <https://www.em.com.br/pensar/2024/03/6819616-discurso-de-conceicao-evaristo-na-aml-nao-queremos-so-representatividade.html>. Acesso em: 22 set. 2024.

GIL, Gilberto. **Discurso de posse**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/gilberto-gil/discurso-de-posse>. Acesso em: 12 set. 2024.

KRENAK, Ailton. **Discurso de posse**. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/ailton-krenak/discurso-de-posse>. Acesso em: 12 set. 2024.

LEAL, Bruno. **Morre o historiador José Murilo de Carvalho aos 83 anos**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/morre-o-historiador-jose-murilo-de-carvalho-aos-83-anos/>. Acesso em: 12 set. 2024.

Medida Provisória:

reflexões de um filme sobre governos autoritários em dias pandêmicos e com público de máscara

PABLO SPINELLI¹

A pandemia causada por pelo vírus SARS CoV-2 trouxe consequências funestas para todos os campos da vida humana. Além das milhares de mortes e de outros milhares com sequelas no organismo houve consequências funestas em todos os campos da vida societal: a economia, a política, a educação, a convivências nas redes sociais, a cultura, dentre outros. E dessa forma, o cinema, uma das faces mais pujantes da indústria cultural do século passado, não passou impune diante de tenebroso cenário. No caso da nossa produção cinematográfica brasileira, há de se fazer um paralelo com uma velha referência ao samba: agoniza, mas não morre. E uma evidência dessa sobrevivência naquela conjuntura foi o filme “Medida Provisória” (2020), dirigido e co-roteirizado pelo ator Lázaro Ramos, que conseguiu ter mais público na cidade de São Paulo que o filme do Homem-Aranha e que ficou mais tempo em cartaz no ano de seu lançamento, 2022².



Cartaz do filme "Medida Provisória" (2020)

As boas qualidades técnicas e do elenco por si não dão conta de explicar o fenômeno de público de Medida Provisória. Como uma parte da crítica salienta, há problemas de elaboração de bons

¹ Doutorando em Ciência Política na UNIRIO.

Professor da rede pública de Saquarema e da rede privada no Rio de Janeiro.

² <https://mundonegro.inf.br/medida-provisoria-se-torna-o-filme-brasileiro-com-mais-semanas-em-exibicao-em-2022/>

³ Sobre tais abordagens do liberalismo clássico, ver Alexis de Tocqueville, especialmente “Democracia na América” e John Stuart Mill, o ensaio “Sobre a liberdade”.

roteiros no Brasil, especialmente quando se trata de abordagens acerca da classe média nacional, um olhar sobre seus desejos e frustrações, algo que argentinos fazem com maestria. Filmes com propostas a partir do biopoder estrutural não transcendem os muros de quem já faz parte do debate e viram alvo de ilações a respeito do patrocínio do Estado. Essa é a transcendência pedagógica de Medida Provisória, pois sua história fala do racismo, mas, sobretudo, das opressões criadas pelo poder estatal ou pela própria sociedade, que não tolera, aqui resgatando termos clássicos do liberalismo, algo que seja diverso da “tirania da maioria”, o que tenderia para um modelo de “despotismo oriental”³³.

O enredo do filme é centrado num Brasil distópico que à guisa de reparação dos danos causados pela escravidão de origem africana, os brasileiros com muita melanina seriam transferidos para a África sem o direito de serem ouvidos, pois a legislação vinda do Estado, com discurso paternalista é inquestionável. A partir daí a trama tem três personagens centrais: a médica Capitu (Thaís Araújo), seu companheiro, o advogado Antonio (o arrebatador Alfredo Enoch) e seu primo jornalista, André (o cantor Seu Jorge). A história é a releitura de uma peça de teatro de Aldri Nascimento, *Namíbia, não!*, que virou livro vencedor do Prêmio Jabuti. A sua proposta seminal é a discussão acerca do infame tráfico negreiro, atualmente classificado como Diáspora. Porém, o filme é um cristal poliedrico que permite pensar em discutir várias faces; tais como o diálogo com a morena de olhos de ressaca de Dom Casmurro ser vivido pela atriz que explodiu como Xica da Silva, hoje vista como improprio racista. Os nomes dos primos evocam os abolicionistas liberais, monárquicos, de origem baiana, André e Antonio Rebouças, cuja traje-

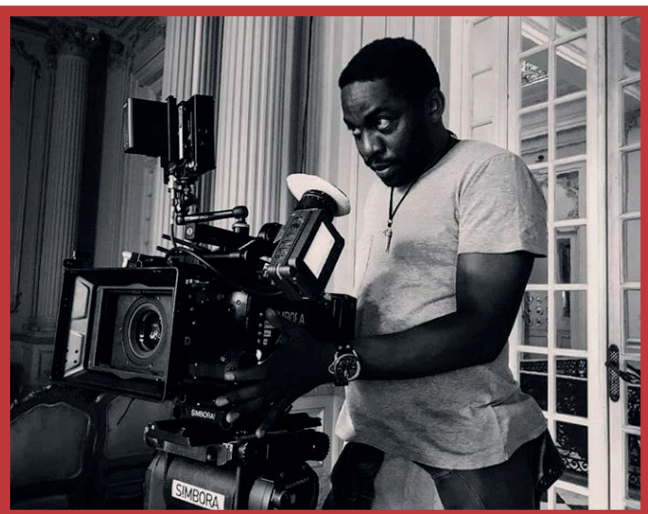
tórias pessoal e política deveriam ser revisitadas para a construção de uma política democrática de frente contra a opressão a quaisquer minorias. Esse acaba por ser, à revelia ou não de seus idealizadores, um filme densamente humano que pode ser identificado com espaços e territórios segregados como – e creio que os dois filmes dialogam muito – no filme independente que foi indicado ao Oscar, *Distrito 9*.

Homens e mulheres com a perda de seus empregos e sendo colocados na amorfa massa de “futuros empreendedores” podem ter visto no filme a assertividade de entender que nem Namíbia e nem fascismo de mercado podem servir para a construção das minhas vidas. Esse filme tem muito a dizer para as populações de Mariana, Brumadinho, Nova Friburgo, Rio Grande do Sul (aqui tem menos melanina); pois são exemplos da violência do desterro. O mesmo repercute na comunidade plural de orientação de gênero, no adolescente que fuma o seu cigarro de maconha e é esculachado pelo policial, ou ainda, o perverso sistema miliciano que nos reduz a pagadores de segurança privada para agentes públicos, um exemplo da crise da nossa república. Medida Provisória é provocador desde o título, que deveria provocar debates nas escolas, nas faculdades de direito, na mídia e em parlamentares sobre o que é uma medida provisória; o porquê do seu nascimento; conhecer o *versus* do uso desse instrumento jurídico para que a distopia não vire realidade.

Por fim, quando o espectador mais incauto acha que vai se deparar com um libelo polarizado entre brancos maus e negros bons e vítimas, a incursão da personagem Capitu a um micro “Apocalypse Now” nos mostra o radicalismo, o sectarismo, a intolerância que surgem dentre aqueles que defendem a pureza, o monopólio da

virtude; um discurso que a UDN plantou muitas sementes no país. Ali, de maneira afetiva, cuidadosa, Lázaro Ramos fala para os coletivos que se multiplicam em busca da afirmação da sociedade: qual o resultado a ser tirado de uma conversa entre surdos e mudos, todos querem falar, poucos querem ouvir e anda, outros jamais podem pensar em levantar a mão para pedir a palavra porque não ocupa o lugar de fala. O Afrobunker exposto no filme é como Lázaro falasse com a parcimônia e serenidade de um Professor Xavier da Marvel: calma! Não há necessidade de palavras de ordens ferozes, nem a anulação da política pelo ativismo judiciário punitivista. Lázaro

Lázaro Ramos aposta em seu filme em problemas e debates do presente, mas não se esquece de um dos seus “pais culturais”, Jorge Amado, que coloriu nos mais diversos matizes as melancolias do amor. O filme termina com poesia que remete ao poeta abolicionista de pouca melancolia, Castro Alves. Há temperos baianos nesse caldo cinematográfico. E há o fermento democrático para que as novas gerações entendam como agentes da cultura brasileira entenderam o que seriam os anos do governo Bolsonaro entremeados por uma pandemia. E na certeza que a palavra vence a espada temos o grande filme que sintetiza os ásperos tempos que vivemos nos subterrâneos da liberdade. Mas sem poesia, samba e amor, não dá.



nos lembra que independente do fascismo caboclo que vingou por aqui e ainda não morreu, a vitória será dela, ela sempre presente em todas as casas e se não está ainda bem exposta, ficará. Estamos falando da melanina, a grande heroína do filme. O projeto de despejar negros na África em nome dos males da escravidão foi dos EUA no final do XIX para a Libéria. Esse americanismo não cola aqui, terra que o de pouca melanina Bentinho se apaixonou pela juvenzinha de mais melanina e daí veio uma das obras mais densas e conhecidas do grande mestiço Machado de Assis.

A diversidade genuinamente brasileira:

entrevista com Aldri Anunciação um dos roteiristas do filme Medida Provisória (2020)

TAMIRIS ZAPATA MAIA

Aldri Anunciação um dos roteiristas do filme *Medida Provisória* (2020) foi entrevistado pela estagiária da revista Versus Tamiris Zapata Maia, que cursa a graduação em Jornalismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A entrevista foi justamente sobre o filme, Aldri é ator, dramaturgo, roteirista, apresentador de televisão e diretor brasileiro; é âncora do programa *Conexão Bahia* e do programa *Conversa Preta*, ambos da Rede Bahia/Globo. Ganhador do prêmio Jabuti, em 2013, na categoria ficção juvenil, com o livro *Namíbia, Não!* Adaptado, com sucesso, para o teatro *Namíbia, Não!*, peça que deu origem ao longa-metragem *Medida Provisória*, dirigido por Lázaro Ramos.

Versus: O filme é baseado na sua obra teatral “Namíbia, não!”, encenada em 2011. Queria saber se o roteiro teve outras inspirações? De onde veio a ideia de fazer um filme mais teatral e performático?

Fotografia de Aldri Anunciação, 2024 (via Instagram)



Aldri: A ideia do filme surge da plateia do espetáculo. Desde a estreia deste espetáculo, salvo engano, no dia 11 de março de 2011, as pessoas me diziam “essa peça dá um filme”. Essa frase virou estribilho ao longo de todas as temporadas daqueles primeiros anos de espetáculo. Então a ideia veio do próprio público, pela minha experiência com esse produto artístico. A gente passou 2011 e 2012 com temporadas intensas de estreia no Rio, Bahia, Rio Grande do Sul, Belo Horizonte e etc. Ela de cara teve uma chamada

para vários estados. E esse estribilho da frase “essa peça dá um filme” a gente ouvia desde sempre, então vem dali.

Na verdade nós temos um diretor que vem de uma filmografia muito intensa naquela época. Lázaro Ramos na época não tinha dirigido nenhuma peça de teatro adulto, nenhum material audiovisual a não ser programas não ficcionais... então a impressão que eu tenho é que a presença do Lázaro no projeto do teatro e a encenação e o olhar dele para aquele texto, foi um olhar bastante cinematográfico. Então poderia dizer que vem também dessa articulação de ter uma pessoa de cinema. E o ator que estava comigo em cena, na época que eu escrevi a peça, era o Flávio Bauraqui que também tinha a filmografia muito intensa. Então, além da inspiração do público dizendo que a peça daria um filme, tem também a inspiração que vem desses caras que eram figuras muito de cinema.

Agora claro que eu tinha uma relação muito intensa como expectador assíduo de cinema, embora fizesse teatro, porque nem literatura eu fazia exatamente. Eu escrevia mas não publicava, só depois de uns dois anos. Mas eu tinha um olhar muito atento ao cinema africano, europeu, ao cinema norte-americano. Eu sempre fui um espectador ativo, aquele que assiste e como também é criador, acaba absorvendo algumas coisas. Acho que a própria escrita do Namíbia vem de uma poética ligeira do audiovisual. Ela é muito imagética né? Eu coloquei dois personagens em cena naquela época narrando o que estava acontecendo lá fora.

Você repara que o livro tem 13 personagens mas só dois personagens estão narrando a história. Que é o Antônio e o André. A capitu existe na peça pela voz deles. Dona Izildinha, que também está no filme, na peça existe pela

voz deles. O helicóptero que eles falam, tudo eles desenham pela narrativa oral, que é uma coisa muito africana. Então na peça, a narrativa visual é toda impulsionada pela emoção dos personagens, pela emoção falada dos personagens. Você pode dizer “não, mas isso é o teatro tradicional” sim, mas no caso do Nabia, acho que vem de um criador que seja muito audiovisual.

Versus: O programa “resgate-se já” surge como uma suposta chance de resgatar a ancestralidade dos melaninados, quando na verdade é apenas uma forma disfarçada de se livrar dessas pessoas. Em vez de restituir os valores devidos, o governo propõe essa “solução”. O que essa analogia representa na vida real?



Aldri: Eu acho que na vida real a gente fala muito de resgate de identidade. Não só da negritude, mas de todo tipo de identidade brasileira, já que o Brasil é uma malha cultural diversa. E eu tô falando de todas elas: as indígenas que são mais de 200 comunidades, as da negritude tam-

bém porque no Brasil temos diversas qualidades de negritude. A gente sabe que são vários países africanos que forneceram escravizados para cá, então isso compõe uma malha muito diversa de cultura dentro da própria negritude. E aí você também tem uma diversidade de branquitude dos espanhóis, dos alemães, dos portugueses, italianos, japoneses... então assim, essa coisa de resgate cultural e de identidade é um discurso muito positivo que a gente desenvolve aqui dentro para entender as nossas ancestralidades. Isso é o que tem de realidade.



O resgate na realidade é uma ferramenta que a gente utiliza para fomentar a nossa cidadania dentro de um espaço que foi uma colônia. A impressão que eu tenho é que muitas vezes os nossos discursos positivos são utilizados contra nós mesmos. A estrutura procura se retroalimentar de ferramentas que a gente usa para se defender ou fomentar nossa fortaleza interna subjetiva, para entender quem somos, de onde viemos e o que estamos fazendo aqui nesse país. Todas essas ferramentas são vistas pelas comunidades refratárias em relação às políticas sociais, e uma delas é o resgate da identidade, então daí nasce a ironia. Voltando ao filme, o programa “resgate-se já” surge como uma isca no anzol para pegar um peixe. O peixe no mar vê a isca gostosa e vai lá,

mas esse anzol vai ferir ele, vai capturar ele para a morte. E o programa é isso: ele surge para atrair as pessoas que tem um pensamento progressista em relação a sua identidade e subjetividade, e tá querendo ao mesmo tempo desfazer, desidratar essa identidade e enfraquecer esses laços.

Versus: A mãe com melanina acentuada de uma menina, aparentemente, com melanina menos acentuada, é o retrato do que é o Brasil? As famílias “coloridas” também são o centro de nossa cultura?

Aldri: Olha, as famílias brasileiras são compostas e respondem ao que nós somos. A gente não pode pensar que um país com uma malha cultural tão diversa composta por povos originários, povos coloniais que vieram para cá, povos que foram escravizados como uma mão de obra que foi capturada compunha uma família tão maciçamente com aspecto único, né? Não sei se posso dizer cientificamente que aquilo é o retrato da família brasileira, mas com certeza é uma sinalização de que a família é composta por grande diversidades e isso não é resultado da vontade daqueles seres como sujeitos. Isso é resultado de um coletivo histórico que aconteceu e a gente tem que ser consequente para entender que essa construção histórica a partir da escravidão, do extermínio de povos originários e colonização gera um resultado de uma família possivelmente diversa.

Trabalhar com o contrário para mim seria uma utopia. Nem uma distopia, uma utopia. Seria uma mentira. E a gente tem muitos componentes sociais que trabalham com esse desejo

de “vamos unificar nossa família”. Como assim? De que forma se o passado já aconteceu? O passado não é estático porque podemos reavaliar o que é o passado, mas ele é concreto e é material. Houve um extermínio, houve uma escravização e houve uma colonização. Esses pontos se dissolveram e se integraram. Então o resultado hoje da família brasileira é uma família de diversidade sim. E isso talvez possa ser dito sim como um retratado do que é a família brasileira e do que possivelmente a gente pode entender genuinamente como brasileiro.

Versus: O filme é cheio de referências a episódios contemporâneos, como a cena da votação na câmara dos deputados e os cartazes dos estudantes em luta. Qual é a importância dessas referências para a narrativa?

Aldri: São muito importantes porque a gente é um país que passou por vários momentos: a monarquia, a república, democracia, ditadura, depois uma redemocratização, abertura política, depois um pseudo autoritarismo e agora retornando a um governo mais progressista. Então todas essas mudanças geram manifestações sociais contrárias ou a favor. Trazer isso para o filme de forma simbólica ou até mesmo direta, é você documentar que o nosso país é feito de forças e contra forças, de respostas populares. Mas repare, são muitas revoltas e quase nenhuma revolução. O que é a revolução? A revolução é quando a revolta dá certo, quando o propósito da revolta se concretiza. Por exemplo no Haiti, a

revolta virou revolução porque realmente tomaram o poder e o resto é história.

A gente é composto mais por revoltas do que revoluções, então ter isso no filme é quase que um aspecto metonímico de pegar a parte pelo todo. Pincelar alguns personagens ali dentro que se organizam de formas sociais. O próprio afrobanker para mim é um tipo de levante, de revolta contra uma lei que exige que aqueles negros retornem para a África. Então aqueles negros que estão ali no subterrâneo escondidos eles estão sendo subversivos a uma medida provisória que foi aprovada e instituída pelo presi-



dente. Ao mesmo tempo, ao se organizarem não querendo ir, eles estão comunicando um movimento social. Então o filme é todo assim. Todos os personagens estão em um posicionamento social. Inclusive a Izildinha, a própria Isabel. Todo mundo toma partido. É como a gente vive hoje: um mundo polarizado e inevitavelmente você acaba estando em um lado ou no outro. Não existe meio termo quando você está em uma estrutura polarizada.

Verus: As personagens Izildinha e Isabel são o retrato de quem na sociedade?



Aldri: São retratos justamente das forças opositoras à tendência progressista do país. É o retrato das pessoas que não acreditam na diversidade. De pessoas que desconsideram a parte histórica de um país que é feito de ex escravizados, povos originários que passaram por um grande processo de extermínio e os colonizadores. Eles representam esse grupo de pessoas, que desconsideram essa matemática. Falo matemática para ilustrar algo concreto. E tudo isso existe e tem consequências, a escravização no país gerou consequências. Então é o retrato das pessoas que estão cegas para essas consequências. E quando elas tentam esconder isso, elas acabam sendo egoístas e se idiotizam no sentido semântico da palavra idiota, que significa só pensar em si. Então é a parte idiotizada do país no sentido científico de só pensar nos seus. É o retrato das pessoas que pensam que o mundo é o seu pequeno mundo privado, aqueles que o planeta são os 80m2 do seu apartamento. Representa o grupo de pessoas que não olha para além da janela da sua sala, só olha para dentro. E que tudo fora dali não significa nada. E que o componente populacional é só a sua família, sabe? E o mundo somos nós. E eu estou aqui falando de forma poética,

mas infelizmente existe esse componente. Dona Izildinha e Isabel são essas pessoas que acham que o resultado da colonização é uma tomada de poder de um grupo de fora, e eles querem responder a isso. E eles se entendem também como puristas, como “europeus”, quando na verdade não são. Ou seja, podemos dizer também que ali é o retrato de pessoas cegas, que tem um certo daltonismo social, que não se enxergam.

Verus: Você escolheu para aprovar a medida provisória no dia 13 de maio. Essa data está marcada na história brasileira pela abolição da escravidão do Brasil em 1888 e também é o dia de Preto Velho. O que essa data representa e por que ela foi escolhida?

Aldri: Ela foi escolhida já no espetáculo, já no texto pro teatro e no livro, porque ninguém cita muito nosso livro, que ganhou até um Prêmio Jabuti. O filme é baseado no livro e na peça que ganharam um Prêmio Jabuti e isso é um sinalizador dessa omissão desses valores literários. É uma parte meio do Aldri mesmo, eu gosto de esconder algumas informações nas histórias de maneira indireta, algo que não tenha haver diretamente com a parte dramática da peça.

Não saber disso não vai te impedir de acompanhar a jornada de André e Antônio em relação à Medida Provisória. Não saber que 13 de maio é o dia do Preto Velho, não saber que 13 de maio é o dia da Abolição, uma das últimas do mundo inteiro, não vai definir nada. Então são trilhas que

eu coloco, não só essa mas como várias outras, como até os próprios nomes das pessoas. São, como eu costumo dizer, pequenos tesouros para quem quiser ir um pouco além do que a história está contando poder investigar e encontrar.

São pequenos caminhos que podem ser encontrados e assim enriquecer a história que está sendo contada. A gente entendeu o clímax, o conflito da história em que existe uma médica negra que está sendo perseguida, tirada da sala de cirurgia por causa da medida provisória, tudo isso está no primeiro plano da narrativa, existem um segundo e um terceiro plano que eles podem acessar ao longo da vida com essas histórias.

Essa data, 13 de maio, e o número da medida provisória, 1888, são esses lugares, assim como diversos outros lugares são plantados no livro, e o próprio filme, na roteirização, a gente acompanha e implanta outras datas, tem ali, 1512, num momento que aparece, bem perto do período



de descobrimento do Brasil. Então essas trilhas, assim como falam, os “easter eggs”, algo mais americanizado, são aplicados ali no filme e no livro tem várias também.

Versus: Essa foi maneira de perceber. Próxima. Além das referências contemporâneas, o filme tem referências de

resistência como uso da capoeira e a escolha do “afrobank” em local que é o caso da Pedra do Sal. Essas referências foram escolhidas com o objetivo de despertar no público o sentimento de

Aldri: Essas escolhas finais do filme foram do próprio Lázaro como diretor. A Pedra do Sal é um espaço muito importante já que era um local de desembarque, de escravizados e escravizadas, e ao mesmo tempo, um local de ressignificação, em que o samba se forja de alguma forma. Então no mesmo espaço onde a gente sofreu é o espaço onde a gente ressignifica essa dor.

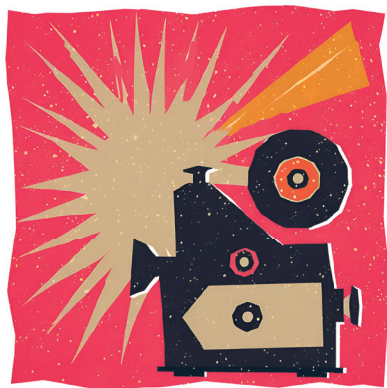
Isso fala muito de uma característica de um povo, então colocar esses lugares já no filme, não no livro e nem na peça, com certeza significa uma tentativa de ampliar o significado de tudo aquilo que está sendo contado. Ou seja, reitere, se você não souber que ali é a Pedra do Sal, que ali houve um desembarque tempos atrás de escravizados e escravizadas, e o filme não é obrigado a gravar isso, não colocar nota de rodapé nem nada, não vai atrapalhar a fruição do longa metragem “Medida Provisória”.

Mas claro que quando você revê e acompanha essa história extra fílmica, isso coloca o filme num outro lugar, num lugar menos comestível, no sentido de um cinema que você consome, digere e “já foi”, é um filme que entra na sua veia e você vê a vitamina dele te alimentando de coisas, de informações. Então a locação acompanha essa poética que talvez venha já do livro de “easter eggs”, de dicas ou de trivias ou de tesouros escondidos.

O Lázaro é um diretor muito atento a isso, ele

acompanha essa poética e tenta redimensioná-la no filme para afirmar que tem uma relação, inclusive no próprio filme a gente fala das senzalas, da atualização de lugares de aquilombamento, não só das senzalas. Eu acho que o “afrobank” é muito mais aquilombamento do que senzala, é uma senzala no sentido que talvez estejam ali aprisionados, mas também é aquilombamento porque é um espaço de ativamento de poderes e identidades coletivas, de coletivização do sujeito, de você entrar num lugar e não se sentir único.

Existe uma história mal contada no país, a gente sempre acha que está sozinho nas questões antirracistas, acho que a narrativa do mundo ocidental faz com que a sofisticação tão grande que é a pós colonização que criou o capital, não sei se poderemos falar de pós capitalismo mas esse momento cria uma sensação de que você está só quando na verdade você não tá.



Ao mesmo tempo, as redes sociais criam a sensação de que vocês estão em conjunto e ao mesmo tempo você não está, então acho que o mundo moderno, esse mundo contemporâneo nosso ele cria uma confusão de sentidos sobre o que é coletivo e o que é o individual, porque muitas vezes a gente tá num coletivo e não sabe, e muitas vezes a gente não tá no coletivo e não sabe

que não tá que é o caso da rede social. Então o “afrobank” é um pouco essa realidade coletiva, ali é concreto, todos estão pensando em ficar no Brasil.

Versus: O que você quis dizer com a cena da morte do André e do Santiago ao mesmo tempo?

Aldri: Olha, no livro e na peça ele (André) morre sozinho, não tem a morte da branquitude, isso no livro e na peça, o Aldri sozinho, já o Aldri com seus colegas e o Lázaro, existe uma morte que acontece de um lado e do outro. É um filme distópico, quando a gente fala distópico, tem que tomar muito cuidado para não analisar distopias como realidade, todas elas, do Aldous Huxley, do George Wells, são distopias, deslocamento de pensamento e de realidade, pra gente trazer ferramentas de análises realistas para a distopia tem que tomar muito cuidado.

Eu acho muito engraçado que no “Medida Provisória”, as pessoas tem uma análise bem distópica sobre o que é, amplificam os sentidos das coisas e às vezes, com esse momento, elas têm uma análise bem realista quando na verdade não é, a realidade não é assim. “Morre um negro, morre um branco”, muito pelo contrário, mas como a gente tá falando de um mundo distópico, quem falou que essa mortandade preta vai ficar sempre nesse lugar? De desvantagem em relação à branquitude?

Eu acho que essa morte, ao mesmo tempo no filme, é um pouco nesse lugar de “será que não vai haver nunca um contragolpe? Será que o mundo ocidental acredita mesmo que ele vai

continuar matando os indígenas, matando os negros e negras, agredindo as mulheres agredindo a comunidade LGBTQIA+? Que vai ficar sempre assim e um belo dia isso não vai ter uma resposta?”. Então, quando a gente fala de uma narrativa distópica e que traz essa provocação, e eu achei muito interessante a comunidade se incomodar com esse lugar, sobretudo a comunidade branca, “como assim a gente morre também?”.

Morre também, é possível, talvez não estejam morrendo na mesma quantidade hoje, será que amanhã, se eles continuarem nesse carrossel



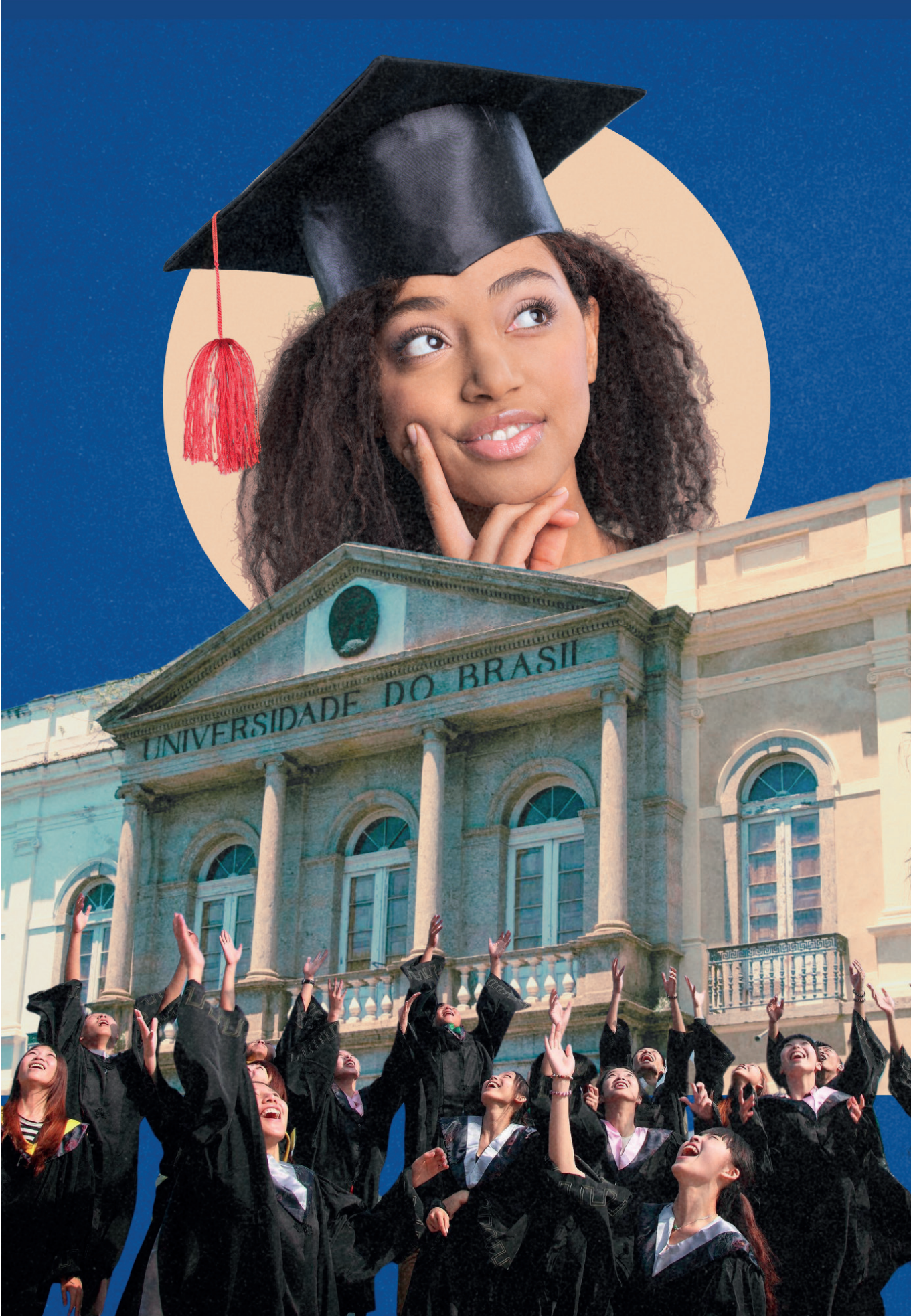
Cena do filme "Medida Provisória" (2020)

de mortandade, não vai haver uma, não vou falar de revolução, mas uma revolta? Veja o que aconteceu com a morte do George Floyd. Foi a primeira vez que morreu um cara com o joelho no pescoço com falta de ar? Não, o Eric Garner em 2014, vários outros morreram antes, só que um dia aconteceu a grande revolta, um movimento quase que mundial, onde a branquitude abraçou a causa finalmente, no sentido direto, sabe? Não passível, quem diria que isso poderia acontecer um dia, porque a negritude em si talvez não tenha esse poder social de criar mudanças de estruturas, então será que não dá pra se aliar à branquitude que tem e que tá revoltada com essa mortandade, a gente não vai ter uma resposta pra tudo isso ou será que essa resposta vai ser uma contra-violência? Será que o mundo vai ser sempre Martin Luther King e nunca Malcolm X? Pegando aqui a

analogia de violência e não violência.

Então aquela cena tem que ser analisada sobre a ótica da distopia, sobre a ótica da realidade, do jornal, você vai dizer “não, não é equiparada a morte de um negro com um branco”, claro que não. Se você liga o jornal nacional você vai ver 10 negros morrendo e talvez um branco se afogando nas águas do rio, não vai ver a “morte matada”, ou vai ver o branco morrendo por uma catástrofe da natureza, ou branco morrendo por causa de uma barragem em Mariana, ou um branco morrendo por causa das chuvas do Rio Grande do Sul, nenhum branco morrendo por “morte matada” policial. Isso é a realidade, é a ótica realista, aí a gente vai entender, “ok, não é equiparado”, mas dentro de uma estrutura distópica, eu acredito que isso pode acontecer sim.

Ali é um sinal de que uma revolta, uma revolução está para acontecer. Se a gente não parar, não estancar essa mortandade, algo de ruim vai acontecer, e aí teremos “morte matada” de outros grupos, não é nenhuma ameaça mas assim, é só poeticamente falando que a gente tem que usar a ótica e a lente da distopia para analisar essa cena. Não pode, de repente, tirar a lente da distopia poeticamente, porque o filme é muito marcado na sua linguagem, ele é muito honesto, o futuro próximo, ele é muito honesto na sua direção histórica, ele é muito honesto nas suas fontes distópicas, é uma peça distópica e um livro distópico, é um diálogo com a distopia. Então é pouco injusto nessa hora a gente fingir que, “não, não é distópico”, claro que é distópico, a gente começou dizendo que é distópico, então a análise vai ser distópica, ou seja, pode ser que haja um contragolpe sim, e vamos aceitar que outras mortes possam acontecer sim.



ERER do CAP UFRJ

TAMIRIS ZAPATA MAIA¹

As diretrizes e bases da educação nacional, a partir de 2008, indicam a inclusão no currículo oficial da rede de ensino, nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Nesse contexto, onze anos após a essa obrigatoriedade, foi fundado, em 2019, o Comitê Permanente da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER/CAP) do Colégio de Aplicação da UFRJ, a partir da iniciativa de um grupo de professores e técnicos que se uniram para organizar atividades durante o mês de novembro negro. Entendemos que a escolha pelo mês de novembro é devido ao Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, data que marca a morte de Zumbi dos Palmares, um dos símbolos nacionais pela resistência à escravidão e enfrentamento ao racismo. Em 2011, a data entrou no calendário oficial e passou a ser celebrada como o Dia da Consciência Negra, e já era considerada feriado em alguns estados e municípios, como no caso do estado do Rio de Janeiro. Mas foi somente em 2023 que o Congresso Nacional aprovou a lei que transformou o Dia da Consciência Negra em feriado nacional. Em 2024, a data foi comemorada, pela primeira vez, em todo o país.

Por outro lado, a necessidade de tratar questões raciais diariamente fez com que o comitê se tornasse um espaço permanente de diálogo e ação. Assim surgiu a ideia de elaborar uma resolução e passar pelo ConDir, o Conselho Diretor

do Colégio de Aplicação (CAp) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para que o comitê fosse oficializado.

Compreendemos que com o objetivo de tratar de temas relativos às relações étnico-raciais ao longo do ano letivo e abordar diferentes atividades raciais (negras e indígenas) de acordo com o corpo docente e discente, o comitê é consultivo e propositivo. Além de propor ações para a comunidade escolar e para a UFRJ, ele fomenta o debate para a elaboração de uma política de educação antirracista a ser implementada em todos os níveis de ensino ofertados no CAp UFRJ.

A criação do ERER também significou a construção de uma ponte entre a comunidade escolar e a UFRJ. Sendo o comitê racial mais antigo da UFRJ, o ERER antecede a Superintendência de Saberes Tradicionais e até mesmo a Diretoria do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), por exemplo. Atualmente, o comitê é dividido em quatro frentes principais, ou subcomissões: ocupações negras e indígenas, grupos de estudos, seminários e divulgação/design, permitindo uma abordagem colaborativa e sempre aberta a novas adesões.

No dia 6 de agosto de 2024, o ERER/CAP celebrou seu quinto aniversário, um marco que coincide com a crescente conscientização sobre o racismo no ambiente escolar. Após o impacto da pandemia, o comitê se deparou com um aumento de casos de racismo e, em resposta,

¹ Discente de jornalismo da UFRJ

criou um protocolo de combate ao problema de modo a garantir um ambiente seguro e reforçar o compromisso ético e político com a inclusão de todos os alunos.

Durante a entrevista com as coordenadoras do ERER/Cap, Leticia Carvalho — docente de artes — e Monique Riscado — técnica de assuntos educacionais — destacaram a importância de um corpo docente diversificado, refletindo o colorismo da sociedade brasileira. Ao ingressar no colégio em 2011, Letícia conta que havia apenas duas docentes negras. Com o avanço da política de cotas, a Lei nº 12.711/2012, implementou a reserva de vagas em universidades e institutos federais para alunos de diferentes grupos sociais e raciais. O resultado dessa política, então, tem sido uma maior diversidade entre os docentes e estudantes nos últimos anos.

“A escola é um reflexo da UFRJ. A UFRJ tem um corpo docente muito embranquecido, e a escola também é assim. O processo de diversidade do colégio, tanto da parte profissional quanto da parte discente, vem acontecendo gradativamente. A gente percebe que, com as cotas, houve uma aceleração. Hoje, a gente tem um colégio muito mais diverso do que quando eu fiz estágio lá em 2004, quando você não via nem pessoas negras como estudantes.”, conta Letícia.

A partir do próximo ano, o CAP UFRJ vai implementar outras ações afirmativas, como a heteroidentificação para acesso a cotas, assegurando que as cotas sejam respeitadas e utilizadas de forma justa. Após uma denúncia de fraude no ingresso de um estudante por meio de cota racial, o ERER/Cap estabeleceu a heteroidentificação como um compromisso ético e político com os contemplados pelas cotas. O colégio não vai realizar a heteroidentificação por foto ou vídeo, mas vai seguir o modelo presencial, assim como é feito na UFRJ. O objetivo é que as crianças e seus familiares alcancem a dimensão cidadã, estabelecida pela nossa república democrática, seguindo o modelo inspirado em outros colégios, como o CAP UFRN, por exemplo.

Por conseguinte, em nosso entendimento, todo o trabalho do ERER/Cap está em consonância com a LDB, como indicamos acima, ou seja, criar conteúdo programático incluindo diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir des-



ses dois grupos étnicos, sublinhando a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

NEABI DA UFRJ

TAMIRIS ZAPATA MAIA¹

Em maio de 2022, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) deu um importante passo seguindo a lei de diretrizes da educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), com a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Um dos mais de 200 núcleos do tipo espalhados pelo Brasil, o NEABI da UFRJ é uma iniciativa vinculada ao Fórum de Ciência e Cultura da universidade e tem como missão promover o conhecimento sobre as culturas negra e indígenas. Portanto, a UFRJ corrobora com a construção dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, que poderão e devem ser incorporados ao currículo escolar, de acordo com a LDB.

Atualmente, o NEABI se concentra na criação de eventos, celebrações de datas culturais e na oferta de algumas disciplinas eletivas. No entanto, o professor Wallace de Moraes ao assumir a direção, busca conquistar mudanças ainda maiores na grade curricular da universidade. Uma de suas principais propostas é a introdução de disciplinas obrigatórias que tratem dessas culturas em todos os cursos da UFRJ, algo que, para ele, seria um passo fundamental na luta contra o racismo dentro do ambiente acadêmico.



Abordando a forma como o currículo universitário ainda requer o efetivo acolhimento previsto na nossa atual constituição federal, ou seja, salientando que racismo no Brasil é um delito inafiançável e imprescritível, Wallace destaca que a maior parte dos nossos saberes é baseada em autores eurocêntricos. Para ele, o ingresso de discentes de acordo com a lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012 - a qual trata do o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio -, em grande parte negros e indígenas, tem criado uma demanda crescente por uma educação que faça referência à cultura desses estudantes, e não apenas às tradições europeias: “Esses alunos, sejam negros ou brancos, precisam ter contato com as culturas negras e indígenas. São saberes essenciais para a construção democrática do país e para a formação de um conhecimento mais plural.”

O diretor afirma que a estrutura social do Brasil, assim como do Ocidente, ainda reflete uma “pirâmide social” baseada no racismo: “No topo dessa pirâmide estão os homens beges, em

¹ Discente de jornalismo da UFRJ

segundo lugar, as mulheres beges, depois os homens pretos, e, na base, as mulheres pretas e indígenas. Ao mesmo tempo, existe uma cultura de extermínio do homem negro. Ele é o mais assassinado pelo Estado, principalmente aquele que se rebela, que não se contenta em estar disponível para produzir riqueza para os corpos beges e que atenta contra o sistema. Então, ele se torna alvo do Estado por meio da polícia e do judiciário. A polícia mata, o judiciário prende e a grande mídia acoberta”, afirma.

Para ele, é fundamental que negros e indígenas ocupem espaços de decisão em nossa república democrática, como forma de resistência. Durante a entrevista, ele afirma que a luta contra o racismo é problema de todos: “O NEABI é um espaço majoritariamente composto por corpos negros e indígenas, mas é composto e está aberto também para beges antirracistas, desde que entendam que este é um espaço protagonizado pelas maiorias discriminadas. É um espaço contra o pacto da begitude e o colonialismo”, diz.

Inspirado no autor canadense Francis Dupuis-Déri e no autor brasileiro Antônio Bispo dos Santos, o conceito de “corpos beges” utilizado por Wallace ao longo da conversa é parte de uma crítica à ideia de branquitude e ao modo como a cultura europeia se impôs no Brasil. “Ninguém é branco de verdade. A pele das pessoas não é da cor de um papel mas elas se dizem brancas porque isso simboliza algo positivo na cultura delas”, explica. “É o que eu chamo de uma cultura igrejista: essa cultura define que uma mulher tem que casar de branco, que na primeira comunhão a pessoa tem que usar branco, é ainda a cor da bandeira da paz, representa harmonia, e normalmente é atrelado a coisas boas:

Jesus e os anjos usam branco. Então, é necessário tirar esse lugar de conforto e dizer para os descendentes de europeus: Você não é branco, você é bege”.

Para o diretor do NEABI, muitas das vantagens que os brancos — ou beges — possuem na sociedade ainda são invisíveis para eles próprios.

Alguns beges sabem que são privilegiados, mas não entendem o porquê. É preciso mostrar como esse racismo se edificou. Por isso, discutimos o colonialismo, o racismo epistêmico, o racismo institucional. Na medida em que entendemos essa guerra de conceitos, quebramos a farsa do racismo. Afinal, o conceito de raça já foi negado biologicamente, mas o colonialismo criou esse efeito para manter as estruturas de poder.

Com quase dois anos e meio de criação, o NEABI está em fase de reestruturação. De acordo com o novo diretor, o núcleo já começou a mudar o direcionamento anterior de atuar principalmente em festividades e datas emblemáticas. “O NEABI não pode se resumir a comemoração de datas festivas. É necessário enfrentar o racismo em sala de aula ministrando disciplinas obrigatórias para todos os alunos da UFRJ. Todos os nossos alunos terão pelo menos uma disciplina com valorização das culturas e dos saberes negros e indígenas. Desta maneira, contribuiremos para combater o racismo, contemplar as Leis 10.639/03 e 11.645/08, e ajudar a formar uma sociedade mais democrática, igualitária e inclusiva”. Para cumprir essa missão, o NEABI já aprovou o seu novo Regimento e espera que seja aprovado nas instâncias da UFRJ.

Superintendência de Saberes Tradicionais

TAMIRIS ZAPATA MAIA¹

Na perspectiva do pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura de nosso vasto país, num contexto que a Cultura volta a ter um Ministério na administração pública republicana, a Superintendência de Saberes Tradicionais (SuperSaberes) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada como um espaço de gestão focado na inclusão dos saberes tradicionais e das culturas populares dentro da academia. A iniciativa busca dar protagonismo e incluir a participação ativa a mestres e mestras das culturas tradicionais, como a de terreiro indígenas, quilombolas, ciganas, entre outras, integrando a diversidade dessas heranças culturais com a universidade.

A ideia para a criação da Superintendência nasceu de um coletivo de docentes e técnicos da UFRJ que já realizavam projetos de pesquisa e extensão relacionados a saberes tradicionais. Inspirados pela iniciativa do “Encontro dos Saberes”, da Universidade de Brasília (UNB), coordenado pelo professor José Jorge, os membros do coletivo perceberam a necessidade de institucionalizar também esses saberes na UFRJ.

A grande questão era definir se esses conhecimentos seriam incorporados nos currículos da graduação e pós-graduação, ou se fariam parte de

projetos de extensão. A SuperSaberes foi inicialmente concebida como uma coordenação vinculada à pró-reitoria de extensão, mas o objetivo foi de ir além das atividades extensionistas. A busca por espaços que pudessem transversalizar esses saberes resultou na escolha do Fórum de Ciência e Cultura como sede da Superintendência.

A escolha do nome, “Superintendência de Saberes Tradicionais”, foi estratégica para reafirmar a importância desses conhecimentos, como destacou Márcia Cabral, gestora da SuperSaberes. “É muito importante que esse espaço carregue no seu próprio nome esse signo. E era uma questão semiótica, a gente precisa circular essas palavras para ser visto. Queríamos começar desde o nome para fazer circular quem são os detentores desses saberes”.

¹ Discente de jornalismo da UFRJ

Apesar da falta de espaço físico adequado na UFRJ, a Superintendência foi aprovada em maio de 2022, na mesma data em que o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) foi criado. Inicialmente gerida por um colegiado, a SuperSaberes passou a ter Márcia Cabral como sua gestora única, nomeada em dezembro de 2022, com início das atividades e ações em fevereiro de 2023. Uma das primeiras iniciativas foi o Programa de Extensão e o Projeto de Pesquisa “Museu Vivo de Saberes Tradicionais”, além de outras ações focadas na inclusão das culturas tradicionais no ambiente acadêmico.

“Para mim, como uma mulher de axé e iniciada no candomblé, é uma responsabilidade e uma alegria imensa. É uma densidade de como posso dar conta desse legado? Não é fácil pensar na inclusão desses grupos dentro da universidade. Mas eu me sinto muito amparada ancestralmente, espiritualmente e também por todos os parceiros da UFRJ que querem o fortalecimento desses saberes e da entrada de pessoas que são historicamente alijadas da universidade, um espaço que é de todos. Então, é uma alegria muito grande superar esses obstáculos e promover encontros para ouvir essas narrativas”.

A SuperSaberes atua diretamente na proposição de ações que promovem visibilidade e reconhecimento dos saberes tradicionais, envolvendo a comunidade acadêmica e não acadêmica comprometida com essas pautas. Em 2023, a Superintendência formalizou uma parceria com o Ministério da Cultura, desenvolvendo pesquisas para acompanhar e analisar o Mapa Nacional da Cultura, através do Edital Sérgio Mamberti, que premia iniciativas voltadas para as culturas populares e tradicionais.

A Superintendência de Saberes Tradicionais tem como principal meta a inclusão dessas culturas e saberes na UFRJ, não apenas como atividades acadêmicas ou extensionistas, mas como um processo integral que contribui para a entrada, permanência e reconhecimento dessas comunidades na universidade. Durante entrevista, a superintendente Márcia reforçou o compromisso ético e político da Superintendência em promover a inclusão de estudantes oriundos de comunidades tradicionais.

Ela destacou que muitos desses estudantes enfrentam dificuldades para se sentir acolhidos no ambiente acadêmico, o que acaba comprometendo sua permanência. Nesse sentido, a SuperSaberes busca implementar políticas que garantam a esses grupos a oportunidade de se integrarem de maneira plena à universidade. “Temos um compromisso ético, técnico e político de fomentar que esses saberes tradicionais se transversalizem pelos diversos campi da Universidade. Até porque a formação na universidade não é só uma formação profissional, é também cidadã e existencial”, afirmou.



Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade

GABRIELLA TEBALDI REBELLO¹

NAYANE CRISTINA DE SOUZA²



Motivados por fazer conhecer os órgãos da UFRJ que promovem a inclusão social e racial, nós da equipe VERSUS entrevistamos dois integrantes da Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA), Denise Goes, superintendente e Pedro Fernando Gonzaga de Oliveira, chefe de gabinete da SGAADA. Esta matéria é um compilado dos depoimentos de ambos.

Em 2016 formou-se a Comissão de Aferição, que atuava na heteroidentificação das seleções de concurso público de servidores efetivos na Universidade. A comissão foi uma das primeiras aberturas da universidade em relação à discussão sobre racismo e antirracismo, visto que ela era muito atrasada nesse sentido. Contudo, havia a necessidade de um estudo e uma capacitação mais profundos sobre o assunto, pois nem todos tinham o letramento racial para engendrar uma

política pública tão grande e complexa. Mais tarde, em 2017, a Câmara de Políticas Raciais foi criada, logo promovendo diversos eventos e debates étnico-raciais dentro da instituição.

Diante do consenso de que a universidade não poderia manter-se na posição reativa que a Câmara e os coletivos propiciavam, Denise Goes, atual superintendente da SGAADA, coordenadora da Câmara de Políticas Raciais à época, levou à reitoria a necessidade desse organismo interno. Precisava haver um órgão dedicado a pensar políticas públicas com a temática racial dentro da administração da UFRJ, e dado seu tamanho, preferencialmente na administração central. Além disso, a organização e articulação que haviam se desenvolvido já não cabiam dentro dos limites da Comissão. A partir disso, elaborou-se o que hoje conhecemos como A Superintendência Geral de Ações Afirmativas da

¹ Graduanda do curso de Relações Internacionais da UFRJ

² Graduanda do curso de Comunicação Social da UFRJ

O que é a política de cotas raciais?

A política de cotas raciais é uma medida afirmativa adotada por diversas instituições de ensino superior no Brasil para promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados, especialmente negros e pardos.

Como funciona?

Na UFRJ, a política de cotas reserva um percentual das vagas nos processos seletivos para candidatos autodeclarados negros, pardos, indígenas e outros grupos minoritários. Além da autodeclaração, a universidade utiliza comissões de heteroidentificação para verificar a veracidade das declarações, evitando fraudes.

Por que é importante?

A implementação das cotas raciais visa corrigir desigualdades históricas e proporcionar uma maior diversidade no ambiente acadêmico, refletindo a composição demográfica da sociedade brasileira. Essa política é fundamental para garantir acesso à educação superior de qualidade a grupos que enfrentam barreiras sociais e econômicas.

UFRJ, que tem como palavra-chave a representatividade da diversidade dentro da universidade, correndo a favor de sua plena contemporaneidade histórica.

Hoje, apesar de seus desafios orçamentais, especialmente em relação ao financiamento para a implementação de programas e iniciativas, e de pessoal, a SGAADA está comprometida em promover a igualdade e a inclusão. Com suas direto-

rias, trabalha na heteroidentificação de mais de 12 mil estudantes pretos e pretas que chegam à universidade.

Essa atividade é seu carro-chefe e evita fraudes na autoidentificação racial, e garante a aplicação correta da política das cotas raciais¹. A SGAADA trabalha também na elaboração de outras políticas públicas e campanhas para sensibilizar o corpo acadêmico sobre diversidade e acessibilidade através do fornecimento de cursos de heteroidentificação, letramento racial, formação de professores de municípios da região e etc. Para mais, oferece apoio às unidades da universidade, buscando fortalecê-las, como é o caso do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) e coletivos negros formados por docentes.

A título de exemplos da importância da atuação da SGAADA, Pedro descreve: “Anualmente, a UFRJ recebe mais de 9.400 novos alunos. Cerca de metade desses alunos são beneficiados por ações afirmativas, principalmente relacionadas à raça. Aproximadamente 33% desses alunos se identificam como pretos ou pardos, com uma parcela adicional que não declara sua raça. Considerando outros grupos beneficiados, como pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas, estima-se que até 50% dos novos alunos são impactados pelas políticas da superintendência” — o que desenha o quadro da centralidade da Superintendência na aplicação da justiça social na universidade.

Sobre os desafios enfrentados pela gestão da superintendência, Denise Góes enfatiza a captação de recursos e a sensibilização da comunidade universitária para a importância das políticas de ações afirmativas. A estrutura da UFRJ, sendo a maior universidade federal do país, impõe desafios, como a necessidade de coordenação entre diversos campi e unidades administrativas. Para

mitigar esses desafios, a SGAADA tem investido na formação continuada e no diálogo constante com todas as esferas da universidade. A meta é tornar a UFRJ um espaço realmente inclusivo e representativo, refletindo a diversidade do Brasil.

A superintendente compartilhou exemplos de programas e iniciativas bem-sucedidas promovidas pela SGAADA. Um destaque é a parceria com escolas municipais e estaduais através do complexo de formação de professores, que leva discussões sobre racismo e políticas de cotas para fora da universidade, impactando a educação básica e sensibilizando futuros ingressantes sobre a importância dessas políticas. Outro exemplo é a criação de disciplinas com foco em autores e temáticas negras, que visam descolonizar o currículo e promover uma educação mais plural e representativa. Essas iniciativas têm tido adesão crescente e são fundamentais para a construção de uma universidade mais inclusiva. Denise também ressalta a importância de integrar estudos africanos e afro-brasileiros ao currículo universitário, destacando que a África precisa ser estudada em sua complexidade e riqueza, além dos efeitos das mazelas que a atingiram. A SGAADA, em parceria com o NEABI, está elaborando um curso de extensão sobre a África que você não conhece, previsto para o final de 2024.

Para que o corpo estudantil tome conhecimento e favoreça a ação da SGAADA, a superintendência tem investido em uma relação próxima com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e outras entidades estudantis. A participação ativa dos estudantes é essencial, e a SGAADA promoveu uma política de inclusão onde estudantes têm voz e voto em processos decisivos, como a heteroidentificação.

Além das iniciativas internas, a Superintendência também se destaca pela colaboração com movimentos antirracistas e iniciativas de combate à discriminação étnico-racial dentro e fora da UFRJ. Uma das ações mais impactantes é a reestruturação dos coletivos negros universitários, que foram prejudicados pela pandemia de Covid-19 em 2020.

Através dessas diversas frentes de atuação, a SGAADA continua a expandir seu impacto, contribuindo significativamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. O compromisso com a educação, a colaboração com movimentos sociais e o engajamento do corpo estudantil são pilares que sustentam as atividades da Superintendência, reforçando sua missão de promover igualdade e inclusão na UFRJ.

Perfis da UFRJ

CAÍQUE STORTI

Ao ler o capítulo de nossa constituição cidadã intitulado: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, um dos deveres coletivos, que marca a história de nossa república, e que tanto sociedade civil, quanto os representantes legitimamente eleitos para o executivo e legislativo em nosso país, e defendido pelo nosso poder judiciário, é o entendimento que a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (artigo 5º de nossa constituição). Esse deve ser o dever de toda cidadã e cidadão brasileiro, reconhecer a prática de racismo como um delito.

Nesse sentido, ao lermos o livro de Emicida intitulado Amoras, numa referência nítida às suas filhas, eles nos remete à alguns perfis, entre eles do Martin Luther Kingw, pelas palavras do autor:

**Amoras penduradas a brilhar,
quanto mais escuras, mais doces.
Pode acreditar. Então a alegria
acende os olhos da menina que
conclusão incrível alcançou a
pequenina? (...) gentil como
Martin Luther King, ela apanha
as amoras dos galhos e do chão.
Ao vê-la Zumbi dos Palmares
diria: - Nada foi em vão.
(Emicida, 2018)**



Assim, podemos sublinhar que há algo em comum nas sociedades norte-americana e brasileira, qual seja, as marcas da escravidão ainda estão presentes na nossa história cotidiana. Apesar dos esforços, principalmente ao longo do século XX, para superarmos isso. Exemplo foram os movimentos civis ocorridos nos EUA, na década de 1960, como estratégia de combate a segregação racial. Daí a lembrança de Emicida, do papel do líder Martin Luther King Jr nesse processo foi fundamental, que contribuiu para a aprovação no Congresso norte-americano, durante a presidência de Lyndon Johnson, da Lei de Direitos Civis, em 1964, e no ano seguinte da Lei dos Direitos de Votação, que anulam toda a legislação discriminatória, então, ainda vigente no Sul dos EUA.

No entanto, uma década antes, em 1951, no Brasil foi promulgada a Lei Federal Nº 1.390, de

3 de julho de 1951 (recepcionada pela carta da democracia de 1988), que foi proposta pelo, então, deputado federal, pela União Democrática Nacional - UDN, Afonso Arinos de Melo Franco e promulgada por Getúlio Vargas em



3 de julho de 1951 que proíbe a discriminação racial no Brasil. Um caminho a passos de formiga mais com vontade que chegamos no século XXI, amparados pela já mencionada Carta Magna de 1988, a lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que por sua vez altera a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

Portanto, em 202 anos de administração pública brasileira, desde que tínhamos 129 anos, antes por conseguinte, dos EUA, nossa República, em um dos seus períodos democráticos, para não mais sair de pauta, torna racismo uma infração. Já que Emicida citou um perfil americano, vamos aos brasileiros,

marcando nossa história e em especial a história da UFRJ, com os perfis de mestres, doutores, técnicos educacionais que são o resultado do nosso dever de sempre estarmos atentos, e prontos ao enfrentamento, na qualidade de cidadãos e cidadãos brasileiros, da prática do racismo no nosso país continental.

Assim, Caíque Storti, jornalista da revista Versus, realizou as entrevistas que se seguem. Há um elo entre as e o personagem que vamos apresentar, bem na perspectiva da proposta de Emicida em seu trabalho intitulado *AMAR ELO* (2019).

Desejo uma boa leitura!

- Renata Bastos da Silva - editora da revista

Versus

Nascer com a pele preta e/ou outros caracteres do tipo negroide e compartilhar de uma mesma história de desenraizamento, escravidão e discriminação racial, não organiza, por si só, uma identidade negra. Ser negro é, além disto, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência [...]. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. (Souza; 2021, p.115)

Citado acima estão as palavras da escritora, intelectual e psicanalista Neusa Santos Souza, autora da obra *“Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”*, de 1983. Este brilhante ensaio situa-se como um marco na literatura nacional por ser um pioneiro frente às questões de relações raciais no Brasil. Ele fornece subsídios teóricos para se pensar a situação do(a) negro(a) brasileiro(a) e

suas implicações psíquicas e subjetivas envolvidas em meio as diversas realidades de racismos que são enfrentadas durante os processos cotidianos, e a vida de cada um deles.

Ainda desconhecido por mim, este livro veio ao meu conhecimento enquanto realizava uma entrevista com a diretora da Faculdade de Educação, Ana Paula Abreu Moura. “Acho que, para escrever esta matéria, você deveria antes ler este livro. Acho que seria importante se embasar nele”, observou ela. Confesso que, naquele momento, o título infelizmente não me pareceu familiar, mas obtive instantaneamente a minha curiosidade, afinal, não é todo dia que durante uma entrevista conseguimos ter acesso a uma dica teórica, ainda mais para utilizá-la para a escrita de um texto jornalístico.

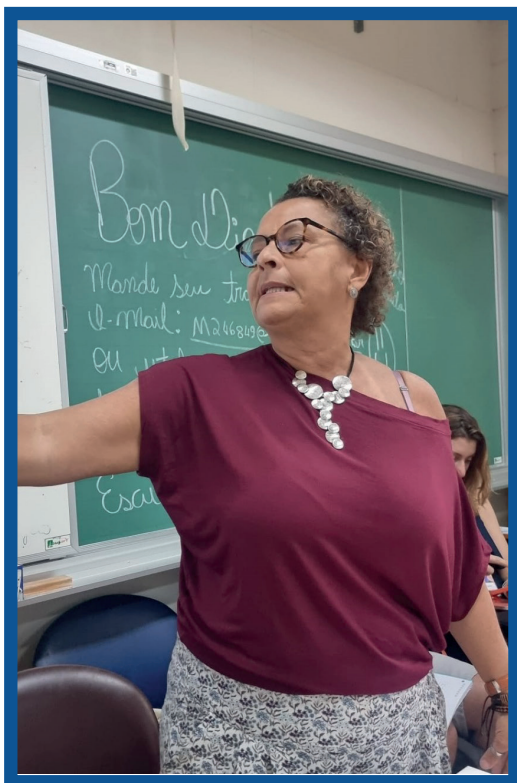
Neusa (2021), em sua obra, nos remete logo no título a um caráter existencialista perante a condição de existência do(a) negro(a) como um devir. Sartre (1945), em um de seus mais famosos ensaios afirmava que “A existência precede a essência”, enquanto sua companheira e intelectual feminista Simone de Beauvoir constatou que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Nesse sentido, ao mesmo tempo sob contextos raciais mais complexos e profundos, a psicanalista brasileira aponta que, se tornar negro(a), perpassa necessariamente por uma construção política e sócio-histórica que é determinante para com a formação de sua identidade, e o modo de autopercepção em meio a uma realidade social moldada por valores de branquitude e racistas. Um fundo histórico composto, consequentemente, por violências, mas também constituído por resistências e superações. Nesse sentido, amparado sob este marco teórico, apresentamos aqui os relatos de três importantes personalidades para a comunidade acadêmica

da UFRJ. Cada uma com a sua bagagem histórica, desenvolvendo um papel fundamental em suas instancias, e ao mesmo tempo, ocupando posições de valiosa importância junto ao nosso entorno universitário. Estas são histórias sobre pessoas que representam a ascensão social dentre aqueles que, historicamente, foram subjugados e relegados a margem da nossa sociedade, mas a cada dia que se passa, atestam a força e o poder contra o racismo institucionalizado, em prol da transformação social dessa estrutura.

Nascida em 1966 e vindo de uma família de origem baiana, sua mãe não teve oportunidade de estudar, mas ao contrário de sua progenitora, este direito não lhe foi negado como foi lhe foi incentivado, a fim de que sua filha pudesse ter acesso a um direito fundamental ao qual ela não pode ter tido. Formada em escola pública, investiu o seu futuro em formação profissionalizante como professora. E o fato de uma mãe semianalfabeta ter criado uma professora, como Ana mesmo ressalta:

“significou a maior vitória para a minha mãe. Mais do que inclusive o fato de eu ter entrado depois numa Universidade Pública. Essa era a linha de pensamento dela”.

Ocupando o cargo como professora de escola pública em Macaé-RJ, com o tempo, o acúmulo de experiências e vivências nessa área a transformou em uma militante pelo serviço educacional público, como ela mesmo afirma. Suas participações junto ao sindicato, pelo lado da oposição, a moveu em direção às lutas pela valorização da “*identidade de professores(as)*”, alega. Enquanto trabalhava neste cargo, durante o ano de 1988,



decide prestar vestibular pela Cesgranrio para o curso de história, num movimento ao qual, durante um ano de curso, percebe que seria preciso ampliar a sua carga de conhecimento crítico. Decide, assim, realizar o curso, ao mesmo tempo, de geografia, pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Nesse, enxergou um espaço para refletir e elaborar sobre temáticas relacionada aos movimentos sociais e a questão envolvendo processos de territorialização.

Diante disso, talvez, você leitor(a) se pergunte: ‘mas de onde tirar tempo para tudo isso?’. Pois bem, trabalhando como professora de escola pública, e administrando duas graduações ao mesmo tempo, ela reitera: “**minha vida era uma loucura**”. A partir do momento em que deixa a UFF, decide dar aulas em IEJA, para jovens e adultos, além do ensino público e, também, privado, mas nunca deixando de lado o ensino pela transmissão de conhecimento

sob uma visão crítica do ensino tanto de história quanto de geografia.

Vamos fazer um salto temporal para 2011. O cenário que se apresentava na realidade carioca e fluminense, naquele ano, chamava a atenção para o evento relacionado a segurança pública. Estava ocorrendo as instalações das UPP’s nas comunidades e favelas, tanto na capital quanto nos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Por mais que Ana valorizasse a sua profissão, os problemas e dificuldades presentes na realidade periférica de Macaé se apresentavam de forma dura, e cruel durante o seu cotidiano como professora. Problemas estes que definitivamente não podem ser elencados como fenômenos ordinários do dia-dia. Muito pelo contrário. A guerra entre facções organizadas rivais que eclodiu neste ano, foi determinante para a tomada de decisão de seu futuro nas escolas do município de Macaé:

Com o avanço das UPP’s aqui no Rio, o Comando Vermelho (CV) começa a ir para as regiões interioranas, e chega em Macaé. Já existia uma facção em atividade de tráfico por lá, pertencente ao grupo ADA (Amigo Dos Amigos). Quando o Comando Vermelho sobe, se inicia uma guerra violentíssima em Macaé. Eu perdia quase dois/três alunos, pois estavam no tráfico, e na guerra eles morriam. Eu não estava aguentando mais isso. Eram bons alunos, que eu mal sabia que eram ligados ao movimento. Chegavam várias notícias... de que eles estavam mortos... e mortos com requintes de crueldade que eu prefiro nem mencionar a respeito...

Após viver este episódio traumático, Ana decide dar continuidade em sua carreira acadêmica ao realizar a prova para o cargo de técnica-administrativa pela UFRJ. A partir de sua

entrada, se inicia um processo de luta contra **distorções hierárquicas** dentro do campo técnico-administrativo, e pela **inclusão racial**. De acordo com ela, estas são as suas principais bandeiras defendidas enquanto atua nessa área. Concedendo o devido valor histórico, relembra que se deu em 2009, durante o segundo governo de Lula (PT) a criação de cargos técnico-educacionais dentro das Universidades Federais, ressaltando a importância desse serviço para com a comunidade universitária.

Com a expansão da universidade, o Lula entendeu que ser técnico em assuntos educacionais, de nível superior, para atuação em sala de aula, seria fundamental nesse cargo, importantíssimo no sentido de conectar orientandos, discentes aos docentes. A minha função, o meu cargo, é de produção de material didático, de monitoramento pedagógico, para ajudar o(a) aluno(a). É importante a presença do(a) técnico(a) na estrutura universitária para a gestão tanto da estrutura acadêmica, quanto da estrutura administrativa. E nesta, se deveria ter dois diretores: um pedagógico, e outro administrativo. Mas o problema é que os modos de relação na universidade são muito hierarquizados, vide a discrepância no valor do voto de um técnico e o valor do voto de um docente, pontua Ana.

Sua origem advém de uma misticidade: sua mãe, negra e baiana, enquanto seu pai, de origem portuguesa. Quando mais nova, relata ter demorado algum tempo para identificar-se e se reconhecer como negra. Foi durante o ano de 2014, quando sua ex-professora de antropologia no IPPUR, Cecília Melo, chamou a atenção para a inclusão de cotas raciais dentro do instituto, que Ana obteve esse esclarecimento consigo mesma.

A professora Cecília ministrava um curso sobre racismo ambiental, e foi justamente dentro deste curso que eu me percebi como negra. E fui percebendo que muitas coisas que aconteciam comigo, possuíam um viés racial, um viés de racismo. Neste momento, me percebi como negra.

A partir daí, enfatiza que suas principais lutas se determinam em cima das causas relacionadas a igualdade racial dentro da universidade, e da inclusão de negros e negras dentro da pós-graduação. É membro fundadora do coletivo Maria José Justino, no IPPUR, um coletivo cujo objetivo visa a implementação das cotas raciais no instituto, e distribuição de bolsas de pesquisa para cotistas. Em paralelo, também participa das comissões de hétero-identificação da UFRJ, obtendo uma importante conquista neste processo: a implementação de cotas dentro do IPPUR para pessoas LGBTQIA+. Organiza, também, o preparatório “Milton Santos” de ações afirmativas, servindo para o auxílio de negros e negras poderem entrar nos programas de pós-graduação do IPPUR.

“Eu acredito que eu transformo a sociedade quando consigo fazer com que o conhecimento crítico chegue a um, dois alunos, numa sala de quarenta”. Crítica ao processo de neoliberalização da Universidade, Ana também enfatiza a necessidade por condições dignas de ensino e aprendizagem. Em suas falas, nunca deixa de dar destaque ao termo ‘qualidade’,

pois enxerga neste algo que também é prioritário para a academia, assim como suas demais pautas defendidas. Ainda assim, quando estava cursando o mestrado em Sociologia, na UFF, começou a notar as vicissitudes da própria universidade, no qual elenca como características de ser “encastelada. Ela fala para si mesmo, ela produz conhecimento voltada para si mesmo. Logo, a sociedade seria, no máximo, palco de observação para meus estudos. Eu não queria isso para mim. Eu quero atuar!”.

Nessa empreitada, em sua dissertação, busca realizar uma investigação sobre processos de segregação em uma favela que, originalmente se chamava ‘Sem Terra’, mas hoje possui o nome de Boa Esperança, em Macaé-RJ. E Ana busca entender o porquê disso. Logo enquanto fazia sua pesquisa de campo, entende que é graças as obras promovidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que ocorre o processo de segregação. Em sequência, durante o Doutorado, já no programa de pós-graduação do IPPUR, discute sobre a remoção da favela Vila das Torres para a criação do Parque Madureira, na medida em que o terreno removido, de acordo com a autora, sequer é utilizado. Nesse sentido, Ana busca entender se o processo de remoção não serviu apenas como uma “higienização” do que a gente Parque Madureira, com uma finalidade estética, para “limpar” o

visual da favela próximo ao parque. “A partir daí, eu entendo que posso atuar na sociedade mesmo estando numa estrutura encastelada”.

Mas, então, como e porque o IPPUR? Ana ressalta que escolheu o mesmo pois:

Estava procurando um lugar na UFRJ que fosse de esquerda. E eu acho importante estar ali. Cunharam um projeto chamado ‘Universidade da Cidadania’, em que trazem movimentos sociais para dentro da universidade. São oferecidos cursos diretamente ligado a movimentos dos atingidos por barragens, e de dois em dois anos são oferecidos cursos de especialização em energia e sociedade no capitalismo contemporâneo para militantes desse movimento tanto no Brasil quanto de fora. Sou muito grata por poder trabalhar nesses cursos, e consigo enxergar a extensão da universidade em consonância, atuando junto com os movimentos na sociedade. É isso que eu acredito. É isso que uma universidade deve ser”, conclui.

Ana Cristina é a primeira técnica negra dentro do IPPUR, que faz um curso de Doutorado promovido pelo IPPUR. Em seu depoimento final, busca chamar a atenção para que não nos acomodemos onde estamos. Resgatando o conceito clássico de Universidade, exalta o seu caráter em vista do conhecimento amplo, do desenvolvimento do indivíduo em sua amplitude e suas possibilidades.

Em tempos de Google, de informações rasas, eu gostaria de convocar que a gente continue se encantando com o mundo, e tentando ler, e entender este mundo por meio dos livros, pela leitura, pelo aprofundamento das nossas visões. E almejando, sempre, processos de educação de maneira comprometida, tanto para-com-si quanto para-com-outro, dentro e fora da universidade.



Fotografia de Vantuil Pereira

Podemos dizer que, em nossas vidas, tudo é processo. Processos nos quais ditam, ao mesmo tempo em que somos ditados por eles. A realidade se impõe através de processos históricos, desencadeado por variáveis e múltiplos fenômenos, sejam de dimensões econômicas, sociais, culturais e/ou políticas, que eventualmente, influenciam e desencadeiam novos processos. Naturalmente, apesar de indagar que o uso deste termo não seria o mais correto, Vantuil Pereira tende a se colocar não somente como representante, mas uma importante liderança em meio aos processos políticos que veem ocorrendo na estrutura da universidade.

Não se trata de uma mera importância aqui. Vantuil tornou-se o primeiro negro eleito para o cargo de decano do CFCH. O fato de ter sido diretor de uma unidade voltada para os direitos humanos, o NIEP-DH, voltada para o debate racial, o colocou sob um protagonismo tal a ponto de fazer o seu nome conquistar o interesse da comunidade acadêmica. Ali, enquanto ocupava o cargo de diretor, Vantuil já estava produzindo uma série de transformações aos quais o levaram a perceber a importância que o seu nome poderia ter para, então, inserir no debate da decania, temas étnico-raciais, e os problemas que acompanham. Leia-se: o racismo.

De espírito contestador, Vantuil nunca se furtou da oportunidade de colocar o “bode na sala”, como ele afirma. Antes de ser eleito decano, era vice decano, atuando na estrutura da decania e dos conselhos superiores, e vinha atuando também como professor substituto. Considera estes períodos como importantes para o colocar numa posição de liderança, e poder pautar temas que considera de extrema relevância, mas que “durante muito tempo, nunca foi um tema central. E ainda não é central, mas está chegando no centro”, afirma.

Hoje, não dá para se falar de um curso, qualquer que seja a área, que não fale sobre a questão de gênero, dos direitos humanos, uma nova leitura étnico racial brasileira, confrontando o mito da democracia racial. Esse é um desafio que é uma barreira, que a gente precisa superar. Porque o currículo tem que ser lido a partir de uma realidade nacional, que se transformou, mas continua congelado. O que reproduz situações de poder. E as relações de poder(es) na universidade não foram transformadas. Existe um percentual de estudantes negros, de percentual de técnicos negros, de professores, mas por exemplo, quando você compara isso com a estrutura dos conselhos, aí a coisa fica mais gritante ainda. Porque nesses conselhos, no conselho universitário, de 60 membros, existem apenas cinco negros. Não chega a 10%. Estes são alguns dos obstáculos, além daqueles práticos que dizem respeito a prática cotidiana, da cultura política de preconceito, de racismo, que continua campeando aqui-acolá. De vez em quando a gente toma conhecimento de um caso de racismo, que as pessoas hoje têm mais coragem para denunciar, para se colocar em relação a isso, e que outrora seria desencorajado. Hoje as pessoas são encorajadas, o que prova um cenário de mudança.

Dotado de uma base teórica crítica em relação a estrutura social que envolve o racismo, Vantuil nunca deixa de pontuar suas questões amparado sob uma visão em totalidade sobre a realidade social, principalmente no que se refere a cidade do Rio de Janeiro, e em especial, a realidade universitária. Não é segredo para ninguém que frequenta os circuitos da universidade o problema histórico referente aos processos de mediação e transmissão do conhecimento para além dos muros da academia. Embora essa delicada questão esteja sendo cada vez mais discutida e pautada na sociedade civil, Vantuil enxerga uma importância ao reforçar a crítica, na medida em que o espaço universitário, como um componente da estrutura ainda racista, também não deixaria de reproduzi-la.

Acho que a estrutura social brasileira é muito desigual, e a universidade expressa isso de várias formas. Eu citei um exemplo desse descompasso entre o percentual de docentes, mesmo de técnicos, mas de docentes da universidade, em que apenas 15% são ativos em face dos 20% exigidos. Isso demonstra, nos espaços sociais, que você tem uma baixa presença de cargos de destaque sendo ocupado por pessoas negras. É uma coisa muito importante, isso tem a ver como isso se expressa. E se expressa também sobre como as pessoas se veem nos espaços. Este acaba sendo uma referência para as pessoas, a questão da representatividade. O menino ou a menina que chega na universidade, se depara com um monte de gente branca. E aí tem uma outra coisa a ver, que é um obstáculo, que tem a ver com o currículo. Os currículos dos cursos não expressam isso, é uma barreira.

Vantuil se apresenta como um defensor incansável pela manutenção, e aprimoramento da lei de cotas raciais na universidade. Além da garantia das cotas como um direito fundamental, considera a devida importância pela ampliação das cotas para todas as estruturas da universidade, aplicando-se também para bolsas de iniciação científica, residência de estudantes etc. Destaca nesse sentido o valor de um(a) estudante negro/negra de pós-graduação poder obter condições, e principalmente a garantia de uma vaga no mercado de trabalho. Contudo, diante de um cenário político em que observamos uma ascensão de ideias e discursos conservadores de extrema-direita, não nega um receio diante de posicionamentos e mobilizações contrárias a extensão da lei de cotas. Na medida em que as cadeiras do Congresso Nacional passam a estar cada vez mais ocupadas por representantes conservadores, “atualmente, não se pode duvidar de mais nada”, ressalta.

Eu tenho feita pesquisa em torno do impacto das cotas vinculadas a pós-graduação e na produção científica sobre o racismo. Procuro verificar nessa pesquisa o seguinte: na medida em que os estudantes possuem acesso as cotas, estes estudantes puderam dar entrada na pós-graduação, mestrado e doutorado. E eu comecei a observar que nem todo negro pesquisa sobre a questão racial, mas quem pesquisa, não são necessariamente negros. E se observa um crescente número de gente pesquisando e aumentando o assunto em questão de pesquisas, quase que numa escala geométrica. Se a gente fosse traçar uma parábola, estamos chegando no meio da parábola. Não chegamos no seu ápice, mas estamos numa crescente. E isso quer dizer o seguinte: estamos chegando

num processo em que não imaginamos o resultado do processo das cotas no que diz respeito a repercussão dela; como ela vai repercutir no currículo; como ela vai impactar quanto ao mercado de trabalho; como ela vai impactar na produção de conhecimento no Brasil. É um processo que ainda está em curso no Brasil. Daí a importância da cota: ela potencializou o processo de mudança do rumo da história nesse aspecto. Alguns chamavam de revolução silenciosa, enquanto outros contestavam: essa revolução não é nada silenciosa, pois ela está produzindo uma transformação. Por que a cota é importante? Porque ela tornou público o debate sobre o racismo.

Como colocado anteriormente, Vantuil compartilha suas análises sobre a realidade amparada por uma visão em totalidade sobre os objetos e fenômenos sociais. Possuindo uma formação tanto na graduação quanto na pós-graduação em História, ambos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), ele preza sempre pela leitura histórica sobre os fatos, e as complexidades que acompanham os fenômenos e eventos da história brasileira, principalmente quanto aos mais recentes. Nesse sentido, a postura crítica torna-se imprescindível perante o importante cargo que ocupa.

Parte do processo histórico brasileiro foi silenciado. Porque estamos vendo agora essa pujança de debate racial? É um processo que foi tolhido pela ditadura. Existe uma lacuna de trinta anos do debate racial. Quando a ditadura foi instalada, o debate racial estava numa crescente, e ele sofre um corte. O debate racial no Brasil pós-ditadura começa substancialmente a partir de 2001. Não que não havia debates antes disso, mas ele ganha

corpo nos anos 2000, ao final do governo do FHC e início do primeiro governo Lula. A partir de debates públicos, ações políticas, o Estado se aproxima do debate racial. Não estou querendo dizer que não havia questões raciais antes, mas existe uma massa crítica maior que foi potencializado quando o Estado assume o debate racial. Mas é um debate que deveria ter sido iniciado lá em 1961. Então, existe um atraso histórico quanto a isso.



Aliando a crítica ao racismo estrutural, Vantuil enseja por um modelo universitário que concilie com a prática de ensino amparados por valores humanistas, que possam ao mesmo tempo formar não somente profissionais técnicos na área, mas além disso, cidadãos. Como ele mesmo ressalta: “não existe um bom engenheiro se ele não tiver uma boa base humana. Não existe um bom engenheiro se ele não tiver uma visão filosófica, histórica, social bem estruturada/preparada”. Portanto, o valor que as ciências humanas carregam nesse sentido tornam-se fundamentais tanto no ensino, quanto para a formação.

“O conformismo é o pior dos processos”. Ao citar a célebre frase do historiador alemão

Walter Benjamin, Vantuil reforça a necessidade da crítica nos setores de produção de conhecimento científico da nossa sociedade. O estranhamento sobre os processos sociais não pode estar afastado da análise sobre a realidade, que se apresenta a nós sob uma forma estranhada. Contudo, para superarmos e transformarmos essa realidade social, a percepção crítica precisa estar presente num sentido prático e sob constante atuação durante os cotidianos:

Eu não sou um decano somente negro. Eu sou um decano do CFCH, que porventura, por acaso, é negro. Algo que no caso brasileiro, e da UFRJ, é importantíssimo. Mas qual a importância de se frisar a negritude? Pois nisso contém uma ideia de crítica. Na África, isso não seria relevante, mas no caso brasileiro, a presença do negro possui a crítica ao se gerar estranhamento. Eu sempre me pergunto o que que os meus representados esperam de mim, pois eu represento uma comunidade. E em um espaço universitário, que se afirma o caráter político, deve-se exprimir o contraditório.

“Chegar até aqui é um ponto fora da curva”.

São com essas palavras que Ana Paula, primeira diretora da Faculdade de Educação que se autoafirma como negra declara ao descrever a sua trajetória que a levou até o cargo que atualmente ocupa. De origem pobre, vinda de uma família cujos pais possuíam baixa escolaridade, pode-se dizer que, como os compositores do grupo Racionais afirmavam, a sua vida desde cedo, seria um desafio. Logo aos treze anos de idade, já trabalhava como empregada doméstica para poder ajudar na manutenção de sua casa, que contava com a soma de mais seis irmãos dentro de sua moradia.

Apesar dos pesares, Ana carregava dentro de si uma convicção: o estudo deve ser a prioridade antes de qualquer coisa. Só trabalhava, caso pudesse estudar. E assim o fez, conseguindo formar-se no ensino médio, com a formação técnica de professores, consagrando-se como professora aos 17 anos de idade.

Eu tinha que negociar com os meus padrões: para poder estudar, eu precisava descansar, e assim compensar o trabalho que não foi feito ao dia, durante a noite. Então, estudava durante o dia, trabalhava durante a noite, e aos finais de semana, voltava para minha casa. E assim era o ciclo.

Seu sonho, naquele momento de sua vida, era ter a possibilidade de poder atuar como professora de escola pública, em especial, professora de educação básica de ensino público. Diante de uma vida composta por inúmeros enfrentamentos e conflitos que existiram durante a sua trajetória, almejava conquistar esta ocupação e, assim, conseguir transmitir os seus conhecimen-

Fotografia da Ana Paula



tos para estudantes que compartilham da mesma origem que ela. Na sua imaginação, este objetivo configurava-se como o ideal mais longe que ela conseguiria, e poderia chegar.



Aos 17 anos, durante a aula de didática do último ano de formação técnica para professores, um grupo de ex-estudantes da escola pública Mendes de Moraes solicita a entrada, uma intervenção, com intuito de dialogar com as estudantes do curso. Para surpresa de Ana, todos deste grupo possuíam suas origens do ensino público, e estavam em processo de graduação na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro). Durante a conversa, Ana começava a perceber que seu sonho poderia se tornar realidade, mas ainda assim, custava a acreditar que poderia concretizá-lo. É graças ao apoio de sua amiga Rose, que insistiu o suficiente para que Ana, então, se mobilizasse e desse entrada em um curso de nível superior. Quebrando todas as estatísticas possíveis, como ela afirma, Ana Paula garante a sua vaga no curso de Pedagogia, na UERJ.

Atuando na extensão universitária durante o terceiro período de graduação, promove a realização de aulas para alfabetização de jovens e adultos que moravam em comunidades, como na Favela de Manguinhos, Morro do Borel, Vila Vintém etc. Em meio a essas experiências, Ana

ressalta uma que mais lhe marcou, enquanto atuava no Morro do Borel, com adolescentes que pertenciam ao “movimento”, ligados ao tráfico de drogas na região.

Eu estava lecionando num curso de qualificação para jovens, de faixa etária dos quatorze aos vinte e dois anos, quando, em um dia desses, chega um grupo para falar com a gente. Eles disseram o seguinte: ‘os homens [chefe da facção] mandaram a gente vir aqui para ver se a gente muda de vida. Então, a gente veio fazer esse curso’. Eu tive alunos que fizeram cursos para garçom, de cozinheiro, taifeiro etc. A área que eu lecionava era voltada para português e matemática, e esses cursos requeriam uma base sobre essas disciplinas. E um dos eventos que mais mexeu comigo naquela ocasião foi ao me encontrar, por acaso, com um desses alunos que participava desse curso. ‘Robinho’, do Morro do Borel, como ele se identificava. Ele me contou sobre sua vida, que estava bem, trabalhando. Contudo, em seguida confessou que ‘a maioria dos que estudavam morreu. A maioria foi assassinado. Ou pela polícia, ou pelo tráfico’. E isso me causou um baque, pois eu pude ver ali a tentativa daqueles jovens de sair daquela situação. Jovens, de extrema maioria, negros.

Passado estes episódios, Ana conclui a sua formação em Pedagogia, pela UERJ. Seu sonho estava cada vez mais próximo de ser realizado. Ao mesmo tempo, em seguida, ela desenvolve novos objetivos para sua vida: buscar qualificação na sua área. Para isto, realiza uma pós em alfabetização das classes populares, e, em sequência, ingressa no Mestrado em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação, ambos pela UFF (Universidade Federal Fluminense). Ela conta que, durante o curso de mes-

trado, soube da existência do concurso para professor substituto na UFRJ, e o decidiu fazer, mesmo sem esperanças de conseguir. Aos 26 anos de idade, Ana Paula tornou-se professora de uma das, se não a mais importante universidade do Brasil.



Durante o começo dos anos 2000, surgem desafios aos quais não eram exatamente esperados no curso de sua vida. Quando estava próximo do fim de seu contrato como professora substituta pela UFRJ, Ana relata um evento que acabou modificando os rumos de suas atividades. Num certo dia, um grupo de moradores da Favela da Maré notifica a PR-5 (Pró Reitoria de Extensão) com pesquisas indicando altas taxas de analfabetismo entre os moradores da comunidade, ao mesmo tempo questionando os servidores, mas também solicitando ajuda pela diminuição desse fenômeno na região citada. Sendo a única entre o corpo de docentes, na época, com formação e experiência na alfabetização de jovens e adultos, Ana é convocada para assumir essa tarefa de tal modo que se torna coordenadora principal deste projeto, cujas atividades permanecem em vigência até os dias atuais.

De coordenadora, tornou-se assessora da reitoria por um curto período, até realizar e ser aprovada em concurso, para atuar como técnica administrativa, assumindo a direção da DIUC (Divisão de Integração Universidade Comunidade), entre 2009 e 2010. No ano seguinte, realiza prova para ser, então, efetivada como professora permanente da Faculdade de Educação pela UFRJ. Não se pode negar que Ana seria mais uma, dentre negros e negras, que conseguiram contrariar as estatísticas:

Por isso que eu falo que é um ponto fora da curva, porque se olharmos para a Ana Paula, com seus treze anos de idade trabalhando como empregada doméstica, e hoje, assumindo a direção de uma casa como essa, digamos que a probabilidade não era essa. E é muito interessante pensar a respeito disso não só a partir de uma pessoa que advém da classe trabalhadora, mas uma pessoa negra da classe trabalhadora. Pois isso implica em algumas questões que vão interseccionando, e ao mesmo tempo também definindo como se é visto e se comporta nesses espaços.

De acordo com o professor emérito da Escola de Comunicação da UFRJ, Muniz Sodré (2023), o racismo embora se expresse por vias estruturantes, é, antes, institucional. Quer dizer, a manifestação do racismo é, na história do país pós-escravagismo, institucionalizada de tal modo a reproduzir-se pelos espaços, circuitos, meios institucionais da sociedade brasileira. Durante a sua infância, Ana comenta que mesmo inserida nos espaços familiares, já se reproduziam fenômenos de teor racista, de tal forma a reforçar uma negação de sua identidade como negra. Seja através de alisamento obrigatório do cabelo, da necessidade de afilar o próprio

nariz todo dia ao acordar, o racismo configura-se como um elemento presente no interior de sua família, ecoando posteriormente em novas instâncias institucionais da vida.

Infelizmente, isso é cotidiano. É muito comum, vindo desde o professor, a alunos, ao trabalhador terceirizado, ao técnico, isso é muito comum. É uma necessidade constante de ter que provar que nós podemos estar, ocupar estes espaços. Existe uma abertura hoje que possibilita que pessoas negras, como eu, esteja nesses espaços; mas, ainda assim, existem uma série de subjetividades que vão estando presentes o tempo inteiro, e vão minando isso.

É inegável a existência de diferenças e contrastes que se expressam no tratamento, nas formas de abordagens, no comportamento para com pessoas negras que ocupam esses espaços. Espaços esses ao qual são, tendencialmente, ocupados por pessoas brancas.

É saber que, ao nascer negro(a), a busca pelos resultados que a realidade impõe, precisam ser redobrados. E mesmo assim, nem sempre acaba sendo o suficiente. Como Ana ressalta, “este ser negro é muito complicado”, ao chamar a atenção para existência de uma diferença quanto ao tratamento entre um(a) negro(a), e um(a) branco(a), na medida que a identidade negra sofre ao ser alvo de desqualificação:

Se você é negro, você tem que ter certeza de que não pode errar. Porque quando você erra, não está errando apenas como pessoa física, pois acaba trazendo à tona todo um legado de luta, como vimos recentemente. É uma pancada muito forte...

Ana Paula carrega na sua pele as cicatrizes registradas pelo racismo institucional, mas fez delas a potência necessária para chegar até onde chegou. Com uma trajetória extensa na sua bagagem de vida, decide ampliar os horizontes e desafios, candidatando-se para o cargo de diretora da Faculdade de Educação. Nos dias 26 e 27 de setembro de 2023, sua chapa, em aliança com a professora Silvina Fernandez como vice, consagra-se eleita para o decano tendo como mote de campanha o resgate, e o fortalecimento da identidade da classe trabalhadora para com o meio universitário.

Existe a questão estrutural, que acaba influenciando outras questões. Na medida em que você não tem um corredor para as pessoas se encontrarem, um espaço para as pessoas se socializarem, isso afeta a identidade da própria faculdade. Muitos alunos oriundos da classe trabalhadora, que entram na faculdade, precisam se identificar com a universidade, mas não conseguem se identificar com ela. Disso, se apresenta um problema composto por uma linha muito tênue: ao mesmo tempo em que se requer o acolhimento do estudante, não se pode negar o direito ao conhecimento. Por exemplo: vários alunos, devido à distância de suas casas até a universidade, acabam chegando mais tarde ao horário de aula, e eventualmente precisam sair mais cedo para conseguir chegar a tempo em suas casas. Então, ao mesmo tempo que se busca respeitar as condições que os alunos chegam, é necessário garantir aquilo que ele foi atrás: o conhecimento universitário. Então fica difícil, pois é uma estrutura que está forjada de uma certa maneira. Só que, ao mesmo tempo, a universidade, infelizmente não pode dar conta de resolver a desigualdade social desse país. Ela não foi feita para isso. Nós não somos um satélite de fora da sociedade, nós estamos nela

Para conseguir chegar em resoluções para esses problemas, a diretora frisa, em primeiro lugar, a importância pela recomposição dos laços institucionais, o respeito pela institucionalidade. Na medida que a fragmentação do dia-dia se impõe pela correria ao qual estamos todos submetidos, o caráter individualista acaba se sobressaindo em decorrência disto, gerando o rompimento de relações e dificultando, ao mesmo tempo, a construção de novos laços dentro deste meio.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento de Unidade (PDU), ainda em construção, é pensado como um conjunto de ações voltadas para impulsionar o funcionamento das instancias em geral. Defensora da prática e aplicabilidade das ciências humanas em seu trabalho como diretora, rejeita a discussão burocrática para adequação de pautas importantes. Ana pontua a importância de se pensar sobre questões que leve em conta o caráter social, político e, principalmente crítico para nortear o desenvolvimento do plano perante a comunidade acadêmica.

Qual é a nossa função? O que que a gente pretende enquanto a formação de professores? O que que a gente pretende para esse país? Porque a partir do que a gente pretende para esse país, a gente vai pensar a formação de professores. Que profissional que a gente quer formar? E para qual sociedade que a gente quer formar? Quando a gente pensa a formação de professores, não é concebível que a gente pense na formação de professores descolada de uma formação humana, e crítica. Se a gente parte da perspectiva de que formar professores é ensinar a trabalhar com conteúdo somente, a gente reduz o que é ser professor nesse país. Só tem sentido trabalhar, desenvolver o ato de educar, se o ato de educar estiver implicado no movimento de compreensão de que se está formando a pessoa para ela poder interagir com o outro, mas também interagir com o mundo para a construção desse mundo. E isso não pode ser feito sem uma postura crítica.

A superação do racismo, que está cristalizado nas instituições, como Ana ressalta, perpassa por essa análise crítica da sociedade. Durante a introdução desta matéria, havia citado a recomendação por parte da própria Ana Paula para ler o livro “Tornar-se negro”, de Neusa Sousa Santos. O que a autora busca denunciar em seus escritos, é que não se trata apenas de nascer de pele retinta, ou com o fenótipo do negro. A questão, sobretudo, trata sobre como que as várias situações vão forjando a pessoa que ocupa este lugar, e ao mesmo tempo mostrando as múltiplas expressões e manifestações do racismo existente no nosso país.

Em uma sociedade miscigenada, e profundamente desigual, se olharmos ao nosso redor, podemos verificar a qual classe pertence àqueles mais necessitados; que ocupam os postos de



trabalho mais precarizados; que mais habitam moradias em situação desregular; que advém de famílias com menor poder financeiro etc. Nesse sentido, a existência das personalidades entrevistadas e citadas nessa reportagem se faz fundamental por nos mostrar, mediante o relato de cada uma delas, a importância pela defesa da democratização do espaço universitário. Mas ao mesmo tempo, a crítica para reconhecer os seus limites, e o que mais podemos almejar a partir daqui. Exemplos de superação e resistência, Ana Paula, Ana Cristina e Vantuil Pereira nos mostram os caminhos a serem trilhados em prol da emancipação e da transformação social em nosso país.

Sobre cultura e cidade:

lutas por memória e as gramáticas espaciais urbanas

RENATO EMERSON DOS SANTOS¹

ALBERT MILLES DE SOUZA²

ANA LUÍZA FERNANDES³

JULIO CESAR DE BRITO⁴

O presente texto traz notas a partir da experiência de construção de parceria curatorial realizada entre o NEGRAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais, do IPPUR/UFRJ) e a Superintendência de Difusão Cultural do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. A Difusão Cultural, com apoio do Programa de Apoio às Artes da UFRJ, do Sistema Universitário de Apoio Teatral, da Rádio UFRJ e do Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro, realizou o **NAVEGA UFRJ: Culturas insurgentes em rede**, um conjunto de ações veiculadas em diferentes plataformas virtuais com o objetivo de aproximar a produção artística, cultural e científica da UFRJ, assim como das instituições

acordadas no Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro - FIC-RJ, da sociedade em geral - de forma remota, por meios eletrônicos, criando oportunidades para troca de saberes, conhecimentos e tecnologias em cultura.

No âmbito da segunda edição do projeto que celebra dez anos de ações afirmativas nas instituições federais e aborda temas e conceitos que surgiram nos debates acadêmicos a partir das transformações provocadas pela adoção das cotas no ensino público superior, a Difusão Cultural mobilizou o NEGRAM para uma parceria curatorial em torno dos temas “Cultura e Ação Afirmativa” e “Cidade, Memória e Resistência”. O papel do núcleo seria então propor linhas para o desenvolvimento dos conteúdos sobre

1 Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Coordenador do NEGRAM/ETTERN (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais, associado ao Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza).

2 Geógrafo, doutorando em Planejamento Urbano e Regional pelo PPGPUR/IPPUR. Pesquisador do NEGRAM/ETTERN/IPPUR.

3 Historiadora, mestranda em Planejamento Urbano e Regional pelo PPGPUR/IPPUR. Pesquisadora do NEGRAM/ETTERN/IPPUR.

4 Geógrafo, mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo PPGPUR/IPPUR. Pesquisador do NEGRAM/ETTERN/IPPUR.

tais temas, que então seriam transformados pela equipe da Difusão Cultural em postagens diárias, durante quatro semanas para cada um destes temas. O propósito era também valorizar a produção científica da comunidade acadêmica, mas colocando-a em diálogo horizontal com diferentes formas de expressões e produções culturais e artísticas, com o intuito de sensibilizar interlocutores acadêmicos mas, principalmente, de fora da universidade. Aqui, trazemos algumas questões, desafios e propostas construídas para a temática “Cidade, Memória e Resistência”.

Gramáticas espaciais urbanas

O tema que aqui abordamos, “Cidade, Memória e Resistência”, nos foi proposto pelo fato de o NEGRAM ter, entre seus projetos de pesquisa, um intitulado “Pequena África *versus* Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento do território”. O projeto pesquisa as diferentes formas como o Movimento Negro, desde a década de 1980 mas, com mais força nestas primeiras décadas do Século XXI, vem disputando memórias e significações do passado negro-brasileiro através da reconstrução da ideia de “Pequena África”. Se esta alusão foi proposta por Heitor dos Prazeres há um século como uma celebração da forte presença populacional e cultural negra em parte do Centro do Rio de Janeiro (pelo menos, da Zona Portuária até a Cidade Nova), o Movimento Negro vem recentemente valorizando memórias negras de tempos históricos pretéritos distintos, para além do tempo do próprio Heitor. Assim, a ideia de Pequena África vem sendo reinventada, misturando o tempo de Heitor dos Prazeres (personagens como Tia Ciata, por exemplo – início do Século XX) com tempos como do Cais do Valongo (soterrado e transformado em Cais da

Princesa em 1843 – Século XIX) ou das Irmandades Negras, como a de São Domingos, e os cemitérios de africanos recém-chegados, como os de Santa Rita e dos Pretos Novos (estes, iniciados no Século XVIII). Analisamos ali os repertórios espaciais de ação do Movimento Negro (Santos, 2019).

O projeto de pesquisa sobre a Pequena África parte, portanto, da premissa de que há práticas espaciais do Movimento Negro disputando o lugar, e construindo uma nova Pequena África. A Pequena África do Movimento Negro do século XXI é, assim, uma ferramenta de ressignificação do passado negro, combatendo a repetida ideia de que “os negros eram escravos”, que se encerra em si anulando agências e protagonismos negros no passado da formação do Brasil. Busca-se, então, reler este passado através da mobilização de três chaves significantes (Santos, 2022): (i) violência e sofrimento pelo sequestro, tráfico e escravidão; (ii) resistência e (iii) criação.

Tal compreensão é a base da proposta feita para o NAVEGA, pois os repertórios espaciais de ação do Movimento Negro são vistos como ferramentas de ativação de significados a objetos e localizações, constituindo então “sentidos negros” ao espaço da cidade (McKittrick, 2011).



Antes disso, portanto, nós precisamos ter como premissa que a cidade é, também, um conjunto de significações em disputa, em que “crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade (...) [são] projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc.” (Corrêa, 1989). Se centramos nossas análises nas disputas de significações atribuídas ao espaço protagonizadas pelo Movimento Negro em sua luta antirracismo, temos também como premissa a ideia de que este ator social coletivo se contrapõe ao que está posto de maneira hegemônica: uma cidade que tem, em suas formas e cargas simbólicas, um arcabouço semântico que reflete a hegemonia do racismo, como projeto de sociedade.



Diante dessas tensões, nossa compreensão da cidade parte da ideia de que ela, de diferentes formas, comunica algo aos sujeitos que por ela circulam – ou, que a produzem e a praticam ao circular, visto que estes sujeitos não são passivos receptores destas cargas semânticas. Assim, dialogando com autores e autoras que se debruçaram sobre essas dinâmicas simbólicas nos espaços urbanos (Certeau, 1994; Martins, 1997; Jacques, 2008), chamamos de “gramáticas espaciais urbanas” as expressões presentes na cidade

que comunicam, informam, educam e colonizam imaginários sobre seu espaço – formas de comunicação simbólica na cidade e com a cidade, que evidenciam a cidade como ferramenta de inculcação de mensagens sociais. Tais gramáticas são expressas em múltiplos elementos do espaço: na nomenclatura de lugares (toponímia), como ruas, pontes, prédios, etc.; nos monumentos e símbolos presentes no espaço urbano; e na corporeidade, tradições culturais e patrimônio imaterial dos sujeitos que nele vivem. Essa comunicação é um processo de disputa, e o Movimento Negro é mais um ator que enfrenta o desafio de superar o mito da história única, de narrativas inferiorizantes e coloniais que insistentemente constroem lugares e imagens subalternas para determinados sujeitos na cidade.

Nesse sentido, a cidade ainda vai além. Primeiro, porque ela em si já se constitui enquanto um símbolo da modernidade, projeto de civilidade e lugar por excelência para se viver. Segundo, e principalmente, enquanto locus da modernidade, a cidade conta não só a sua história, mas traz elementos (sujeitos, processos e acontecimentos) de outras escalas maiores, da nação e do mundo, desse sistema-mundo moderno-colonial. Quais histórias a cidade mostra e, não menos importante, quais memórias a cidade apaga? Quais memórias o projeto hegemônico tenta esconder e como atualmente ele tenta se reproduzir “gramaticalmente”?

Disputando memórias e gramáticas da cidade

Partindo do pressuposto acima, o tratamento destes temas no âmbito da parceria curatorial buscou, então, ajustar os debates à temporalidade da programação dos conteúdos a serem produzidos. Sendo quatro semanas de postagens

de material, a proposta se desdobrou em quatro eixos: i) projeto hegemônico de cidade; ii) inscrição de memórias insurgentes no espaço urbano; iii) memórias praticadas e iv) Pequena África.

O primeiro eixo/semana busca introduzir o debate, um exercício de desnaturalização da cidade a partir de suas gramáticas expressas, que se enredam com outros mecanismos de inculcação de memórias. Partindo de perguntas provocadoras como “O que a cidade diz pra você?” e “De que maneiras ela se comunica com você?”, propõe-se uma abertura crítica do olhar sobre o espaço urbano, sobre como seus patrimônios, equipamentos, toponímias e paisagens projetam referenciais de história e identidades, para além de uma perspectiva funcionalista. “Quem a cidade homenageia e por quê?”, “Por que temos estátuas de bandeirantes, militares e personagens que foram, por exemplo, traficantes e senhores de africanos escravizados, e não outras figuras?”, “Por que nas cidades de formação colonial no Brasil nós temos hoje fortificações militares e igrejas católicas como edificações tombadas como patrimônios históricos?” e “Por que, por outro lado, não temos nenhum sítio histórico de aldeamento indígena?” São questões que problematizam a construção e apagamentos de memórias indagando a razão pela qual escolhemos pessoas, narrativas e lugares como se fossem os únicos existentes.

O segundo eixo/semana problematiza como grupos insurgentes vem questionando e desafiando as memórias hegemônicas construídas e inculcadas na e com a cidade. A pergunta provocadora é “De que maneiras ou, quais os repertórios de ação dos grupos que resistem na cidade através de políticas de memória?”. A ideia é então sinalizar as respostas e os repertórios de ação dos grupos: protestos, derrubadas, disputas pela

mudança de nomes de ruas, avenidas, praças e equipamentos públicos no geral, além da reivindicação de legislações proibindo nomeações de escravistas, ditadores e etc. Além disso, emerge também a criação de seus próprios “lugares de memória” (Nora, 1993) para inscrição de memórias insurgentes no espaço urbano e elementos da paisagem, como monumentos, edificações e suas nomeações (como fazem os movimentos de luta por moradia), e como a criação de museus populares (no Rio de Janeiro, p. ex, o Museu da Maré ou o Museu das Remoções na Vila Autódromo).

O terceiro eixo/semana continua o olhar sobre as ações de grupos insurgentes, mas, agora centrando na identificação de alguns sujeitos coletivos. “Quem são os grupos que vem disputando memórias na cidade?” Nesse sentido, cada dia é dedicado, então, a um campo de lutas: (i) Memórias negras e lutas antirracismo do Movimento Negro; (ii) lutas indígenas por memórias nas cidades; (iii) grupos culturais ocupando e ressignificando espaços públicos (p. ex, rodas de capoeira, samba, posses de hip hop, batalhas de MCs, grupos de maracatu, entre tantos outros, construindo corpografias - práticas corpóreas que conservam em si através do tempo memórias e o legado de determinado sujeitos não hegemônicos na cidade); (iv) moradores de favelas, que vem combatendo o apagamento, nas memórias das cidades, das violências que lhes são impostas, desde os deslocamentos forçados nas políticas de remoções até a militarização de seus territórios e a imposição da ilegalidade e de carências de infraestruturas e serviços, mostrando que isso é uma forma deliberada de presença e não “ausência do Estado”; e (v) as lutas por moradia e direito à cidade.

Por fim, dedica-se uma semana à apresentação e contextualização da chamada Pequena África, que como já apresentado acima, aborda os repertórios de ação do Movimento Negro do Rio de Janeiro no presente século. Movimentos que reinventam uma Pequena África (diferente daquela de Heitor dos Prazeres, um século atrás, quando criou esta alcunha) como ferramenta de disputa por memórias e significações da presença, sofrimento (com a escravidão e com o racismo), das agências (políticas, culturais, sociais) e criações negras na cidade. Analisa-se, então, como o Movimento Negro vem mobilizando repertórios de ação como (i) a patrimonialização e musealização - que envolvem pesquisa, legislações, salvaguarda e ações de proteção, restauração, preservação e conservação de bens, assim como a promoção do resgate e valorização, e também a criação e fortalecimento de instituições voltadas para tais fins; (ii) a disputa de toponímias, tomando a nomeação como ferramenta de memória e identidade; (iii) a ocupação e ressignificação de espaços públicos através de práticas culturais e religiosas ativas; (iv) a judicialização de reivindicações; (v) a articulação e incorporação de pautas raciais por atores de outras lutas urbanas, como as lutas por moradia; e (vi) a realização de circuitos e passeios turísticos e educacionais e eventos em espaços públicos, dentre outras formas de disputa por lugares de memória. Expomos como se deu e se dá a produção de um território simbólico ao grafar a histórica presença negra no centro da cidade e, e o(s) conflito(s) oriundos do tensionamento entre um projeto hegemônico de cidade/sociedade e memórias e práticas insurgentes de outros sujeitos.

Notas finais

A experiência de parceria curatorial do NEGRAM com o projeto NAVEGA UFRJ trouxe ao núcleo de pesquisa provocações que, se num primeiro momento, pareciam requisitar resultados das investigações que já vinham sendo feitas, logo se mostraram um alargamento do escopo das nossas reflexões. Com efeito, a pesquisa que aproximou o NAVEGA do NEGRAM, focada na Pequena África do Movimento Negro contemporâneo, se por um lado se constitui num profícuo caso de luta por memória na (e, com a) cidade, por se constituir numa análise de caso, mostrou-se muito mais um provocador para a busca de outros repertórios de outras lutas sociais. Mais do que isso, ao explorarmos os silêncios de memória (Polak, 1989) como “silenciamentos”, ou seja, como resultantes de conflitos e hegemonias, o envolvimento nos descortinou a busca por repertórios que aparecem como “naturalizados” na instauração de gramáticas urbanas.

A pluralização de agendas que esta parceria nos provocou se mostra, portanto, uma mostra do quanto a instauração de relações de colaboração entre diferentes instâncias, projetos, ações e sujeitos dentro da universidade criam em termos de potência. Afinal, as dinâmicas instauradas a partir das provocações a que fomos instados a responder enriqueceram as investigações individuais e frentes coletivas do NEGRAM. Que a universidade seja mais assim!

Referências bibliográficas

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Ática, Série Princípios, 1989.

JACQUES, P. **Corpografias Urbanas**. In: Anais do IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-UFBA. Salvador, 2008.

MARTINS, L. **Afrografias da memória**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MCKITTRICK, K. **On Plantations, Prisons, and a Black Sense of Place**. *Journal of Social and Cultural Geography*, v. 12, n. 8, p. 947-963, 2011.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, n. 10, São Paulo: Editora da PUC-SP, dez. 1993, p. 7-29.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANTOS, R. E. N. **Pequena África: um território negro na área central do Rio de Janeiro**. In: SANTOS, Renato E. et al. (Org.). **Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Disponível em: <https://territoriosnegros.com.br/e-book/>. Acesso em: 2 dez. 2024.

SANTOS, R. E. N. **Repertórios espaciais de ação na luta anti-racismo: o caso da Pequena África no Rio de Janeiro**. In: SÁNCHEZ, Fernanda; MOREIRA, Paula Cardoso (Org.). **Cartografias do conflito no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

A doçura de brincar de livro: a narrativa de cada um, contada através do livro-imagem

KELLY MENEZES SANTOS¹

O livro-imagem, modalidade literária que se caracteriza por contar histórias principalmente através de ilustrações, tem conquistado o público, particularmente no segmento infantojuvenil. Seu potencial de fomentar a imaginação, o senso crítico e o desenvolvimento cognitivo, aliado à sua capacidade de transcender barreiras linguísticas, o torna um instrumento pedagógico fundamental para a formação de leitores proficientes e para a promoção de debates sobre temas socioculturais relevantes, como questões étnico-raciais, diversidade e inclusão. Em uma sociedade cada vez mais imersa na comunicação visual, a habilidade de interpretar imagens configura-se como essencial para a compreensão do mundo contemporâneo, e o livro-imagem se apresenta como um recurso didático valioso para o desenvolvimento dessa competência desde a infância.

Ademais, o livro-imagem tem desafiado as convenções da linguagem escrita, desde obras inspiradoras como o precursor “Ida e volta” (1976) de Juarez Machado até títulos premiados

como “Bárbaro” (2013) de Renato Moriconi, e o mais recente “Doçura” (2021) de Emília Nuñez e Anna Cunha. No cenário nacional, autores renomados como Angela Lago, Ziraldo, Maurício de Sousa e Eva Furnari não apenas encantam o público infantojuvenil, mas também fomentam a reflexão sobre o papel fundamental da imagem na literatura destinada a essa faixa etária. Tanto a escritora Emília Nuñez como a ilustradora Anna Cunha destacam-se por abordarem temáticas socioculturais relevantes, como questões étnico-raciais, diversidade e inclusão, contribuindo para a formação de leitores críticos e conscientes.

Até porque, a literatura infantil é fundamental para o desenvolvimento da imaginação, do conhecimento de mundo e da linguagem. No manual “Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-raciais”, publicado em 2006 pela editora SECAD, a professora Patrícia Santana destaca a importância de refletir sobre a imagem que os educadores têm das crianças, pois essa concepção influencia a interação

¹ Graduanda do curso de Letras Português/Espanhol da UFRJ

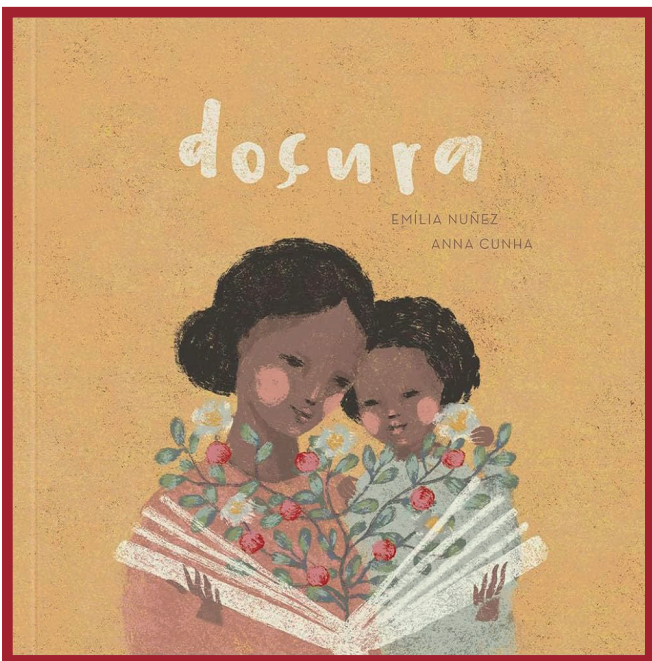
com elas. Ao questionar essa imagem, é possível compreender as singularidades e potencialidades de cada criança, promovendo condições de igualdade (SANTANA, 2006, p. 34).

Em consonância com essa visão, a autora baiana Emília Nuñez, sócia da editora Tibi, entrelaça suas vivências de infância e mater-

de estimular a leitura desde os primeiros passos da criança no universo literário, auxiliando na interpretação de narrativas antes mesmo da alfabetização e, sobretudo, incentivar a leitura em família destacando, assim, a importância dessa integração.

Ao longo de 40 páginas, a arte pictórica da obra “Brincar de livro” dá sentido ao título do livro no ir e vir das ilustrações, retratando um menino em várias brincadeiras, andar de triciclo, brincar de balanço até tocar uma sanfona, tendo como instrumento apenas um livro. A criança de etnia negra, ilustra tanto a capa como a contracapa, formando um trajeto dinâmico de brincadeiras que se desenrolam ao longo da narrativa, que é inspirada em contos clássicos da literatura infantil como “Chapeuzinho vermelho”, “João e o pé de feijão” dentre outros. Com traços delicados, a artista mineira Anna Cunha ilustra as aventuras da criança, rememorando visualmente a ideia de uma pintura feita com lápis de cera.

Nas páginas finais do livro, a artista plástica revela que esse foi o primeiro livro em que suas ilustrações são o destaque. Na dedicatória das autoras, Anna descreve a experiência de compartilhar uma jornada por meio de um livro que se transforma com cada leitor. A artista expressa ainda que “a voz que conta e reconta é a de cada um”, salientando a natureza dinâmica e participativa da leitura, no qual cada leitor traz sua própria interpretação e significado à história. Ela enfatiza, ainda, a ideia de que a obra não é estática; a narrativa muda e se renova continuamente com cada nova leitura. Emília, por sua vez, enfatiza que “ler é uma revolução amorosa” no qual deve começar na primeira infância, com os pais ou educadores lendo para as crianças enquanto as seguram no colo, usando a voz para tornar a experiência íntima e acolhedora. E finaliza convidando os leitores para brincar de livro.



nidade na elaboração de suas obras, incorporando acontecimentos, sentimentos, desafios e aprendizados acumulados ao longo de sua vida. Ademais, Nuñez declara que suas influências literárias exercem um papel crucial em seu processo criativo. Embora seja graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e não possua formação docente, a escritora demonstra uma genuína preocupação com a formação literária das crianças, reconhecendo a difícil tarefa dos educadores despertar o gosto literário infantil. Por isso, seu livro “Brincar de Livro” traz uma proposta inovadora que tem o objetivo

Em contraste com “Brincar de Livro”, cuja narrativa gira em torno de um menino, a obra “Doçura” apresenta um universo feminino, protagonizado por três gerações de mulheres negras. Indicada para leitores de 2 a 12 anos, a obra vencedora do Prêmio Jabuti 2023 na categoria infantil, destaca a presença feminina em diferentes cenários, e sublinha o poder transformador da literatura na formação de novas gerações. A importância da leitura na construção do conhecimento e desenvolvimento pessoal, como evidenciado em “Doçura”, ecoa as ideias da professora Teresa Colomer (2007). Para Colomer, a formação do leitor não se trata apenas de um processo individual, mas de um alicerce para o desenvolvimento de um olhar crítico e autônomo sobre o mundo. Ao cultivar a capacidade de analisar discursos e ideologias, o indivíduo se torna apto a compreender a complexidade da realidade e a diversidade humana, participando ativamente da sociedade de forma positiva e transformadora.

Em síntese, os livros-imagem “Brincar de Livro” e “Doçura” vão além da mera função lúdica, configurando-se como valiosos instrumentos pedagógicos que promovem o letramento crítico. Conforme exploram universos distintos, marcados pela delicadeza e pela força feminina, as obras convidam à reflexão sobre a diversidade e a importância da representatividade na literatura infantojuvenil. A mediação de leitura dessas obras, com ênfase nos elementos visuais, potencializa a experiência do leitor, estimulando sua participação ativa na construção de sentidos e aprofundando a compreensão da narrativa. Ademais, a representação de protagonistas negros em contextos positivos e plurais contribui para a desconstrução de estereótipos e para a promoção de uma sociedade mais equita-

tiva, fomentando assim, a interação entre crianças de diferentes etnias.

A leitura, como postulado por Teresa Colomer, transcende o mero entretenimento e configura-se como um instrumento catalisador para o desenvolvimento integral do indivíduo. O livro-imagem, em particular, com sua simbiose única de elementos visuais, potencializa essa experiência, promovendo transformações significativas na trajetória pessoal e social do leitor. Por fim, obras como “Doçura” e “Brincar de Livro”, são ferramentas pedagógicas relevantes para a promoção da equidade social, uma vez que abordam temáticas como a diversidade e a representatividade de forma sensível e delicada, contribuindo para a formação de leitores críticos e conscientes, capazes de desconstruir estereótipos, superar barreiras linguísticas e culturais, bem como promover a valorização das diferenças. A experiência de leitura proporcionada por esses livros estimula o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, cruciais para a construção de uma sociedade mais justa.

Referências bibliográficas

- COLOMER, T. **Andar entre livros**. São Paulo: Global, 2007.
- NUÑEZ, E.; CUNHA, A. **Brincar de livro**. São Paulo: Tibi Editora, 2021. 40 p.
- SANTANA, P. M. de S. **Educação infantil**. In: **Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006. 262 p.
- NUÑEZ, E; CUNHA, A, **Doçura**. 36 págs. São Paulo. Tibi Editora, 2022

Abolição em contexto:

metodologias comparativas no ensino de história da escravidão nas américas

JASPE MARQUES DE MATTO¹

MARIANA PEIXOTO SALDANHA²

SILVA, Renata Bastos de. **Lincoln e Princesa Isabel: O ensino de duas experiências da escravidão nas Américas através da literatura.** Jundiaí – São Paulo: Paco, 2023.

O livro de Renata Bastos da Silva oferece uma atraente abordagem para ensinar história, focando em dois temas paralelos relacionados ao fim da escravidão na América, voltado especialmente para alunos que estejam finalizando o ensino fundamental. O objetivo é proporcionar estratégias pedagógicas concretas para abordar esses conteúdos de maneira significativa e acessível aos estudantes. A obra está dividida em duas partes principais: na primeira parte, “Um experimento didático através da história comparada”, descobrimos como a história comparada pode ser aplicada como metodologia no ensino de história. Nesse sentido, uma análise comparativa entre eventos históricos distintos, porém relacionados ao fim da escravidão em dois contextos na América, Brasil e Estados Unidos, ampliando a compreensão desses processos históricos.

Em seguida, no capítulo “Lincoln e a Princesa Isabel nas turmas do 8º ano do colégio Manuel de Abreu”, é detalhada uma experiência de ensino em que as figuras históricas Abraham Lincoln, nos Estados Unidos, e a Princesa Isabel no Brasil, são exploradas em paralelo relacionando duas experiências abolicionistas, suas semelhanças e diferenças em aulas direcionadas aos alunos do 8º ano. Essa estrutura do livro sugere uma combinação de teoria (através da história comparada) e prática (com a aplicação desses conceitos em sala de aula), visando enriquecer o ensino de história com uma abordagem comparativa e contextualizada dos processos históricos relacionados à abolição da escravidão na América.

No capítulo intitulado “Um experimento didático através da história comparada”, a autora inicia a discussão sobre o ensino de história com base em Anhorn³. Apontando três movimentos principais, que parecem estar relacionados à análise crítica e à evolução do ensino de história, refletindo sobre desafios passados e contemporâ-

¹Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais na Prefeitura do Rio de Janeiro

²Professora do Ensino Fundamental – Anos Iniciais na Prefeitura do Rio de Janeiro

³ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. **Teoria da História, Didática da História e narrativa: diálogos com Paul Ricoeur.** Rev. Bras. Hist. [online]. 2012, v. 32, n. 64, p. 187-210. ISSN 1806-9347.

neos na prática educacional. O texto menciona três movimentos principais: O primeiro movimento destaca uma abertura para discussões e análises na educação, visando repensar metodologias e práticas para a sala de aula. É um período de reflexão sobre como melhorar o ensino por meio de novas abordagens; O segundo movimento foca em como essas análises e novas práticas foram aplicadas especificamente ao ensino de história. Seu objetivo é reconstruir a identidade do ensino de história na educação básica, especialmente considerando uma crise no estudo e ensino dessa ciência entre as décadas de 1980 e 1990; O terceiro movimento aborda as dificuldades enfrentadas na construção da história como disciplina, destacando seu caráter social. Tais movimentos suscitam o interesse em explorar como a história é ensinada e entendida dentro de um contexto mais amplo de cultura e política.

Nesse contexto dos debates sobre pesquisa e ensino de história, Silva utiliza a História Comparada, conforme definido por Teixeira (2012), para atualizar o ensino de história com base em pesquisas e análises contemporâneas, e ao mesmo tempo, empregando-a como uma metodologia para o ensino de história. Esta abordagem é fundamentada no método comparativo, que foi sistematizado por Marc Bloch⁴. Tal método pressupõe dois procedimentos comparativos igualmente relevantes: O primeiro compara sociedades em espaços e tempos diferentes enquanto o outro relaciona sociedades paralelas, contemporâneas. Destacando tanto convergências quanto divergências em suas trajetórias

históricas, o método comparativo de Bloch possibilita análises históricas mais gerais.



Essa metodologia visa proporcionar uma compreensão mais profunda e contextualizada da história, permitindo aos estudantes não apenas entender eventos isolados, mas também apreciar as complexidades das interações históricas e suas consequências. Renata Silva (2023) se inspirou principalmente nas conferências de Fernand Braudel, em 1930 na USP, um reno-

Capa do livro "Lincoln e Princesa Isabel" (2024)

⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Tradução de André Telles. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁵ BRAUDEL, F. **Cátedra de história da civilização: o ensino de história e suas dire-**

mado historiador francês, para desenvolver suas propostas pedagógicas destinadas à formação de professores de história. Braudel⁵ é conhecido por sua abordagem da história de longa duração e sua análise estrutural das civilizações. As propostas pedagógicas de Braudel enfatizam a simplicidade e a relevância dos conteúdos históricos para os alunos que estão nos períodos finais do ensino fundamental. Assim, reconhecendo a importância de conectar o passado histórico com o presente dos alunos, utilizando materiais didáticos que são acessíveis e familiares aos adolescentes. Por exemplo, Silva (2023) incorpora recursos como “A Revolução Francesa em quadrinhos” e o livro 1 da Saga Crepúsculo, que estão mais próximos da linguagem e interesses dos estudantes.

Ao trazer esses materiais, ela incentiva os alunos a compararem as abolições da escravidão nos EUA e no Brasil, explorando não apenas os eventos históricos em si, mas também as características únicas dessas abolições em cada país. Ao comparar esses eventos históricos, os alunos são encorajados a considerar as diferenças culturais, políticas e sociais que influenciaram as abolições nos dois países. Dessa forma, propiciando aos alunos uma melhor compreensão dos períodos históricos em questão, e promovendo uma reflexão mais profunda sobre as consequências desses eventos, e como eles moldaram a sociedade contemporânea. Portanto, a abordagem de Silva visa não apenas transmitir conhecimento histórico, mas desenvolver a capacidade dos alunos de analisar criticamente eventos históricos complexos, relacionando-os às suas próprias realidades, como cita Braudel (1955, p.7-8): “Uma lição não é um livro e não deve nem pode tudo dizer. É um convite para pensar, para refletir, uma impressão que se transmite”; Silva (2023) traz essa concepção de ensino na prática.

O capítulo “Lincoln e a Princesa Isabel nas turmas do 8º ano do colégio Manuel de Abreu”, inicia com um estudo de “Histórias do mundo para as crianças”, do autor Monteiro Lobato, como um recurso para discutir um conjunto de ações que desembocaram na abolição da escravidão no Brasil. Lobato aborda o papel da Princesa Isabel no processo abolicionista brasileiro, destacando seu protagonismo como regente durante esse período histórico. Percebemos a complexidade do processo Abolicionista quando a autora ressalta que tal movimento envolveu diversos grupos sociais além da Princesa Isabel, como André Rebouças, Maria Felipa de Oliveira, na Bahia, Maria Firmina dos Reis, no Maranhão, entre outros abolicionistas, escravos, alforriados e políticos. Nos Estados Unidos, o processo abolicionista foi causador de um período de guerra civil, também chamada Guerra de Secessão, liderado pelo então presidente Lincoln, um líder eleito, o que contrasta com o papel da Princesa Isabel no Brasil. A utilização de material da Saga Crepúsculo se justifica a partir de um personagem quem tem sua história iniciada na Guerra de Secessão e tem por propósito discutir o contexto histórico nos Estados Unidos durante o período da Guerra Civil e a abolição da escravidão.

Ao longo deste capítulo, portanto, temos os fatos históricos dos processos abolicionistas, comparados em suas semelhanças e diferenças, com suporte da literatura de Lobato e da adaptação cinematográfica da Saga Crepúsculo para orientar as aulas, atividades e todo processo pedagógico da prática que é narrada em seguida. Isso ajuda a contextualizar os eventos históricos de uma maneira mais acessível aos alunos. As aulas e atividades foram estruturadas em diferentes partes, como “Os libertadores das Américas”, em que são estudadas figuras históricas

importantes para a independência na América Latina, com a personagem Dona Benta conduzindo o relato dessas figuras, no livro de Monteiro Lobato, citado anteriormente. Em outros tópicos, se incluem: “Escravidão na América Espanhola”; “A Guerra Civil Norte Americana” e o papel da Princesa Isabel no Brasil (subtópico “A Redentora”), influenciada por dogmas religiosos, mas visando o terceiro reinado. Para efeito do trabalho são realizadas discussões e experimentos didáticos com os alunos, utilizando materiais selecionados especificamente para explorar os conteúdos de maneira crítica e reflexiva. No subtópico “Experimento Didático”, acompanha-se a experiência com os conteúdos discutidos e os materiais utilizados durante as aulas.

Essa abordagem pedagógica visa não apenas transmitir informações históricas, mas também estimular os alunos a refletirem criticamente sobre os eventos e processos históricos, entendendo suas complexidades e consequências no presente. Este livro compartilha conosco como podemos oferecer e incentivar os alunos a formular perguntas críticas sobre a escravidão, e o seu impacto nas sociedades nas Américas; o que envolve consultar diferentes fontes históricas para obter uma visão ampla e variada dos eventos, e das consequências da escravidão. É importante que os alunos sejam capazes de identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade relacionados com os histórico da escravidão no Brasil, sendo assim, desafiados a identificar conexões entre as estruturas sociais contemporâneas e o passado da escravidão. Logo, promovendo uma compreensão mais profunda de como eventos históricos moldaram a sociedade atual.

Por fim, se trata de um tema extremamente atual que precisa ser discutido e compreendido.

Afinal, é a importância de ações afirmativas como respostas aos desafios originados no período da escravidão, que podem estimular debates sobre políticas públicas e justiça social. Estas habilidades fundamentais do conteúdo de história que vêm sendo ofertadas em uma perspectiva comparativa e contextualizada, desenvolvem capacidades críticas nos alunos para que possam analisar eventos históricos complexos e entender suas implicações culturais, sociais e políticas. Esperamos, enquanto educadores, que ao relacionar a literatura contemporânea que está presente no cotidiano dos alunos com os conteúdos e habilidades previstos no currículo da disciplina de história nos anos finais do ensino fundamental, o aluno desenvolva suas habilidades críticas e perceba a relevância dos conteúdos históricos. Nesse sentido, visando não somente um repasse de conhecimento histórico, mas que o educando entenda a relevância desse conteúdo para compreender os desafios contemporâneos, e para promover uma cidadania informada e engajada.

Este trabalho traz uma contribuição significativa para o ensino de história ao oferecer uma metodologia robusta e inovadora que não só educa, mas capacita os alunos a pensar criticamente sobre o passado e suas implicações no presente. Ao integrar teoria e prática de maneira profunda, ele promove uma compreensão mais rica e contextualizada dos processos históricos, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, e em especial de nossa república democrática, de forma informada e reflexiva.

Resenha Crítica - Teoria Geral do Esquecimento

GABRIELLA TEBALDI REBELLO¹

MARCELO MONTEIRO DE MIRANDA²

MARIA FERNANDA ALVES³

RENATA ROCHA⁴

“Teoria Geral do Esquecimento”, de José Eduardo Agualusa, é um ode ao ato de esquecer. O romance, de 2012, foi finalista do Prêmio Internacional Man Booker (2016) e vencedor do Prêmio Internacional IMPAC de Dublin (2017). Seu autor é um jornalista e escritor angolano, com ascendência brasileira e portuguesa. Talvez suas raízes expliquem sua fluência em descrever as histórias e as pessoas de sua terra, sem deixar de lado, contudo, os impactos das ações de Portugal no país. Além disso, Agualusa frequentemente enriquece a ambientação com correlações culturais que só dois países colonizados pela mesma metrópole podem ter, tal qual Brasil e Angola. De fato, o autor é conhecido internacionalmente como um dos nomes da literatura africana em português.

O enredo tem como pano de fundo uma Angola imediatamente após a proclamação unilateral da independência pelo Movimento Popular pela Libertação Angolana (MPLA), em

1975. Momento em que a personagem principal, Ludovica Fernandes, chega de Portugal, levada a contragosto pela irmã e o cunhado à Luanda, a fim de viver com eles. A proclamação da independência logo foi rejeitada pelos dois outros movimentos em favor da libertação angolana, o que gerou profundos conflitos que desembocaram no longo período da Guerra Civil angolana, até 2002.

Nesse contexto, após o sumiço da irmã e do cunhado, Ludo alarma-se com a situação exterior de caos e violência, e também por estar em um país em que é estrangeira e pouco experienciada. Então, Ludo “autoempareda-se” no apartamento em que vivia, sobrevivendo de recursos limitados e evitando tanto quanto podia o mundo exterior.

Apesar de se tratar de um livro ficcional, a história é inspirada em fatos reais. Sua narrativa foi diretamente alimentada pelos escritos de Ludovica, produzidos no tempo em que ficou enclausurada. Esse fato enriquece o livro com

¹ Graduanda em Relações Internacionais na UFRJ, gtebaldir@gmail.com

² Graduando em Relações Internacionais na UFRJ, marcelo2004miranda@gmail.com

³ Graduanda em Relações Internacionais na UFRJ, mfmamoreira@gmail.com

⁴ Graduanda em Relações Internacionais na UFRJ, renatarochac8@gmail.com

sentimentos e narrações demasiado tangíveis, muitos deles demonstrados na íntegra através de poemas ou fluxos de pensamento de Ludo.

No início de sua reclusão, Ludo recebe a visita inesperada de dois revolucionários e os mata para se defender. Depois disso, ergueu um muro em frente a sua porta, o que é simbólico de seu isolamento. Enquanto enterrava os corpos, Ludo podia ver os desdobramentos da revolução nas ruas de Luanda, com a explosão de foguetes e morteiros. Mesmo em total isolamento, a revolução fez parte de sua história e se fez presente em seus dias.

No início do romance, a protagonista é apresentada pelo cunhado e ganha um cão, pois Ludo passa “demasiado tempo sozinha”. Em seu período de isolamento, o cão Fantasma é sua única companhia. Após a morte do animal, Ludo continua conversando com ele, acreditando que ele a escuta, ela segue cultuando-o, reconhecendo a ação como uma “desrazão” que não consegue evitar.

Em certo ponto, a personagem constata que não se sente mais portuguesa e que, na verdade, não pertencia a lugar nenhum. Com o passar dos anos, Ludo tem pensamentos obscuros em meio a sua profunda solidão, cogitando até mesmo o suicídio, e reflete que poderia escrever uma “teoria geral do esquecimento” se ainda tivesse espaço em suas paredes. No romance, há uma nítida tentativa de Ludo de esquecer e ser esquecida, porém, há também um desejo quase que inconsciente de ser lembrado. Ludo segue escrevendo em seu apartamento, constatando que o transformou em um “imenso livro” que ficaria lá depois que ela morresse. Esse “livro” seria uma tentativa de manter-se presente.

É revelado no final do livro que Ludovica foi

vítima de abuso sexual e teve uma filha, que teve que dar para adoção. Esse trauma tão profundo estava enterrado nos sentimentos da personagem ao longo da trama e é revelador da necessidade sentida por ela de esquecer e se isolar do mundo. Pode-se dizer que enquanto havia uma guerra do lado de fora, em Angola, Ludo também estava travando uma guerra interna com suas memórias e sua necessidade de esquecimento.

Ao longo da história, são apresentados diversos personagens que, de início, são introduzidos como um *filler* - algo que aparentemente não faz parte do enredo principal. Não se entende muito bem qual a ligação desses personagens com a trama da Ludo e como as histórias podem encontrar-se no meio daquela revolução. Entretanto, em determinado ponto, o autor entrelaça com maestria a trajetória de todas essas figuras, unindo-as não apenas em um momento concomitante, mas de forma compreender a origem e o destino delas.

Capa do livro "Teoria Geral do Esquecimento", 2012



Sabalu, um órfão que morava nas ruas de Luanda; Pequeno Soba, um ex-militante comunista descontente com a direção política do MPLA; Monte, um militar do governo angolano pré-revolução e Jeremias Carrasco, um soldado português na revolução e traficante de diamantes. Esses são alguns personagens que primariamente são incorporados na história em um grande aposto, mas no decorrer vão sendo desenvolvidos, a ponto de suas interações impactarem diretamente no destino de Ludovica. Além disso, atuam como grandes expoentes para explicar os rumos que o país estava propondo-se a seguir. Cada um ali narrava indiretamente de sua perspectiva estes eventos.

Dos citados acima, vale destacar a jornada de Sabalu. Ao cruzar tão despreziosamente o caminho de Ludo, há uma grande reviravolta na vida de ambos. De origens muito distintas, Ludovica - uma velha e reclusa senhora portuguesa - encontra em um paupérrimo jovem angolano, a peça que lhe faltava. O mesmo para Sabalu. É fato que Ludo não teve uma vida nada fácil em sua juventude e em sua vida adulta. Conhecer Sabalu pode ser considerado um ponto chave nesse quebra-cabeça, uma reviravolta, pois acompanhada do garoto, ela pôde finalmente abrir-se ao mundo após longos 28 anos de sobrevivência. Ludo - no final de sua vida - enfim estava em paz.

A “Teoria Geral do Esquecimento” narra o enfrentamento de Ludovica em guerras simultâneas: a guerra civil e a guerra íntima. Gravitando em seu próprio isolamento, dentro de um apartamento cheio de livros e seus pensamentos, a protagonista se vê como estrangeira frente a Angola. Enclausurada pelo desejo de ser esquecida, a protagonista encontra na apropriação da escrita um refúgio e resistência quanto ao passado e presente cruel que a aflige. Ao passo que

Ludovica se abre aos incidentes exteriores e interiores, é possível o resgate de sua mente. Com capítulos curtos guiando este poderoso romance, José Eduardo Agualusa desperta os olhares dos leitores ao narrar a relação entre memória e o esquecimento, guiando Ludovica em uma jornada de morte e renascimento.

MARROM



AMARELO

Marrom e Amarelo de Paulo Scott

CAÍQUE STORTI

RENATA BASTOS DA SILVA

Na 12ª edição, a Revista Versus se debruça sobre questões estruturantes de nossa democracia republicana, apontando os deveres cidadãos de combate ao racismo, valorizando o multiculturalismo e a vida pública. Em entrevista com Paulo Scott encontramos uma oportunidade única de explorar como a literatura é o espelho crítico da realidade política e social do Brasil, um exemplo é o seu romance “Marrom e Amarelo”. O diálogo com Scott nos permite entender a formação multicultural brasileira. As reflexões do autor, especialmente os desafios enfrentados pelo efetivo combate ao racismo, revelam a urgência de um debate mais qualificado sobre a heteroidentificação para o ingresso nas universidades federais, de acordo com a lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Sendo Scott um autor cuja cidade natal é Porto Alegre, a Revista Versus aproveita para expressar sua solidariedade às vítimas residentes no Rio Grande do Sul (RS) que foram impactadas, em 2024, pelas alterações climáticas em nosso planeta; é um bom momento para pensarmos e agirmos para a construção da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada em Belém (PA), em novembro de 2025.



Paulo Scott, é um escritor brasileiro nascido em Porto Alegre, em 1966. Com formação em Direito, sua trajetória literária iniciou-se pela poesia, gênero que explorou em diversos livros. No entanto, Scott é amplamente reconhecido por seus romances importantes, como “O habitante irreal”(2011) e “Ithaca Road”(2013), que exploram temas complexos e apresentam personagens profundamente marcantes. Radicado em São Paulo, o autor gaúcho também se destaca como contista, sendo “Ainda Orango-tangos”, adaptada com sucesso para o cinema e premiada internacionalmente. Sua obra, “Marrom e Amarelo”(2019), indicada ao International Booker Prize e ganhador do Prêmio Jabuti 2023 na categoria livro brasileiro publicado no exterior. É sobre “Marrom e Amarelo” (2019) que realizamos a entrevista que segue abaixo. O livro trata da relação entre uma família multicultural,

que um irmão, Lourenço, tem o fenotípico marrom, e o outro amarelo, ou seja, um claramente sofre racismo desde a infância. O outro irmão, Federico, com a pele mais clara, quando adulto, devido a sua trajetória profissional, é convidado pelo novo governo federal para compor uma comissão em Brasília para discutir o preenchimento das cotas raciais instituídas nas universidades. Mas, surgem as questões qual o parâmetro para se identificar quem é ou não afro descendente, num país, de misturas culturais, como a própria família de Federico? A jovem Roberta, sua sobrinha, traz o frescor da nova geração brasileira. Mas nessa nova geração, percebemos, que falta o conhecimento sobre a história da formação das raças no Brasil e de nossa tênue democracia republicana. São esses os desafios que o livro nos aponta e que o torna instigante.

A Revista Versus inicia a entrevista indagando Paulo Scott sobre sua perspectiva da atuação de uma comissão de heteroidentificação em relação à política de cotas raciais, e como ele analisa o comportamento dos alunos, considerando a questão geracional, especialmente em relação à personagem Roberta, que parece refletir uma apatia ou uma tentativa de ação diante dos desafios enfrentados?

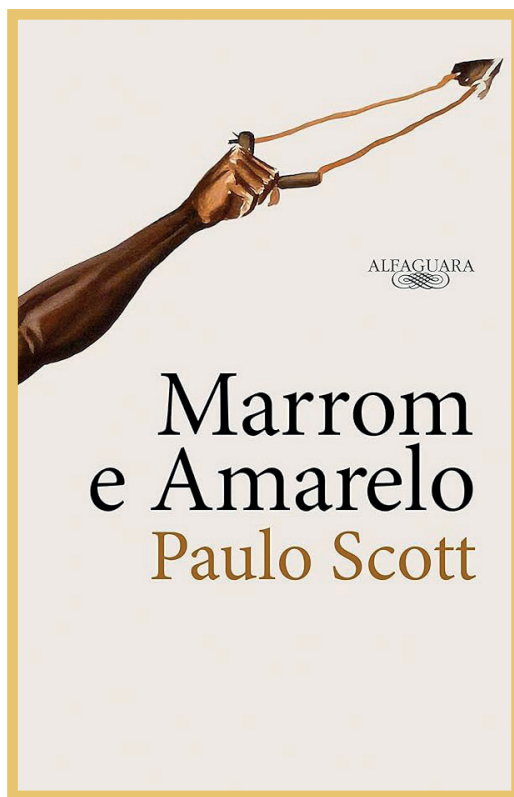
Scott explica que o livro aborda o retorno de Federico a um contexto familiar e social que, em



algum momento, impactou profundamente suas convicções sobre si mesmo e sua subjetividade. A experiência no quartel o desestabiliza emocionalmente, mostrando que *“não há um catálogo, ou uma hierarquia de situações que vão nos impactar”*. Ao longo da vida, essas desestabilizações são frequentemente inesperadas e imprevisíveis, levando Federico a uma fuga e à construção de um novo papel de existência, em que se torna um agente de luta contra o racismo brasileiro. E concorda com a observação feita sobre a presença da arma e a trajetória de Roberta. Muitos, incluindo seu editor, identificam Roberta como *“o sol do romance”*, mas ele enfatiza que *“essa história é do Federico”*. Mesmo que Roberta seja uma figura central que catalisa a subjetividade dos personagens, *“este é o trilha, é o eixo de subjetividade que organiza todo o romance”*. Scott esclarece ainda que as leitoras e os leitores têm a liberdade de interpretar a obra de maneira diversa. Roberta, que se insere no contexto de passado e presente, representa o futuro. E reforça como é interessante quando algumas pessoas dizem: *“mas o livro não acaba, Paulo Scott”*, ao que ele responde

que “o livro acaba, porque Roberta é o futuro de seu tio Federico”. A dinâmica entre Lorenço, que não se engaja devido à sua pele, e Federico, que tem uma “cor de pele caramelo”, Scott destaca como a aparência influencia a experiência em ambientes sociais. Enquanto aqueles com pele retinta enfrentam muito mais barreiras, Federico, explica o autor, consegue, por sua cor, navegar em uma elite cultural. Além disso, reconhece a importância do movimento negro no Brasil. Acredita firmemente que “tudo de bom que tem em termos de valores e princípios na constituição de 1988” decorre, de alguma forma, dos posicionamentos desse movimento. A escalada da voz e da presença indígena, como exemplificado pelo acampamento Terra Livre, evidencia essa transformação. Para Paulo Scott, a questão da autoidentificação não parece, problemática, e mesmo os líderes do movimento negro já lhe disseram: “Paulo, você é um homem negro. Você não precisa ficar se explicando”. No entanto, enfatiza que a heteroidentificação carece de um debate mais maduro sobre a identidade racial. Sem isso, pontua que, o Brasil, em suas dimensões econômicas, jurídicas e políticas, pode desmoronar ao ser despojado de seu racismo estrutural e da branquitude dominante, que, inclusive, absorve pessoas mestiças e retintas em posições de autoridade.

Em seguida, a Versus questiona como ocorreu o processo de inspiração para escrever este romance? Considerando que a obra é rica em detalhes, transmitindo a sensação de que o autor tenha vivenciado realmente as experiências retratadas. Indaga sobre como foram concebidas as ideias e desenvolvido o enredo.

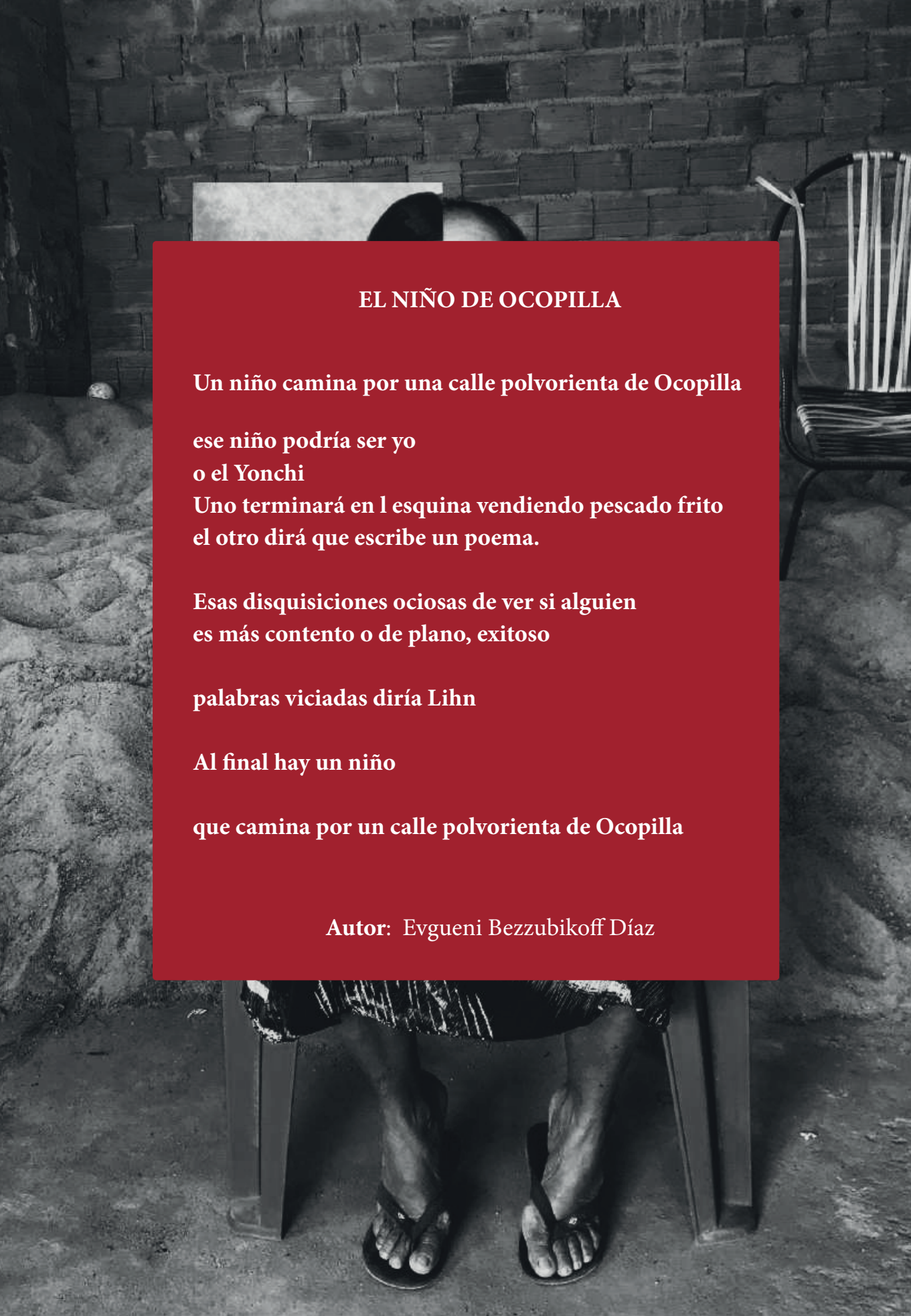


Capa do livro "Marrom e Amarelo", 2019

Inicialmente, revelando sua formação e os temas de seu romance “Marrom e Amarelo”, o autor compartilha sobre sua origem familiar e a consciência que sua mãe lhe transmitiu desde pequeno. Ele menciona que vem de uma “família negra” e que, apesar de poder ser classificado como multiétnico, sempre foi ensinado a ter uma “consciência, e uma percepção, um olhar de empatia” em relação às dificuldades enfrentadas por aqueles que sofrem mais. Sua mãe teve um papel fundamental, ao afirmar que não importava a cor da pele ou a textura do cabelo, mas que eram “uma família negra”. Scott reflete sobre suas próprias experiências de vida, mencionando que “sempre me vi como uma pessoa negra”. Ele fala sobre a dualidade de seu cabelo, que ao longo da adolescência se tornou “mais escuro e crespo”, e como isso impactou sua percepção de si e a forma como foi percebido pelos outros. Essa transfiguração de experiências pessoais, explica

o autor, informa sua escritura, na qual ele busca criar uma ficção que dialogue com suas vivências, embora reconheça que *“não tenho as dúvidas e nem a coragem do protagonista do Marrom e Amarelo”*.

Scott ao final da entrevista nos revela que a nova edição do livro “Marrom e Amarelo”, incluiria um conto, para mostrar um diálogo entre Roberta e sua avó. Esta foi lançada em agosto de 2024. À revista Versus Scott contou que no contexto de “Marrom e Amarelo”, o diálogo desse conto, que ele costuma chamar de “o livro de Roberta”, é centrado na conversa entre a mãe do Federico e Roberta, sendo que as duas são as únicas personagens. O autor propõe um desfecho que não se considera “redondo”, ou seja, um final que pode parecer insatisfatório. Além disso, explica que, na mente dele, havia uma versão alternativa para o final, mas o conto que escreveu se concentra apenas na interação entre essas duas mulheres, sem a presença de nenhum homem. A cena se passa em um supermercado, onde elas estão comprando carne. Neste sentido, fica a indicação para lermos a nova edição do livro “Marrom e Amarelo” edição 2024, de Paulo Scott.



EL NIÑO DE OCOPILLA

Un niño camina por una calle polvorienta de Ocopilla

ese niño podría ser yo

o el Yonchi

Uno terminará en l esquina vendiendo pescado frito
el otro dirá que escribe un poema.

Esas disquisiciones ociosas de ver si alguien
es más contento o de plano, exitoso

palabras viciadas diría Lihn

Al final hay un niño

que camina por un calle polvorienta de Ocopilla

Autor: Evgueni Bezzubikoff Díaz

Evgueni Bezzubikoff Díaz é um poeta peruano nascido em Huancayo. Publicou várias obras poéticas que exploram temas de perda, deslocamento e luta social, Bezzubikoff é autor de vários livros de poesia, entre eles “Cartas de Nueva York” (2007), “Crónica del adiós” (2010), “Los disparos” (2013), “Laponia” (2018) e “Extensiones legiones” (2021), este último em coautoria com os poetas Juan José Soto e Miguel Ildefonso. Sua poesia ganhou projeção internacional, com publicações traduzidas para o inglês em revistas, meios de imprensa e antologias nos Estados Unidos e Canadá. Ele recebeu duas vezes a bolsa Global Research Initiatives, concedida pela New York University, e sua obra “Desembarcos” foi finalista do prestigiado Prêmio Copé de Poesia em 2021. Atualmente, reside em Nova York,

onde atua como professor de Literatura Hispano-americana e Espanhola na City University of New York (CUNY).

Entre seus poemas mais conhecidos está “El niño de Ocopilla”, que retrata uma criança, de origem indígena, caminhando por uma rua empoeirada da comunidade de Ocopilla, uma região de Huancayo. Dentre os cerca de 400 mil habitantes da cidade de Huancayo, quarta maior do Peru, pelo menos a metade tem origem huanca. Os huancas são um povo nativo da selva amazônica que vive na região central do Peru. Fazem parte do grupo étnico Quechua, termo coletivo usado para denominar indígenas que vivem na região em torno do Vale do Mantaro, centro do país.

versus

versus.ccje.ufrj.br